



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Cláudia Maria Calmon Arruda

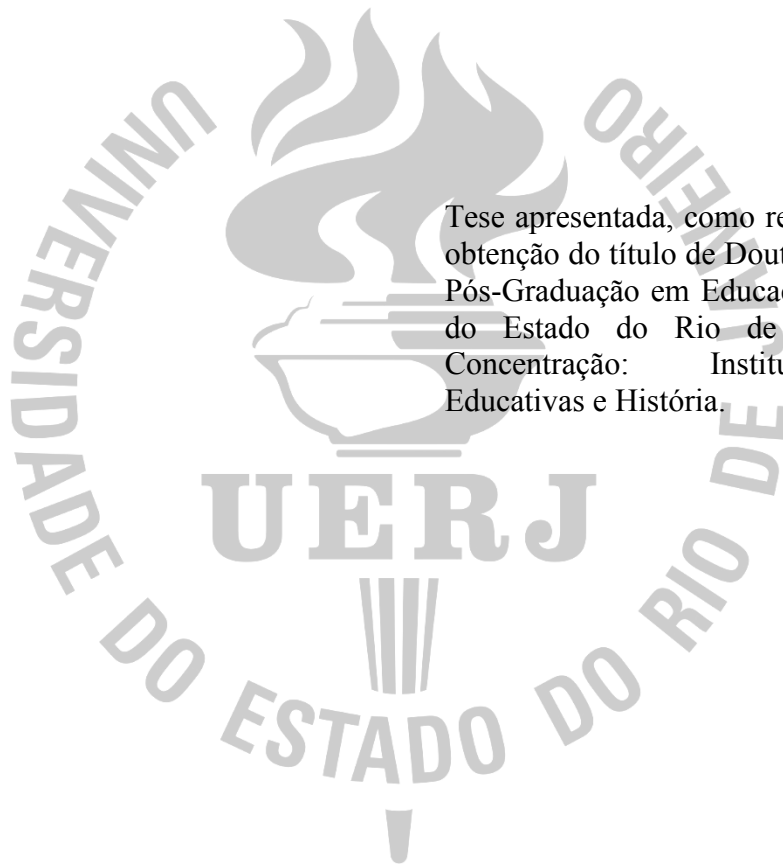
**Ensino de História e Política em Angola (1950-1978)**

Rio de Janeiro

2019

Cláudia Maria Calmon Arruda

**Ensino de História e Política Angola (1950-1978)**



Tese apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Luís Torres Conduru

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A779 Arruda, Cláudia Maria Calmon.  
Ensino de História e Política Angola (1950-1978) / Cláudia Maria Calmon  
Arruda. – 2019.  
157 f.

Orientador: Roberto Luís Torres Conduru.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de  
Educação.

1. Educação – Teses. 2. Angola – História – Teses. 3. Política – Teses. 4.  
Ensino Superior – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 5. Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro – Teses. I. Conduru, Roberto Luís Torres. II. Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37:94(673)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Cláudia Maria Calmon Arruda

**Ensino de História e Política em Angola (1950-1978)**

Tese apresentada, como requisito parcial, para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Aprovada em 25 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Roberto Luís Torres Conduru (Orientador)  
Faculdade de Educação - UERJ

---

Prof. Dr. Aldo Victório Filho  
Faculdade de Educação – UERJ

---

Profª. Dra. Ismênia de Lima Martins  
Universidade Federal Fluminense

---

Profª. Dra. Mônica Lima  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Washington Santos Nascimento  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2019

## DEDICATÓRIA

À Hilda Maria Calmon Arruda, José Arruda (*in memoriam*) e Francisca de Assis Calmon (*in memoriam*), pelo amor e por terem sido os primeiros a me apresentarem a África em palavras, histórias e gestos.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Dr. Roberto Conduru pela orientação diligente, paciência e, sobretudo, por acreditar.

À Professora Ismênia de Lima Martins pelo apoio inestimável.

À Diretora da Escola Municipal Joaquim Nabuco, Profa. Alexandra Monteiro por autorizar o meu afastamento para a pesquisa de campo em Luanda e à Coordenadora Pedagógica dessa instituição, Profa. Claudiane Torres, por assumir as minhas turmas durante o período da minha licença.

À Profa. Erica Sarmiento, coordenadora do Laboratório de Estudos Imigratórios (LABIMI-UERJ), por autorizar a minha licença parcial das atividades do LABIMI e pelo apoio ao longo deste trabalho.

Ao Professor Marcelo Bittencourt (Universidade Federal Fluminense) que me auxiliou nos contatos iniciais com professores universitários em Luanda.

À Professora Aurora Ferreira, Diretora-Adjunta para Área Científica e Pós-Graduação do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) no Kilamba, pela recepção acolhedora em Luanda e contatos fundamentais para a escrita desta tese.

À Professora Isabel Caquinda que intermediou o contato com a direção das escolas Nzanga Mbandi e Ngola Kiluanji, possibilitando que eu pudesse entrevistar professores dessas duas instituições.

Aos professores Mariana Bessa e Orlando Diniz diretores das Escolas Nzanga Mbandi e Ngola Kiluanji por terem viabilizado as entrevistas com os docentes de suas respectivas escolas.

Aos professores Antonica José de Oliveira Carlos, Celina Aiala, Luiz dos Santos Simão, Maria Helena Armando Kitembo, Turezo Manuel da Costa e Urbano Alfredo pela cordialidade com que me receberam e por terem compartilhado comigo as suas histórias.

Ao meu marido, Sérgio Montalvão, companheiro das madrugadas insones por causa da tese, dos revezamentos no hospital para acompanhar a minha mãe para eu poder escrever, pelos livros que me presenteou porque achava que iriam ajudar na escrita (e ajudaram!) e que cotidianamente faz do amor algo concreto em nossas vidas.

Aos meus irmãos Marcio Santos de Mello e Valéria Calmon Arruda pela presença amiga em minha vida.

À amiga Margareth Doherty pelo carinho, revisão e extrema paciência com as idas e vindas deste trabalho.

À amiga de uma vida inteira, Joyce Amaral dos Santos, que transcreveu entrevistas e me apoiou como sempre fez desde que éramos crianças.

Ao meu afilhado Lucas Amaral que, tal como a mãe, se mostrou grande amigo e também ajudou na transcrição de entrevistas.

Às amigas Adriana Ribeiro, Hilda Vieira e Cristina Tinoco pela fé inabalável e por se tornarem o meu lugar de conforto espiritual.

À amiga Andréa Tello da Corte por se fazer presente tantas vezes.

Aos amigos queridos, Valéria Dantas Gimenez, Flávio Torquillo, Mariléia Inoue, Sandra Pereira e Cristina Faria por tornarem melhores os dias angustiantes.

Aos amigos Barroso Nzinga e Alexandra Gamito por me ajudarem a percorrer as ruas de Luanda.

Aos professores cujos depoimentos não puderam ser contemplados neste trabalho, mas cujos registros proporcionarão outros desdobramentos deste trabalho.

## RESUMO

ARRUDA, Cláudia Maria Calmon. **Ensino de História e Política em Angola (1950-1978)**. 2019. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta tese procurou entender o processo de construção do ensino de história em Angola pelo Movimento pela Libertação de Angola (MPLA) a partir do entrelaçamento deste campo com a história política. A pesquisa concentrou a sua investigação na produção intelectual, iniciada em Argel (1965), por um grupo de militantes nacionalistas responsáveis pela elaboração de textos didáticos, disseminados durante a luta anticolonial e que representam a matriz dos manuais escolares elaborados após a independência do país, em 1975. A história formulada nestes manuais escolares é tributária da ação do MPLA, tratado como a “vanguarda revolucionária” capaz de construir em Angola uma comunidade política unitária. Os manuais escolares angolanos recuperam a tradição novecentista de vincular o ensino de história à moral e aos deveres cívicos, a fim de formar cidadãos afinados com as diretrizes e regras emanadas do Estado. A história se impôs como um verdadeiro catecismo cívico, erguendo um panteão de heróis, relatando grandes feitos, visando sedimentar uma moralidade laica à semelhança da explicitada por Émile Durkheim.

Palavras-chave: Ensino de história. Política. Manuais escolares. Angola.



## ABSTRACT

Arruda, Cláudia Maria Calmon Arruda. *History teaching and politic in Angola (1950-1978)*. 2019. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This thesis sought to understand the construction of history teaching in Angola for Movement for the Liberation of Angola (MPLA), from the intertwining of this field with political history. The research focused on the intellectual production, begun in Algiers (1965), by a group of nationalist militants responsible for the elaboration of didactic texts, disseminated during the anti-colonial struggle and who represent the matrix of the textbooks elaborated after the independence of the country, in 1975. The history formulated in these textbooks is subject to the action of the MPLA, treated as the "revolutionary vanguard" capable of building a unitary political community in Angola. The Angolan textbooks recover the nineteenth-century tradition of linking the teaching of history with moral and civic duties in order to form citizens in tune with the directives and rules emanating from the state. History has imposed itself as a true civic catechism, erecting a pantheon of heroes, reporting great achievements, aiming to sediment a secular morality similar to that made explicit by Émile Durkheim.

Keywords: History teaching. Politic. Textbooks. Angola.

## RÉSUMÉ

ARRUDA, Cláudia Calmon. *L'enseignement de l'histoire et politique en Angola (1950-1978)*. 2019. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Cette thèse visait à comprendre la construction de l'enseignement de l'histoire en Angola pour du Mouvement de Libération de l'Angola (MPLA), depuis l'enchevêtrement de ce domaine avec l'histoire politique. Les recherches ont porté sur la production intellectuelle, commencée à Alger (1965), par un groupe de militants nationalistes responsables de l'élaboration de textes didactiques, diffusés au cours de la lutte anticoloniale et représentant la matrice des manuels élaborés après l'indépendance du pays, en 1975. L'histoire formulée dans ces manuels est sujette à l'action du MPLA, traité comme "l'avant-garde révolutionnaire", capable de construire une communauté politique unitaire en Angola. Les manuels scolaires angolais reprennent la tradition du XIXe siècle consistant à lier l'enseignement de l'histoire aux devoirs moraux et civiques afin de former des citoyens à l'écoute des directives et des règles émanant de l'État. L'histoire s'est imposée comme un véritable catéchisme civique, érigeant un panthéon de héros, relatant de grandes réalisations, visant à sédimenter une morale laïque semblable à celle explicitée par Émile Durkheim.

Mots Clés: Enseignement de l'histoire. Politique. Manuels scolaires. Angola.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linha do tempo - Manual de Iniciação à História de Angola - 4ª classe.....	23
Mapa 1 - Cidades angolanas e congolezas (Congo-Kinshasa).....	62
Figura 2 - Capa Manual Escolar Formação Militante .....	68
Figura 3 - Exercício Manual Escolar Formação Militante .....	71
Mapa 2 - Regiões Político-Militares do MPLA .....	78
Mapa 3 - Angola.....	79
Figura 4 - Ilustração do Manual Escolar “Dia do Pioneiro Angolano” .....	84
Figura 5 - Quarta capa manual escolar História de Angola.....	123
Figura 6 - Bandeira do MPLA.....	142
Figura 7 - Bandeira de Angola .....	142
Figura 8 - Capa livro História de Angola .....	143
Figura 9 - Capa Manual Escolar História de Angola .....	143
Figura 10 - Linha do tempo - Manual Escolar de Iniciação à História .....	144

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAKO	Aliança dos Bakongo
ALLAZO	Aliança dos Zombo/Bazombo
ANANGOLA	Associação dos Naturais de Angola
ANGOP	Agência Angola Press
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
CEA	Centro de Estudos Angolanos
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CEINCE	Centro Internacional de Cultura Escolar
CIA	Central de Inteligência
CIPIE	Centro de Investigação Pedagógica e Inspeção Escolar
CIR	Centros de Instrução Revolucionária
CIRM	Conferência Inter-regional de Militantes
CNA	Congresso Nacional Africano
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
CPB	Comissão Popular de Bairro
COTONANG	Companhia Geral de Algodões de Angola
CVAAR	Corpo Voluntário de Ajuda aos Refugiados
DEC	Departamento de Educação e Cultura
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DISA	Direção de Informação e Segurança de Angola
EUA	Estados Unidos da América
FAAN	Fundação Agostinho Neto
FLAPA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FLEC	Frente de Libertação do Enclave da Cabinda
FLN	Frente de Libertação Nacional
FNLA	Frente Nacional pela Libertação de Angola
FRAIN	Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional
FRELIMO	Frente pela Libertação de Moçambique
FRESDA	Frente Socialista de Angola
FUA	Frente Unida Angolana
GPRA	Governo Provisório Revolucionário da Argélia
GRAE	Governo Revolucionário no Exílio
GT	Grupo de Trabalho
IMNE	Instituto Médio Normal de Educação
INALD	Instituto Nacional do Livro e do Disco
INIDE	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação
ISCED	Instituto Superior de Ciências da Educação
IST	Instituto Superior Técnico
JMPLA	Juventude do MPLA
MAC	Movimento Anticolonialista
MDA	Movimentos Democráticos de Luanda
MDB	Movimentos Democráticos de Benguela

MDH	Movimentos Democráticos de Huambo
MEA	Movimento de Estudantes Angolanos
MED	Ministério da Educação
MIA	Movimento de Independência de Angola
MINA	Movimento para a Independência Nacional de Angola
MNA	Movimento Nacionalista de Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MUD	Movimento de Unidade Democrática
OMA	Organização das Mulheres de Angola
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Organização dos Pioneiros de Angola
OSA	Organização Socialista de Angola
OSPAA	Organização de Solidariedade dos Povos da África e de Angola
OUA	Organização da Unidade Africana
PCA	Partido Comunista Angolano
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCC	Partido Comunista Cubano
PCP	Partido Comunista Português
PDA	Partido Democrático de Angola
PIDE	Polícia Internacional de Defesa do Estado
PLUAA	Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola
PSA	Partido de Solidariedade Africano
PTSA	Partido Trabalhista para Salvação de Angola
RDC	República Democrática do Congo
RPA	República Popular de Angola
RPM	Região Político Militar
SCA	Sociedade de Cultura Angolana
SINPROF	Sindicato dos Professores
STF	Supremo Tribunal Federal
UEA	União dos Escritores Angolanos
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
Unita	União pela Independência Total de Angola
UNTA	União dos Trabalhadores Angolanos
UPA	União das Populações de Angola
UPNA	União das Populações do Norte de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1	<b>CONJUNTURA</b> .....	22
1.1	<b>Primeiras Letras</b> .....	22
1.2	<b>A vanguarda revolucionária</b> .....	24
1.3	<b>O começo de uma nova história</b> .....	29
1.4	<b>A “força galvanizadora” na cidade</b> .....	35
1.5	<b>A “força galvanizadora” no campo</b> .....	37
1.6	<b>A “força galvanizadora” recua</b> .....	39
1.7	<b>Outros desdobramentos</b> .....	41
1.8	<b>A chegada de Agostinho Neto e as “falsificações da história”</b> .....	44
1.9	<b>Unidos pela luta</b> .....	47
2	<b>AS PALAVRAS DE ORDEM ADEQUADAS</b> .....	50
2.1	<b>A pedagogia formada em Argel</b> .....	50
2.2	<b>Contribuições para a pedagogia revolucionária</b> .....	52
2.3	<b>A História de Angola, em uma perspectiva marxista</b> .....	54
2.4	<b>As aproximações práticas e teóricas do sociodrama</b> .....	57
2.5	<b>A Organização dos Pioneiros de Angola</b> .....	63
3	<b>MANUAIS CÍVICOS DE COMBATE E DISCIPLINA</b> .....	67
3.1	<b>Formação Militante</b> .....	69
3.1.1	<u>A estrutura</u> .....	69
3.1.2	<u>Encenando a exploração colonial</u> .....	72
3.1.3	<u>O racismo domina a cena</u> .....	73
3.1.4	<u>O MPLA em três dramatizações</u> .....	75
3.1.5	<u>Os Heróis</u> .....	79
3.1.6	<u>Formação de Pioneiro</u> .....	82
3.2	<b>Encenações literárias</b> .....	83
3.2.1	<u>Dia do Pioneiro Angolano</u> .....	83
3.2.2	<u>As Aventuras de Ngunga</u> .....	87
4	<b>ESCOLAS DA GUERRILHA</b> .....	91
4.1	<b>“Memória Enquadrada”</b> .....	91
4.2	<b>Memórias escondidas</b> .....	95
4.3	<b>Afinidades</b> .....	98

4.4	<b>Dessemelhanças na Frente Norte</b> .....	104
4.5	<b>Dessemelhanças na Frente Leste</b> .....	108
4.6	<b>A ofensiva externa</b> .....	110
4.7	<b>Conciliações forçadas e rupturas</b> .....	114
5	<b>ESTUDAR É UM DEVER REVOLUCIONÁRIO!</b> .....	120
5.1	<b>A independência</b> .....	120
5.2	<b>A linha ideológica</b> .....	123
5.3	<b>Os sujeitos</b> .....	126
5.3.1	<u>O “homem novo” ungido pela religião</u> .....	126
5.3.2	<u>O direito como meta</u> .....	130
5.3.3	<u>A recusa ao serviço militar</u> .....	133
5.3.4	<u>Intervenções sindicais</u> .....	136
5.3.5	<u>De volta ao Direito</u> .....	137
5.3.6	<u>O lado da militância</u> .....	138
5.4	<b>Os novos manuais escolares</b> .....	140
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	147
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	149

## INTRODUÇÃO

Esta tese procurou entender a construção do ensino de história em Angola pelo Movimento de Libertação de Angola (MPLA) investigando-o, a partir das manifestações literárias, ícones do nascimento de uma escrita griotizada em consonância com a tradição oral, fortemente presente na sociedade angolana. Da mesma forma considerou o entrelaçamento deste campo com a história política, o que foi responsável por torná-lo objeto de disputas e projetos desde o período colonial.

A pesquisa partiu da formação de um grupo de militantes nacionalistas entre as décadas de 1950 e 1960, movido pelos intercâmbios proporcionados por diversos percursos realizados entre a colônia, a metrópole lusitana e outras regiões da Europa Ocidental e do norte da África. Tal quadro possibilitou o surgimento de um imaginário nacionalista, ainda disperso, mas que se apresentava na literatura, no teatro e em muitas outras formas de expressões sociais.

As práticas de controle político-ideológico promovidas pelo regime salazarista procuraram atrair estudantes das colônias portuguesas impedidos de realizar os estudos superiores em seus locais de origem, organizando instituições de acolhimento como a Casa dos Estudantes do Império (CEI). A passagem de muitos jovens nacionalistas por esta instituição contribuiu ironicamente para a expansão da militância anticolonial. No trânsito entre dois mundos, inúmeras trajetórias individuais foram radicalmente alteradas, em contato com organizações políticas decididas a quebrar o jugo colonialista português.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é a organização que se transformou em ícone dessa luta. Vitorioso com a tomada de poder por Agostinho Neto que se tornou o primeiro presidente da então República Popular de Angola (RPA) e conduziu a experiência angolana rumo ao socialismo. Com o fim do colonialismo tardio, restava à direção política do movimento a tarefa de edificar a nação, em um quadro completamente adverso provocado pela guerra civil. A educação estava entre as suas prioridades, recebendo um papel de destaque, dada a sua importância na modelagem do “homem novo”.

A disciplina, a moralidade e o respeito às estruturas da administração pública faziam parte da ideologia que deveria orientar a unidade popular. Em Angola pós-independente, a educação cumpria um papel semelhante àquele definido por Émile Durkheim como a sedimentação de uma moralidade laica no espaço público. Nas lições sobre a Educação Moral, Durkheim discorre sobre o espírito de disciplina e o desenvolvimento do altruísmo nas crianças, qualidades imprescindíveis em sociedades orgânicas, que procuram superar o individualismo moderno.



O discurso de Agostinho Neto proferido durante a proclamação da independência de Angola, em 11 de novembro de 1975, amalgamou a trajetória do MPLA à nação angolana. De uma série de eventos dispersos e contraditórios ergueu-se um discurso unitário que se quer como história oficial. É o caso da Revolta da Baixa do Casanje e dos ataques às prisões de Luanda, ocorridos em 1961.

A transmissão do conhecimento histórico depende da elaboração de uma historiografia didática. A escrita da História de Angola, em um viés anticolonial, a partir da recepção do materialismo dialético de Marx e Engels, teve no Centro de Estudos Angolanos (CEA) uma experiência matricial. Erguido por um pequeno grupo de militantes políticos originalmente pertencente à Frente Unida Angolana (FUA), o Centro apresentou uma produção intelectual que incidiria sobre a história da educação do país. Experiências pedagógicas inovadoras vieram à tona com a presença desse grupo, em contato com o que circulava pelo mundo como: o sistema pedagógico proposto pelo filósofo e professor brasileiro Paulo Freire; o sociodrama idealizado pelo médico romeno Jacob Levy Moreno; a defesa da luta anticolonial como parteira de um novo homem defendida pelo franco-argelino Frantz Fanon; o método cubano de multiplicação de alfabetizadores e de disseminação das conquistas revolucionárias por meio dos livros escolares. Por fim, o solo fértil da cultura angolana, onde o canto, a música e a dança se ofereciam como possibilidades de explorar um método de ensino baseado na dramatização.

As publicações do CEA foram analisadas em seus aspectos textuais e iconográficos. A leitura das cartilhas e manuais escolares nos colocou em contato com a cultura histórica marxista-leninista, cuja ênfase se concentra no sentido progressista da história da humanidade, caracterizado pela sucessão dialética dos modos de produção.

Entronizadas pela história oficial como embriões de uma nova sociedade, as “escolas da guerrilha” abertas nas zonas libertadas, igualmente apontadas como ambientes democráticos, foram objeto de análise, a fim de percorrer o processo de enquadramento dessa memória e sua assimilação pela história oficial, expressa nos manuais escolares de história.

Os livros didáticos de história exerceram, desde o século XIX, um papel decisivo nos projetos nacionais. O controle de seus conteúdos é feito de forma mais ou menos direta pelo Estado, mantenedor da rede pública de escolas e do sistema jurídico que resguarda a legislação educacional. Circe Bittencourt escreveu a história do livro didático relacionando-o aos projetos civilizatórios que se sucederam a partir do Iluminismo. Essa referência nos foi relevante à medida que mostra a disponibilidade de uma concepção de educação pública que tem como sentido formar cidadãos afinados com as diretrizes do Estado.

Quase dois séculos após a Revolução Francesa de 1789, a elite política da RPA começa a organizar um sistema escolar abrangente, dentro dos marcos regulatórios nacionais. O ensino da história é encarado então como um “catecismo cívico”, não podendo se distanciar das diretrizes governamentais. Na tentativa de entender esse episódio da História da Educação em Angola recorreu-se a Antônio Gramsci (a história como “biografia da nação”) e a Benedict Anderson (a nação como “comunidade imaginada”).

Nos escritos sobre o ressurgimento e a unificação italiana, encontrados nos “Cadernos do Cárcere”, a história nacional é apresentada como um “instrumento político para coordenar e fortalecer nas grandes massas os elementos que justamente constituem o sentimento nacional”<sup>1</sup>. Para obter esse efeito são realçados os “momentos de vida intensamente coletiva e unitária”, sejam eles “guerras, revoluções, plebiscitos, eleições gerais, de significado especial”<sup>2</sup>. No caso angolano, o MPLA forjou sua hegemonia sobre a história nacional vinculando-a ao protagonismo da luta de libertação nacional.

No ensaio sobre as origens e a difusão do nacionalismo, Benedict Anderson complementa a discussão colocada por Gramsci, ao dizer que as nações adquirem sentido por meio de um jogo de lembranças e esquecimentos. A consciência nacional depende da aquisição de um sentimento de pertencimento a uma comunidade em que os seus membros não se conhecem mutuamente, nem tem a mesma representatividade dentro dela. Esquecer as diferenças sociais e culturais existentes é o primeiro passo para se adentrar na comunidade nacional.

Cobrindo um período de aproximadamente três décadas que se registra a partir dos anos de 1950 até à reforma do ensino de 1978, este trabalho procurou escrever uma história do ensino de história em Angola desvencilhada do mito da unidade nacional em torno do MPLA, entendendo-o como uma tentativa de se fazer tábula rasa do passado.

Os manuais escolares foram as principais fontes utilizadas neste trabalho, iniciando a sua análise a partir do livro “História de Angola” escrito em 1965, na cidade de Argel por Henrique Abranches, Adolfo Maria e Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, o Pepetela, considerado a matriz dos manuais escolares elaborados na década de 1970.

Entre os textos didáticos selecionados foi escolhido um manual destinado aos professores, “Formação Militante”, por conter a metodologia de ensino concebida por Maria do Céu Carmo Reis, o sociodrama, exercícios e várias peças que representam a gênese da história do nacionalismo angolano, sob o viés do MPLA e sua vinculação a condutas morais e cívicas. “O Dia do Pioneiro Angolano” foge ao formato clássico dos manuais escolares,

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, 2014, p. 89.

<sup>2</sup> Ibid., p. 91.

porém os textos constantes desse encadernado contém o mesmo estilo narrativo e de formação cívica exibida em “Formação Militante” e nas “Aventuras de Ngunga”, cartilha escrita por Pepetela também analisada neste trabalho.

O “Manual Iniciação à História de Angola - 4ª classe” publicado no final dos anos 1970 foi usado como exemplo ao longo do primeiro capítulo, servindo de suporte à argumentação dos usos políticos e sua incorporação à história oficial pelo MPLA, dos fatos que permearam a luta anticolonial em Angola.

A edição de “História de Angola”, elaborada em 1976, serviu de fonte neste trabalho, permitindo traçar as linhas de continuidade com a primeira edição publicada em Argel.

Documentos de cunho burocrático do MPLA disponíveis no acervo *online* da Fundação Mário Soares contribuíram para acompanhar as discussões travadas em assembleias e congressos do Movimento, nas quais transpareceram o que se considerou as primeiras orientações pedagógicas do grupo político, postas em prática pelos intelectuais do CEA, além de propostas para o campo da educação. Privilégios usufruídos por alguns chefes militares, o descontentamento de outros e o tratamento diferenciado entre soldados e os comandantes relatados nessa documentação, auxiliaram na desconstrução da idealização das zonas libertadas como espaços democráticos.

As entrevistas de personagens que participaram da luta anticolonial, como Pepetela, Lúcio Lara e Adolfo Maria, veiculadas em jornais, na página eletrônica da União dos Escritores Angolanos (UEA) e no livro “A África Ensinando a Gente”, de autoria de Paulo Freire e Sergio Guimarães, preencheram lacunas importantes nesta tese.

Por fim, os depoimentos colhidos durante a pesquisa de campo em Luanda, com professores de história que lecionam em escolas da capital angolana, contribuíram para examinar os “Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na RPA”, a partir de um variado conjunto de trajetórias pessoais e serviram de contraponto à memória oficial. As entrevistas iluminam os aspectos coercitivos da legislação e as estratégias articuladas pelos depoentes diante da sociedade de privilégios e compadrios que se estruturou em Angola no pós-independência, cuja legislação de reforma do ensino acabou por ratificar.

O capítulo 1 – “Conjuntura” – descreveu o quadro conjuntural que levou à formação do MPLA, detalhando a importância dos congressos internacionais que reuniram intelectuais e artistas negros, realizados nas décadas de 1950-1960, para dar visibilidade às lutas nacionalistas nos países africanos sob domínio colonial. Neste capítulo estão as primeiras ações armadas encetadas em Angola contra o colonialismo e com elas as primeiras apropriações da história feitas pelo MPLA, as brigas internas entre os intelectuais do

Movimento, além das diretrizes saídas da Conferência Nacional de 1962 que consagrou Agostinho Neto presidente do Movimento e traçou os objetivos do ensino em Angola.

O capítulo 2 – “As palavras de ordem adequadas” – aborda a constituição do CEA e da Organização de Pioneiros de Angola (OPA). O item discute a interpretação marxista da história de Angola, consubstanciada no livro do mesmo nome e as aproximações teóricas entre o método de ensino idealizado por Maria Céu Carmo Reis na formação de crianças e adolescentes e o universo teórico-metodológico, em circulação na Europa, no Brasil, em Cuba e no norte da África.

O capítulo 3 – “Manuais cívicos de combate e disciplina” – discute os manuais “Formação Militante”, “O Dia do Pioneiro Angolano” e a cartilha “As Aventuras de Ngunga” em seus aspectos morais, cívicos, no estímulo ao engajamento na luta anticolonial e na conformação de uma história do nacionalismo angolano identificada com o MPLA.

O capítulo 4 – “Escolas da guerrilha” – discute a memória criada sobre essas escolas e as zonas libertadas presente nos “Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na RPA” e na tese “História e Educação em Angola: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)”, de autoria de Manuel Brito Neto. O capítulo traça um contraponto entre a memória enquadrada nos dois textos e os favorecimentos pessoais, os embates de cunho étnico-racial e o autoritarismo de Agostinho Neto, questões patentes nesses espaços.

O capítulo 5 – “Estudar é um dever revolucionário!” – aborda o processo de emancipação política de Angola, a constituição do MPLA em um partido marxista-leninista, os “Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na RPA”, elaborados em 1978, sob o ponto de vista das trajetórias de seis professores de história angolanos. Nesse item também são analisados os manuais escolares “História de Angola e Iniciação à História de Angola - 4ª classe”.

## **Familiaridades**

A expressão “calundu” era comumente usada por minha mãe e tias, todas de origem baiana, para designar amuo. Junto com o “calundu”, as vi, algumas vezes, dispensar os talheres durante as refeições. Posteriormente, uma de minhas tias diria haver um modo correto de usar as mãos para alimentar-se, em advertência a uma de minhas irmãs que tentava imitar-lhe o gesto.

Depois de adulta, já graduada em história, aprendi ser o “calundu” um culto religioso de origem africana e também uma referência aos espíritos evocados nessas cerimônias.

Quanto ao “comer com a mão”, ouvi certa vez do Professor Paulo Knauss, à época diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), instituição em que trabalhei durante oito anos, que ele aprendera com os senegaleses, a etiqueta de comer dispensando o uso do garfo e da faca.

As reminiscências de minha vida familiar remetem ao universo da herança africana no Brasil, marcadamente presente na Bahia. A escolha do estudo da história angolana está, sem dúvida, vinculada a essas referências particulares, mas também ao fato de ser professora de história e há muito ter me indagado sobre a forma como os africanos, em particular os angolanos, tratam a sua própria história.

Decidi iniciar a pesquisa pelos livros didáticos elaborados em Angola, pois tinha alguns exemplares trazidos por um colega e outro, cuja cópia me foi cedida pelo Professor Anderson Ribeiro Oliva da Universidade de Brasília (UNB), que se tornaram a base do projeto que elaborei para o Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde fui admitida em 2015.

Em 2016 o estado do Rio de Janeiro ingressou na maior crise financeira de sua história, agudizada em 2017, o que se refletiu em longos atrasos salariais e no fechamento parcial da UERJ por vários meses, instituição onde também trabalho, devido à greve do corpo técnico-administrativo e docente. Apesar disso, com a pesquisa patinando devido à insuficiência de fontes no Brasil, decidi ir para Angola, cuja data da viagem foi informada pelo valor da passagem aérea e o período, vinte e sete dias, definido pelo máximo de faltas que poderia receber no município do Rio de Janeiro sem correr o risco de ser exonerada, caso o meu pedido de licença não fosse aprovado. De qualquer forma, não teria recursos para me manter mais do que esse tempo fora do país.

Decidida a fazer a pesquisa render, cheguei à Luanda em 2 de maio, e no dia seguinte já estava em um micro-ônibus rumo ao Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), localizado no município do Kilamba, a convite da professora Aurora Ferreira com quem havia tratado por *e-mail* a respeito dos meus interesses de pesquisa. No Kilamba fui levada por um motorista do ISCED à “Escola 14 de abril”, data que celebra o “Dia da Juventude Angolana”, uma homenagem ao comandante militar *Hoji Ya Henda* morto, em 1968, durante a guerra anticolonial.

Não pude realizar entrevistas com nenhum professor nessa escola porque é necessária autorização do diretor provincial da região que solicitei e nunca recebi. Contudo, pude observar e fazer registros fotográficos das frases escritas nas paredes dos vários prédios que integram a escola: “A escola combate o tabagismo e o álcool”; “ A escola é uma oficina de

virtudes”; “Na escola aprende-se a moral e os bons costumes”, entre outras frases de cunho educativo e moralista que me impressionaram muito à época, e depois, à medida, que me inteirava mais sobre a constituição do ensino em Angola pelo MPLA, percebi a perenidade do modelo exemplar de educação.

A falta de energia elétrica faz parte do cotidiano de Luanda, o que prejudicou largamente as atividades de pesquisa. O gerador do Arquivo Histórico, por exemplo, suporta até um certo tempo ligado, depois a solução é aguardar o retorno da energia, o que muitas vezes ocorre apenas no dia seguinte.

Angola é um Estado extremamente burocrático, mas o acesso às instituições pode ser facilitado por intermédio das relações pessoais. No meu caso específico, a Professora Aurora Ferreira havia lecionado para o Professor Vita Gouveia, que atualmente ocupa um cargo no Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE). Ela me pôs em contato com esse professor que viabilizou o meu acesso ao arquivo do órgão, onde pude digitalizar o manual “História de Angola” e a Lei de Reforma do Ensino de 1978. Ele também me indicou a localização de alfarrabistas onde poderia encontrar outros manuais escolares, frutos dessa reforma, uma vez que eles se perderam no tempo. Segundo a informação que recebi de um funcionário da biblioteca municipal, eles receberam ordem para se desfazerem dos livros, pois não eram mais utilizados! Assim, é o passado em Angola, sujeito às interpretações particulares do MPLA.

Em outra oportunidade assisti a uma defesa de monografia no Instituto João Paulo II, instituição privada de nível superior, cujo tema me atraiu porque abordava o papel dos professores na educação moral e cívica. Ao final da defesa, conversei com uma das professoras integrantes da banca, a Professora Isabel Caquinda, que me abriu as portas das escolas *Nzinga Mbandi* e *Ngola Kiluanji*, em Luanda, pois ela tinha orientado no mestrado, os seus diretores.

A burocracia e a falta de energia elétrica cotidiana me roubaram dias valiosos de pesquisa, apenas consegui entrevistar professores das escolas acima citadas na última semana da minha estadia em Luanda. Fui obrigada a fazer entrevistas em série, acompanhadas de perto pela diretora da escola *Nzinga Mbandi*, tendo que adequar o tempo aos horários de aulas e saída dos professores. Não pude voltar a campo para esclarecer as lacunas identificadas na transcrição dos depoimentos ou fazer novas perguntas, surgidas com a leitura de novos documentos e livros.

Apesar dos percalços daqui e de lá, a viagem a Luanda me possibilitou a experiência única de vivenciar o cotidiano de ser negra num país de negros, de ser confundida como

angolana por várias pessoas. Em uma dessas ocasiões ouvi de um senhor: “Nasceste aqui, mas foste criada no Brasil, certo?”. Enquanto no Brasil por mais de uma vez fui tomada por estrangeira em lojas e no bar de um hotel, localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, sinalizando de que apenas nessa condição eu poderia estar nesses lugares.

Vi nas ruas de Luanda, rostos que me eram totalmente familiares expressos principalmente na fisionomia das zungueiras. Zungar significa andar de um lado para o outro, definindo o que essas mulheres fazem durante todo o dia. Elas vendem legumes, frutas, roupas, ovos, pães e tudo aquilo que conseguem equilibrar sobre as suas cabeças e segurar nos braços e muitas ainda carregam nas costas, o filho. Trabalhar nas ruas de Luanda significa conviver de perto com a poeira da terra roxa, “línguas negras” provenientes de esgotos, lixo, insetos, mau cheiro e falta de água potável. Sou de uma família onde as mulheres são tenazes, minha mãe e minhas tias tiveram grande influência sobre a minha formação. De uma forma muito especial, apesar de todas as dificuldades cotidianas, me senti em casa.

Em que pese o desânimo provocado pelas sucessivas perdas familiares e por encontrar a situação financeira do Estado do Rio de Janeiro, ainda pior do que quando deixei o Brasil, a viagem à Angola foi também uma travessia de reencontro na qual as zungueiras, sem o saber, me transmitiram a força que eu via evanescer na tia que ajudou minha mãe a nos criar, de quem cuidei, junto com minha irmã, quando ela adoeceu, e faleceu alguns dias depois do meu retorno.

Neste trabalho não pude utilizar todas as entrevistas que colhi em Angola por conta de cortes cronológicos feitos após a qualificação. Enfrentei dificuldades também com a bibliografia, recorrendo a “sebos”, bibliotecas, mas faltaram livros que auxiliassem na melhor compreensão do verdadeiro mosaico que é a história de Angola.

Esta tese também reflete o desalento provocado pela crise financeira do Estado, que atingiu a UERJ de forma violenta, e do retrocesso no qual o país mergulha cotidianamente que elegeu os professores e as minorias, como o seu principal alvo. Por isso, ela também é uma tentativa de superação, da resistência que marca a minha trajetória familiar e da instituição da qual eu me orgulho de pertencer como funcionária e como aluna, primeiro de graduação, e agora de doutorado.

## 1 CONJUNTURA

Esse modo de escrever a história começa com o nascimento do sentimento nacional e é um instrumento político para coordenar e fortalecer nas grandes massas os elementos que justamente constituem o sentimento nacional.

*Antônio Gramsci*

### 1.1 Primeiras Letras

A história de Angola independente começa sob forte tensão gerada por uma guerra civil desencadeada antes mesmo da conquista de sua autonomia política. As graves fissuras da jovem república africana ficariam expostas nos confrontos armados que opuseram o Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), a União pela Independência Total de Angola (Unita) e a Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA) na disputa pelo controle político e econômico do país. Enquanto Agostinho Neto proclamava a independência de Angola em Luanda; no Huambo, região localizada no centro sul, Jonas Savimbi (Unita) e Holden Roberto (FNLA) repetiam o mesmo ato.

O pronunciamento de Agostinho Neto, em 11 de novembro de 1975, dia em que os três líderes nacionalistas anunciaram a ruptura com Portugal, obliterou as dissidências políticas, reservando ao seu grupo a exclusividade na luta anticolonial:

O longo caminho percorrido representa a história heroica de um que sob a orientação unitária e correta da sua vanguarda, contando unicamente com as próprias forças, decidiu combater pelo direito de ser livre e independente.

Apesar da brutalidade da opressão e do terror imposto pelo colonialismo para asfixiar a nossa luta, o povo angolano, guiado pela sua vanguarda revolucionária, afirmou de uma maneira irrefutável a sua personalidade africana e revolucionária<sup>3</sup>.

No discurso político da elite dirigente pós-colonial, a independência de Angola se confunde com a trajetória do MPLA. Essa representação se instala nos manuais escolares elaborados desde a luta anticolonial, mantendo-se a mesma orientação no período posterior à independência. A persistência dessa afirmativa resume o compromisso entre o ensino da história em Angola e a conquista de uma unidade política inquestionável, que se consagra em torno da guerra pela independência.

---

<sup>3</sup> Íntegra do discurso de Agostinho Neto. Disponível em: <[http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola](http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola)>. Acesso em: 10 jul. 2015.



Frutos de um fazer historiográfico comprometido com a construção de uma comunidade política autônoma, esses manuais serão analisados em sua dimensão simbólica, que revela, conforme pontuou Alain Chopin, dois aspectos fundamentais da pedagogia revolucionária: 1) “um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção” e 2) um processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude”<sup>4</sup>.

Os usos políticos da luta anticolonial e do nacionalismo na historiografia didática do MPLA serão explorados ao longo deste trabalho, buscando-se evidenciar que a escrita da História de Angola é tributária da sua atuação. Um exemplo dessa “operação historiográfica” encontra-se na linha do tempo exibida em um dos exercícios do “Manual de Iniciação à História de Angola”, destinado à 4ª classe<sup>5</sup>, onde as trajetórias de vida individual e coletiva se unem ao movimento liderado por Agostinho Neto. Vejamos na figura abaixo:

Figura 1 - Linha do tempo - Manual de Iniciação à História de Angola - 4ª classe

Repara bem nas gravuras da página anterior. Qual das passagens aí representadas é mais velha? Porquê? Tens alguma pessoa de família de muita idade? Ela nasceu antes de ti e dos teus pais. Não pertence pois à tua geração, nem à geração dos teus pais. Ela já viveu muitos anos, sabe muito sobre o tempo passado, poderá por isso contar-te alguma coisa interessante sobre a sua vida. Assim como a tua avó nasceu antes dos teus pais e estes nasceram antes de ti, também os acontecimentos da nossa História se sucederam no tempo. Enquanto os anos e os séculos passavam, a vida foi-se modificando. Para podermos situar esses factos no tempo, isto é, dizer quando aconteceram, precisamos medir o tempo.

Então, observaste bem a gravura? O que é que pensas? Pertences à geração da fig. A, da fig. B, da fig. C ou da fig. D?

Pois é, a tua geração é portanto uma geração nova. Fazem parte dela os teus irmãos, e todas as crianças da tua idade. Vocês frequentam a escola ao mesmo tempo, brincam e divertem-se do mesmo modo, vestem-se de maneira semelhante, etc. Pouco tempo decorreu desde que nasceram. Por isso, cada um de vós tem uma pequenina história da vossa vida a contar.

**VÊ SE SABES...**

1900 1920 1940 1956 1961 1975  
Criação do MPLA  
Início da luta armada: 11 Nov. 4 Fev.

— Assinala então as datas aproximadas do teu nascimento, do nascimento dos teus pais, avós e bisavós.  
— Procura conhecer junto deles alguns factos da sua vida, e conta-os depois na aula ao teu professor e teus colegas.

Fonte: Centro de Investigação Pedagógica e Inspeção Escolar/Ministério da Educação. Iniciação à História, 4ª classe, [197-].

Na perspectiva aqui adotada, os manuais escolares angolanos serão percebidos como “lugares de memória” (NORA, 1993). Eles representam uma leitura do passado avessa à revisitação, que procura escapar das (re)descobertas da história. Ao invés de estimularem questionamentos sobre o passado, os manuais escolares oferecem uma leitura monumentalizada dos fatos, dentro de uma concepção linear do tempo. Esses materiais

<sup>4</sup> CHOPIN, 2002, p. 14.

<sup>5</sup> Escola de Base era composta de 8 classes, divididas em três níveis, a 4ª classe correspondia à última etapa do primeiro nível. No Brasil, equivaleria ao 4º ano do Ensino Fundamental I.

didáticos compartilham certas experiências coletivas como verdades, numa tentativa de imprimir um sentimento de coesão que é caro à formação das identidades nacionais. Repetir essas representações no meio escolar confere à memória nacional um caráter coletivo, num processo de enquadramento daquilo que deve ser lembrado ou esquecido<sup>6</sup>.

A futura elite dirigente de Angola iniciou, ainda antes da independência, um processo de articulação da sociedade civil por meio da educação, a fim de nutrir e dar forma às esperanças contidas na guerra contra o domínio colonial. Pode-se dizer, então, que as escolas organizadas pelo MPLA nas chamadas zonas libertadas<sup>7</sup> constituíram a matriz do sistema de ensino estruturado no pós-independência. Essa iniciativa possibilitou que a narrativa histórica do MPLA, como único representante legítimo do nacionalismo angolano, entrasse pela primeira vez no cotidiano escolar, como explicava o manual “Formação Militante”, elaborado em 1970, pelo Centro de Investigação Pedagógica e Inspeção Escolar (CIPIE)/Ministério da Educação (MED), sobre o surgimento do MPLA: “o nosso povo tem de estar todo unido, sob a direção de um só partido que seja a sua vanguarda”<sup>8</sup>.

Os manuais escolares pós-independência retomam essa leitura do passado, modelando a História de Angola nos cânones do partido dirigente. Nos Centros de Instrução Revolucionária (CIR), guerrilheiros, adolescentes e crianças, dividiam o mesmo espaço escolar, a história didática oficial, inicialmente desenvolvida em uma proto-organização e, depois, pela estruturação de um sistema escolar.

Para entender os aspectos acima relacionados, é necessário conhecer um pouco mais do contexto político e intelectual que consubstanciou a elaboração dessa narrativa. Neste sentido, no próximo item, irei recapitular os momentos decisivos de formação da inteligência anticolonial angolana que deu suporte ao MPLA.

## 1.2 A vanguarda revolucionária

Os principais nomes que formaram a intelectualidade do MPLA atuaram na colônia e na diáspora, tendo inicialmente uma produção literária, desenvolvida em fins da década de 1940. A atuação desse grupo se fez em Luanda e na metrópole portuguesa, fomentando a interlocução entre os nacionalistas angolanos nas duas margens do atlântico.

---

<sup>6</sup> ROUSSO, 2002, p. 95.

<sup>7</sup> Zonas afastadas do domínio colonial, onde o MPLA conseguiu formar escolas e bases militares.

<sup>8</sup> CIPIE/MED, 1970, p. 17.

Um polo de atração dessa intelectualidade foi a Casa dos Estudantes do Império (CEI), associação civil com sede nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto. A CEI foi criada em 1944, conforme aponta Cláudia Castelo (2011), para receber estudantes das colônias ultramarinas que se dirigiam à metrópole para cursar os estudos superiores<sup>9</sup>. A proposta de seu idealizador, Francisco Vieira Machado, ministro das colônias do Estado Novo, era estimular nos jovens estudantes uma identificação com o Império Português<sup>10</sup>. Com esse objetivo, foi criado um programa de bolsas de estudo, organizada uma biblioteca, realizadas palestras com temas coloniais e atividades desportivas, a fim de aproximar os estudantes e ao mesmo tempo vigiar-lhes os passos, esvaziando as possíveis críticas ao regime<sup>11</sup>.

Contrariando as expectativas, a CEI se destacou como um espaço de sociabilidade do ativismo antissalazarista, recebendo muitos daqueles que depois seriam lembrados como representantes da intelectualidade africana de língua portuguesa, envolvidos na luta anticolonial e em projetos de construção nacional. Em meados da década de 1940 passaram por lá Mário de Andrade, Hugo Azancot Menezes, Lúcio Lara e Agostinho Neto, nomes que posteriormente teriam importantes papéis dentro do MPLA<sup>12</sup>. Eles integraram o grupo dos “mais velhos”, como os nomeou Pedro Ferreira (2013), responsáveis, segundo o historiador, por transformar a CEI em um espaço de contestação à ditadura salazarista e ao colonialismo<sup>13</sup>.

No mundo dividido pela geopolítica da Guerra Fria, o colonialismo português era visto por seus críticos como um sistema dependente, periférico, ultrarreacionário, que permitia a

<sup>9</sup> Apenas em 1963 foram criados os estudos gerais universitários em Angola e Moçambique (BITTENCOURT, 1997, p. 189).

<sup>10</sup> O Estado Novo português (1933-1974) foi um regime ditatorial de caráter corporativista, chefiado inicialmente por Antônio de Oliveira Salazar. Guiado pelo conservadorismo, o regime salazarista adotou políticas bastante rigorosas para o controle das colônias ultramarinas.

<sup>11</sup> CASTELO, 2011, p. 7.

<sup>12</sup> Não cabe aqui, nos limites desse trabalho, discorrer sobre a trajetória individual de cada um dos principais membros da inteligência do MPLA, apenas destacar os papéis que ocuparam na organização. Mário de Andrade, formado em filologia clássica, foi presidente (1959-1962) e Secretário-Geral do MPLA (1962-1972); Hugo Azancot Menezes nasceu em São Tomé e Príncipe, mas foi criado em Angola. Formado em medicina, foi um dos responsáveis pela fundação do MPLA, participou do comitê diretor e atuou como chefe do serviço de assistência médica na 2ª Região Político Militar (Cabinda, norte de Angola) durante a guerra anticolonial. Disponível em: <<http://www.fara-nza.com/2014/05/o-percurso-de-dr-hugo-jose-azancot-de-menezes.html>>. Acesso em: 4 jan. 2018. Lúcio Lara, formado em ciências, foi um dos responsáveis pela fundação do MPLA, secretário-geral da Organização e dos Quadros (1962), professor nos Centros de Instrução Revolucionária, e após a independência, secretário-geral, ocupando o segundo cargo mais alto dentro da estrutura do MPLA. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%BAcio\\_Lara](https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%BAcio_Lara)>. Acesso em: 4 jan. 2019. Agostinho Neto, formado em medicina, ocupou o cargo de presidente honorário, (1960), presidente efetivo (1962-1975) do MPLA e foi o primeiro presidente de Angola (1975-1979). Disponível em:

<[http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&id=66&lang=en](http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=66&lang=en)>. Acesso em: 4 jan. 2018.

<sup>13</sup> Amílcar Cabral, Vasco Cabral (Guiné Bissau), Marcelino dos Santos (Moçambique) e Alda Espírito Santos (São Tomé e Príncipe), entre outros, também integraram o grupo “dos mais velhos” e foram igualmente responsáveis por liderar a luta anticolonial em seus respectivos países.

exploração de suas colônias por grandes empresas capitalistas<sup>14</sup>. Essa imagem começou a ser desenhada por uma inteligência que vivenciou a experiência coletiva de residir na metrópole lusitana, ainda sob o impacto da derrota dos regimes nazifascistas na Segunda Guerra Mundial.

Os jovens estudantes da CEI apoiaram a resistência antifascista do Movimento de Unidade Democrática (MUD), vinculado ao Partido Comunista Português (PCP) que, em sua curta existência na legalidade, obteve um forte apoio das massas<sup>15</sup>. Esses mesmos estudantes iniciaram um movimento responsável pela produção de uma literatura de cunho social. Em 1948, a CEI de Lisboa publicou o Boletim Literário “Mensagem”, seguida por sua congênera, em Coimbra, que lançou “Meridiano”<sup>16</sup>. Textos de natureza autóctones fizeram desfilar no interior do império português, cenas cotidianas de Angola, suas paisagens despidas do exotismo atribuído pelo estrangeiro e as duras condições de vida impostas às populações locais pelo regime colonial fascista.

A produção literária, que recriava em versos as singularidades angolanas e expunha a ocupação portuguesa, teve no Movimento “Vamos Descobrir Angola” o seu principal expoente. A proposta articulada por Viriato da Cruz em Luanda (1948), propôs desvelar Angola por meio da literatura, nela incluindo a sua geografia, história e práticas culturais, em resposta às restrições do ensino colonial circunscrito a temas relacionados a Portugal. Considerado um marco da literatura moderna angolana, a produção literária decorrente desse período, rompeu com os padrões estéticos europeus, assumindo a forma denominada por Laura Padilha (1995) de “griotização” da escrita, ou seja, composições textuais próprias para serem expressas por meio de voz e gesto:

[...] Para que o povo tivesse acesso, no momento histórico de sua mobilização, a nova mensagem, era preciso que o discurso escrito fosse passível de ser contado em voz alta e ainda ser reproduzida pela memória. O segmento letrado ao ler/contar tal texto funcionava, sobretudo, fora dos centros urbanos, como os antigos *griots*, fazendo-o circular também pela via da oralidade. Assim, pois quanto mais próxima estivesse a escrita da oralidade, mais facilmente se poderia disseminar a mensagem transformadora<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> LINHARES, 1981, p. 99.

<sup>15</sup> Nascido em 8 de outubro de 1945, momento de forte isolamento internacional do regime salazarista, após a vitória das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial, o MUD agiu na legalidade por cerca de três anos, autorizado pelo regime. As outras forças de oposição, no entanto, continuavam na ilegalidade. Era o caso do Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF) e do PCP (FIGUEIREDO, 2012, p. 178; OLIVEIRA JR., 2017, p. 51).

<sup>16</sup> SANTOS, 2005, p. 36.

<sup>17</sup> PADILHA, 1995, p. 139.

A publicação em 1951 da “Revista Mensagem – A voz dos naturais de Angola”<sup>18</sup> promoveu um intercâmbio cultural entre os intelectuais da diáspora e aqueles que permaneceram na colônia<sup>19</sup>. A revista publicou textos assinados por Agostinho Neto, vivendo à época em Portugal, Viriato da Cruz<sup>20</sup> e Antônio Jacinto<sup>21</sup>, residentes em Angola, além de outros escritores originários de colônias portuguesas na África, conforme destacou Karina Ramos (2017).

A atividade político-cultural dos membros da CEI não passou despercebida ao governo português que redobrou a vigilância sobre a Casa. Como forma de manter vivo o debate e garantir o funcionamento da instituição<sup>22</sup>, os estudantes das colônias portuguesas em África organizaram, em 1951, o Centro de Estudos Africanos<sup>23</sup>. Nesse novo espaço, os participantes<sup>24</sup> promoveram palestras e debates sobre temas relacionados ao continente africano, possibilitando uma intensa troca de conhecimentos, como lembrou Mário de Andrade em entrevista à Christine Messiant (1999), afirmando ter encontrado nesse espaço, o sentido da “négritude”<sup>25</sup>. O Centro de Estudos Africanos manteve firme a articulação entre os futuros dirigentes políticos do MPLA, como mostra Mário de Andrade ao referir-se à participação de Viriato da Cruz:

<sup>18</sup> A “Revista Mensagem” foi editada pelo Movimento dos Novos Intelectuais de Angola (MNIA), em conjunto com a Associação dos Naturais de Angola (Anangola), cuja origem remonta ao Grêmio Africano, uma associação recreativa de cariz racial que selecionava os seus filiados entre os mestiços mais claros. Contudo, aos poucos, segundo Bittencourt (1999), essa agremiação assumiu um caráter de contestação ao colonialismo.

<sup>19</sup> Um outro importante espaço de trocas, mas de outra ordem, era o Clube Marítimo Africano, que auxiliava no envio e recebimento de informações, de livros proibidos em Portugal, especialmente aqueles de orientação marxista, e documentos entre os nacionalistas residentes no exterior e aqueles que viviam em Angola (OLIVEIRA JR., 2017, p. 57).

<sup>20</sup> Viriato da Cruz tratado por Mário de Andrade como “Homem *pivot* porque participou no nascimento – pelo menos na redação de todas as organizações importantes de Angola, as primeiras organizações, [...] na redação do manifesto do MPLA, na criação evidentemente, dos estatutos, etc. (ANDRADE apud JESUS, 2017, p. 23).

<sup>21</sup> Antônio Jacinto foi preso em 1959 pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) devido às suas atividades políticas, ficando confinado durante quatro anos no campo de concentração de Tarrafal (Cabo Verde), após a sua libertação juntou-se ao MPLA, em 1973 (OLIVEIRA JR., 2017, p. 212).

<sup>22</sup> A CEI foi fechada por ordem do governo salazarista, em 1965, já no contexto da luta anticolonial e da adoção de uma postura mais ofensiva contra o regime verificada na realização de exposições, debates, conferências, produções cinematográficas e na republicação do Boletim “Literário Mensagem” (OLIVEIRA JR., 2017, p. 54).

<sup>23</sup> O Centro de Estudos Africanos (CEA) funcionava na casa da família de Alda Espírito Santo, em Lisboa (ANDRADE apud MESSIANT, 1999, p. 194).

<sup>24</sup> “[...] participaram com maior assiduidade Amílcar Cabral, Mario Pinto de Andrade, Francisco José Terneiro (São Tomé e Príncipe), Marcelino dos Santos, Vasco Cabral [Guiné-Bissau], Noêmia de Sousa (Moçambique), Humberto Machado (Angola), Lúcio Lara e Agostinho Neto, este último deixou de frequentá-las em 1952 devido a sua primeira prisão” (OLIVEIRA JR., 2017, p. 55).

<sup>25</sup> O termo “négritude” cunhado em 1939 pelo intelectual originário da Martinica, Aimé Césaire, consiste em linhas gerais na afirmação de uma identidade negra positiva e no estabelecimento de laços de solidariedade entre os negros. Após a Segunda Guerra Mundial o sentido de “négritude” foi ampliado, incluindo a luta anticolonial, o racismo, a recusa à imposição dos valores culturais ocidentais, que se dava principalmente pela via do colonialismo e ao discurso da “assimilação” definido pelo luso-tropicalismo. Ver BARBOSA; Muryatan Santana. *Pan-Africanismo e diversidade de um ideal na Prêsence Africaine* (1956-1963), 2015. HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*, 2008.

Au tour de ce entre d'études africaines on retrouve les mêmes, ceux qui sont devenus les *léders* politiques. Mais sans oublier, naturellement, la correspondance, toujours, avec l'Angola. Parce que, entre temps, il y a déjà la correspondance avec Viriato, il y a Mensagem [Revista] qui est publié, qui s'exprime; et Viriato lui-même a participé au Centre d'études africaines em envoyant un exposé. Oui, le seul intellectuel, disons, le seul intervenant extérieur à notre groupe, c'était Viriato<sup>26</sup>.

A fala de Mário de Andrade sublinhou um outro aspecto importante, a literatura que expressava o “ser nacional” traduzia a leitura elaborada pelo grupo ao qual estava filiado, traçando os primeiros esboços da ideia de nação formulada pelo MPLA para o conjunto da sociedade angolana. Neste sentido, podemos ligá-la à reflexão teórica de Benedict Anderson (2008) sobre as nações, na tentativa de compreender o significado da literatura angolana desse período. O antropólogo inglês traz uma definição do que seriam as nações enquanto comunidades políticas imaginadas, dizendo que estas passam a existir no momento em que os seus membros se identificam uns com os outros, fazendo com que desconhecidos se vissem como semelhantes, esmaecendo diferenças pelo toque taumaturgo do “ser nacional”. São imaginadas como intrinsecamente limitadas por suas fronteiras e soberanas porque estariam hipoteticamente livres do opressor estrangeiro.

Seguindo a proposição de Anderson, a instituição da literatura moderna angolana pelos homens que se tornariam líderes políticos do país, constitui um repertório literário que imagina a nação e constrói os alicerces de sua fundação para uma parcela da população, sobretudo, urbana. É o que também conclui Laura Padilha: “Começa a ter peso a partir da década de 50 [...] tudo o que traz o traço da alteridade angolana, passando a produção literária a vincular-se estreitamente à construção da nacionalidade [...]”<sup>27</sup>.

Veiculada pelos intelectuais revolucionários, a língua portuguesa passou a ser o vernáculo pelo qual a nação deveria se comunicar, sendo institucionalizada após a independência como idioma oficial. Em que pese a construção de uma escrita original, como apontado anteriormente, a instituição de uma língua oficial, como lembra Lilian Schwarcz, no prefácio à edição brasileira do livro de Anderson, “se converte em um acesso privilegiado para verdades ontológicas [...] e permite a unificação da leitura, a manutenção do suposto de uma antiguidade essencial”, cuja sistematização em material impresso serve para consolidar a nação<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> ANDRADE; MESSIANT, 1999, p. 195. O trecho correspondente na tradução é: Nesta viragem em torno do Centro de Estudos Africanos, encontramos os mesmos que se tornaram os líderes políticos. Mas sem esquecer, claro, a correspondência, sempre, com Angola. Porque, entretanto, já existe a correspondência com Viriato, existe a Mensagem que é publicada; e o próprio Viriato participou do Centro de Estudos Africanos em enviar uma apresentação. Sim, o único intelectual, digamos, o único orador fora do nosso grupo foi Viriato

<sup>27</sup> PADILHA, 1995, p. 138.

<sup>28</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário) (Apresentação). In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 13.

Émile Durkheim (1975), ao falar sobre a importância da língua no processo de ensino, salientou que aprender um idioma significa assimilar um sistema de ideias previamente organizadas e classificadas: “[...] preciso será que a educação assegure, entre os cidadãos, suficiente comunidade de ideias e de sentimentos sem o que nenhuma sociedade subsiste”<sup>29</sup>.

O uso do português em Angola criou um sistema de hierarquia sociais, excluindo aqueles que não se apropriavam do código pela qual o aparelho burocrático do Estado podia ser acessado, fazendo da educação formal o único caminho para se obter acesso a sua decodificação e junto com ela se pretendeu disseminar a “comunidade de ideias e sentimentos” referida por Durkheim.

Outra questão a ser destacada refere-se ao fato de que, apesar da confluência intelectual entre os homens aqui citados e de suas reflexões sobre a situação de Angola, eles ainda não estavam aglutinados em torno de uma organização política que vinculasse a todos, apenas mais tarde, em 1960, o MPLA seria constituído como uma frente de libertação nacional.

Em termos de agremiação política, Viriato da Cruz, Ilídio Machado, Mário Antônio Fernandes, e Antônio Jacinto<sup>30</sup> fundaram o Partido Comunista Angolano (PCA), em 1955 e, na sequência, o Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), um desdobramento do primeiro, em face da rejeição do comunismo pelos setores nacionalistas da população<sup>31</sup>. O PLUAA foi esvaziado ainda em sua gênese devido às perseguições da PIDE, instalada em Angola em 1957 – que provocaram a fuga de Viriato para o exterior no mesmo ano – e o abandono da militância, por Mário Antônio devido a questões pessoais<sup>32</sup>.

### 1.3 O começo de uma nova história

Em fins dos anos 1950 com a chegada de Viriato da Cruz, em Paris, a militância angolana, que se vinculava ao MPLA, se consolidou no exterior<sup>33</sup>. Na diáspora, o grupo de nacionalistas angolanos intensificou as articulações em defesa da libertação de Angola, favorecido pela efervescência política e cultural dos anos 1950-1960, quando intelectuais negros de diversas origens se organizaram em congressos internacionais para debater questões

<sup>29</sup> DURKHEIM, 1975, p. 46.

<sup>30</sup> Com exceção de Mário Antônio Fernandes, os demais se tornariam membros do MPLA.

<sup>31</sup> Ver BITTENCOURT, Marcelo. *A Criação do MPLA, Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, n. 32, dez. 1997, p. 182-208. SILVEIRA, Anabela. *O “comunismo” de Viriato da Cruz e os seus reflexos no nacionalismo angolano*. Disponível em: <https://unl-pt.academia.edu/AnabelaSilveira>. Acesso em: 27 dez. 2018.

<sup>32</sup> BITTENCOURT, 1997, p. 186-189.

<sup>33</sup> A vigilância da PIDE leva Viriato a abandonar Paris e se fixar em Frankfurt, mudando-se em 1959 para Berlim (SILVEIRA, 2013, p. 6).

raciais, arte, literatura, amplificando nesses fóruns o debate sobre a ocupação colonial no continente.

No ano de 1955 ocorreu na Indonésia, a “Conferência de Bandung”, encontro que reuniu países dos continentes africano e asiático, pioneira na formatação do “Terceiro Mundo” enquanto bloco político<sup>34</sup>. A conferência classificou o racismo institucional, praticado pela África do Sul como uma violação aos direitos humanos; reconheceu o direito à autodeterminação do continente africano e à igualdade de todas as raças<sup>35</sup>. No ano seguinte, a capital francesa recebeu o “Primeiro Congresso de Escritores e Artistas Negros”, do qual participaram intelectuais da estatura de Aimé Césaire e Frantz Fanon, entre outros autores<sup>36</sup>. Para eles, a imposição de valores exógenos e o racismo desqualificava a produção autóctone, construindo hierarquias, significando mesmo o aprisionamento de uma cultura [negra] que nasceu livre e foi impedida de se expressar livremente<sup>37</sup>.

A cidade de Paris sediou a “Reunião de Consulta e Estudo para o Desenvolvimento da Luta nas Colônias Portuguesas”, realizada no mês de novembro de 1957, da qual participaram Amílcar Cabral (Guiné Bissau), Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Eduardo dos Santos (Angola), Marcelino dos Santos (Moçambique) e Guilherme do Espírito Santo (São Tomé e Príncipe). Objetivando unificar a luta contra o colonialismo luso e expor ao mundo os abusos cometidos pelo regime, o grupo reunido na capital francesa fundou no ano seguinte, em Lisboa, o Movimento Anticolonialista (MAC)<sup>38</sup>. Leandro de Jesus (2017), em estudo sobre as lutas anticoloniais na África, demonstrou que o intercâmbio entre diferentes agentes políticos possibilitou aos militantes de territórios africanos sob domínio português, articular estratégias individuais e coletivas, organizar frentes comuns, denunciando em fóruns internacionais o racismo e o imperialismo luso.

A conquista da autonomia política de Gana, ocorrida também em 1957, primeiro país da África subsaariana a se tornar independente, acentuou a mobilização contra a ocupação colonial. No ano seguinte, a cidade de Acra, capital do país, sediou a “Primeira Conferência

<sup>34</sup> BARBOSA, 2015, p. 8.

<sup>35</sup> LOCKSLEY, Edmondson. A África e as regiões em via de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali A. Mazrui; WONDJI, Christophe (Ed.). *História Geral da África VIII: desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

<sup>36</sup> Não serão discutidos os embates conceituais ocorridos durante o encontro, apenas se quis sinalizar as críticas feitas ao colonialismo por ocasião do Congresso.

<sup>37</sup> A Construção da Négritude: os embates por ocasião do I Congresso de Escritores e Artistas Negros (1956), XVIII Encontro Regional - ANPUH-MG, 21-27 jul. 2012, p. 1-11.

<sup>38</sup> O MAC possuía seções em países onde estavam refugiados seus representantes. Lúcio Lara, obrigado a deixar Lisboa, em 1959, por conta das investidas da PIDE, ficou responsável pela seção de Frankfurt, cidade onde se estabelecera. Em Berlim e Paris, a coordenação era feita por Viriato da Cruz e Mário de Andrade respectivamente. Marcelino dos Santos, Guilherme do Espírito Santo, Amílcar Cabral e Agostinho Neto, entre outro, eram responsáveis pela seção de Lisboa (SOARES, 2006, p. 12).



dos Povos Africanos”<sup>39</sup>. A Conferência buscou galvanizar apoios multilaterais dentro da perspectiva do pan-africanismo<sup>40</sup> e estimular a luta pela independência nos territórios ocupados. O Encontro, assim como os demais, procurou mobilizar a opinião pública mundial contra a situação de exploração econômica e social a que eram submetidos os povos africanos.

Na “Primeira Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos”, realizada na cidade do Cairo (Egito), no período de 26 de dezembro de 1957 a 19 de janeiro de 1958, foi criada a Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia (OSPAA). Na oportunidade, Mário de Andrade e Viriato da Cruz fizeram contato com as embaixadas da China e da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Anabela Silveira (2013) assinalou que dois meses depois, o país asiático enviou um convite para eles participarem, em solo asiático, da “Jornada de Solidariedade com as Nações Africanas sob o Jugo do Imperialismo”, onde receberam manuais de formação político-militar e apoio financeiro. Esse contato com a China abriu canais de denúncia sobre a situação angolana em meios de comunicação chineses, segundo revelou a historiadora.

Em 1959 foi realizado o “Segundo Congresso de Escritores e Artistas Negros”, em Roma, estando presente Mário de Andrade, Lúcio Lara e Viriato da Cruz. Viriato apresentou a comunicação “A responsabilidade do intelectual negro”, na qual criticou o colonialismo português e a hierarquização social e de saberes inscritas pela política de ensino implantada pelo regime, conforme assinalado por Anabela Silveira (2013). Neste fórum, os angolanos do MAC ouviram de Frantz Fanon, o conselho para que, a exemplo de Holden Roberto, dirigente da União das Populações de Angola (UPA), formassem uma frente de caráter nacional<sup>41</sup>.

<sup>39</sup> Edem Kodjo e David Chanaiwa ressaltaram o papel do intelectual, militante nacionalista e primeiro dirigente do país, Kwane Nkrumah, à frente dos debates e da organização de encontros, cujo foco era a luta pela independência dos países africanos e o estabelecimento de redes de ajuda mútua no continente. Na Conferência de Acra foram discutidas, por exemplo, as relações entre os países africanos independentes e o apoio às lutas de libertação dos territórios ainda sob domínio colonial. KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e Libertação. In: *História geral da África*, VIII: África desde 1935, 2010, p. 897-924.

<sup>40</sup> O termo se refere a um movimento concebido e difundido nos Estados Unidos da América, na Europa e em pequenos centros urbanos de regiões africanas colonizadas pelos ingleses e, em menor proporção, nas colônias francesas e portuguesas da África, a partir de finais do século XVIII. Em linhas gerais, o pan-africanismo defendeu a formação de uma rede de solidariedade entre os africanos e seus descendentes espalhados pelo mundo, motivada pela opressão e racismo sofridos pelos negros e a construção de uma identidade racial positiva. Até meados do século XX, o movimento teve como principais expoentes Alexander Crummel nascido nos Estados Unidos da América, mas que adotou a nacionalidade liberiana, o estadunidense William Dubois, o antilhano Edward Blind, o jamaicano Marcus Garvey, entre outros. A partir da segunda metade do século XX, o Pan-Africanismo incluiu a discussão sobre as lutas de libertação e neocolonialismo na África, traduzida principalmente por Aimé Césaire (Martinica), Frantz Fanon (França), Amílcar Cabral (Guiné Bissau), Kwane Nkrumah (República de Gana), Cheikh Anta Diop e Léopold S. Senghor (ambos do Senegal). HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula: visita à História Contemporânea, 2005. BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-Africanismo: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine (1956-63), 2015.

<sup>41</sup> MESSIANT, 1999, p. 219.

Frantz Fanon, representante do Governo Provisório Revolucionário da Argélia (GPRA), conheceu Holden Roberto na Conferência de Acra, realizada no ano anterior. Encontro que por razões “estúpidas”, segundo Mário de Andrade, o seu grupo não enviou nenhum representante<sup>42</sup>. O fato é que a UPA, instalada na fronteira norte de Angola<sup>43</sup>, demonstrou em Gana sintonia com o modelo de luta anticolonial defendido na Conferência. Restaram as críticas para as lideranças nacionalistas que faziam oposição ao colonialismo, a partir de capitais europeias, notadamente em Lisboa representada pela CEI e com ligações eventuais ao PCP – que teve Lúcio Lara como representante do continente africano em seu quinto congresso –, conforme demonstrou Anabela Silveira (2017).

A recomendação feita por Fanon ao grupo de Andrade ganhou corpo na “II Conferência dos Povos Africanos”, realizada na cidade de Túnis, capital da Tunísia, em 1960, que condicionou a admissão de conferencistas à sua ligação com países independentes ou de movimentos de libertação<sup>44</sup>. O que seria um grave revés político foi contornado com agilidade por Hugo Azancot de Menezes, Lúcio Lara e Viriato da Cruz que se apresentaram como delegados do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA).

Com efeito, a história da fundação do MPLA foi recriada, recuando no tempo e no espaço, de forma a fixar a sua fundação em 1956, firmando o seu enraizamento na terra natal, fruto de uma fusão com o PLUAA, o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), o Movimento de Independência de Angola (MIA), além de outros grupos nacionalistas. Versão desmentida por Carlos Pacheco: “Ninguém, de resto, que tenha passado pelas fileiras da MIA ou da PLUAA nomeia o MPLA nos seus depoimentos [...]”<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> Mário de Andrade alegou em entrevista à Christine Messiant (1999) ter conseguido uma passagem aérea junto a Georg Padmore, conselheiro do governo ganense, para participar da Conferência. O escolhido para representar o MAC teria sido Viriato da Cruz, mas os contatos com Padmore teriam sido feitos por Marcelino dos Santos, que usava o codinome de Charles Mahla, em nome do qual foi emitido o bilhete, impedindo o embarque de Viriato (MESSIANT, 1999, p. 213).

<sup>43</sup> A UPA teve como matriz a União das Populações do Norte de Angola (UPNA), mas não queria ser conhecida internacionalmente como uma organização regional, sob o risco de perder apoio internacional, por este motivo a sua nomenclatura foi alterada. Enraizada entre os bacongos na fronteira norte de Angola, grupo étnico também presente na República Democrática do Congo (Congo-Kinshasa, colonizado pela Bélgica) e na República do Congo (Congo-Brazavile, colonizado pela França), a organização teve participação ativa na luta pela independência do Congo-Kinshasa, integrando os grupos independentistas “Aliança dos Zombo/Bazombo” (ALLAZO) e a “Aliança dos Bakongos” (ABAKO), o que lhe garantiu grande suporte dos governos constituídos após a independência. (HODGES, 2001, p. 46; BITTENCOURT, 1997, p. 227; TALI, 2001a, p. 77).

<sup>44</sup> SILVEIRA, 2017, p. 281.

<sup>45</sup> PACHECO, 1997, p. 35.

O ano de 1956 sinalizou, na verdade, a criação do PLUAA, cujo manifesto de fundação, de autoria de Viriato da Cruz, teria sido atribuído ao MPLA<sup>46</sup>, a partir de um trecho que defende a formação de uma frente única em Angola:

[...] o colonialismo português não cairá sem luta. Deste modo, só há um caminho para o povo angolano se libertar; a luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através portanto do mais amplo MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA [grifo do MPLA]<sup>47</sup>.

Carlos Pacheco, assim como Marcelo Bittencourt (1997) e Christine Messiant (2000), situa a criação do MPLA durante a Conferência de Túnis, em 1960. Desejava-se, naquele momento, fazer frente às pressões internacionais como as do já citado Frantz Fanon, sem perder de vista a disputa por terreno político com a UPA<sup>48</sup>, que já existia em solo angolano:

Il faut bien voir qu'à l'époque, on n'écrivait pas l'histoire, on faisait une lutte politique, c'est dans ce cadre qu'il faut placer ce qu'on a dit. On n'a jamais vraiment menti, mais on n'a pas dit la vérité. [...] Dire que le MPLA existait, qu'il y avait une organisation sérieuse en Angola, était pour le MPLA une question de vie ou de mort. [...] <sup>49</sup>.

Embora Mário de Andrade tenha alegado que naquele momento o MPLA não estava escrevendo história, é importante registrar que quando o Movimento o fez, optou por manter inalterada a data de sua fundação pavimentando um caminho de distorções e leituras enviesadas sobre a sua própria gênese e a história do país, como revela o Manual de Iniciação à História de Angola da 4ª classe: “[...] Finalmente em 10-12-1956 foi criado o MPLA pela associação de partidos existentes — o MINA e o PLUA, com o objetivo de preparar e realizar a destruição do poder colonial em todo o país”<sup>50</sup>.

Ainda durante a Conferência de Túnis, o MAC assumiu o nome de Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN), cuja proposta central,

<sup>46</sup> No manuscrito do Manifesto escrito a lápis por Viriato da Cruz que integra o Fundo Mário Pinto de Andrade do acervo da Fundação Mário Soares, a data “Dezembro de 1956” foi acrescentada à caneta por Mário de Andrade que também fez diversas observações no documento. Marcelo Bittencourt em ampla pesquisa a partir de fontes escritas e orais, não encontrou registros, com exceção do Manifesto, da fundação do MPLA em data anterior a 1960 e vários depoentes afirmaram ser o documento fundador do PLUAA (BITTENCOURT, 1997, p. 192-193).

<sup>47</sup> TALI, 2001a, p. 304-305.

<sup>48</sup> De acordo com Marcelo Bittencourt (1997), a UPA, antes mesmo do MPLA, antecipou a data de criação da UPNA, organização da qual foi gerada, a fim de mostrar aos parceiros internacionais a sua antiguidade enquanto movimento de libertação.

<sup>49</sup> ANDRADE apud MESSIANT, 1999, p. 186. O trecho correspondente na tradução é: “Devemos ver que na época, não escrevemos a história, fizemos uma luta política, é nesse contexto que ela não coloca o que dissemos. Nós nunca mentimos, mas não contamos a verdade. [...] Dizer que o MPLA existia, que havia uma organização séria em Angola, era para o MPLA uma questão de vida e morte.”

<sup>50</sup> CIPIE/MED, [197-], p. 98.

exposta por Mabeko Tali (2001a), era coordenar as iniciativas internacionais e firmar laços de solidariedades entre os seus membros. Mário de Andrade justificou a troca de nome devido ao entendimento comum dos membros do MAC, de que o termo “revolucionário” era tão importante quanto ter um programa político<sup>51</sup>.

Os integrantes do MAC recorreram às ferramentas discursivas<sup>52</sup> necessárias para melhor inserção no contexto sociopolítico, num momento em que se desenrolava a guerra na Argélia (1954-1962) por sua emancipação da França; em que o mundo assistira, em 1959, o exército guerrilheiro cubano derrotar a ditadura de Fulgêncio Batista, inspirando países africanos a adotarem a mesma estratégia de luta; a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) prestar apoio técnico aos governos independentes de Gana, Mali, Guiné Conacri e Congo-Kinshasa<sup>53</sup>. A década de 1960 foi também o palco onde se iniciou a luta dos negros por direitos civis nos Estados Unidos da América (EUA), que no mesmo período teve que encarar a dura resistência imposta pelos guerrilheiros vietnamitas. E, no Brasil, país com que os nacionalistas angolanos mantinham contatos intelectuais e políticos, se via a breve assunção de um governo popular, seguido de um golpe militar e a resistência de grupos esquerdistas<sup>54</sup>.

O momento exigia um posicionamento dos integrantes do MPLA que já tinham recebido a oferta de Frantz Fanon, em 1959, para o treinamento de guerrilheiros na Tunísia. Ação que jamais se efetivou, conforme relatou Anabela Silveira (2017), porque as prisões de militantes ligados ao MAC/MPLA em Luanda interromperam a comunicação do grupo com Angola, levando-os ao descrédito junto ao líder da Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia.

Posteriormente, a palavra “revolucionária” foi suprimida da organização que substituiu a FRAIN, a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP),

---

<sup>51</sup> MESSIANT, 1999, p. 219.

<sup>52</sup> FOUCAULT, 2014, p. 37.

<sup>53</sup> HOBSBAWN, 1990, p. 43.

<sup>54</sup> As relações proximais entre o Brasil e Angola são dignas de nota devido à influência entre os nacionalistas angolanos das obras de Jorge Amado, dos estatutos do PCA terem sido inspirados no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ainda no campo literário, em 1948 a “Revista Sul”, lançada por jovens estudantes de Florianópolis tinha a colaboração de autores angolanos, cujo contato se deu por intermédio de Antônio Jacinto. Às vésperas do golpe de 1964, os angolanos José Lima de Azevedo e José Manuel Gonçalves e os brasileiros José Maria Nunes Pereira e Fernando Mourão fizeram chegar ao meio sindical brasileiro, as ideias do MPLA, contando com o apoio político de Leonel Brizola e Osvaldo Pacheco, com o objetivo de promover um boicote aos produtos brasileiros. No plano de apoio diplomático, por intermédio do gabinete de Afonso Arinos, ministro das relações exteriores e do chefe da casa civil, Darcy Ribeiro, intentava-se enviar alimentos, remédios e material escolar para Angola, sendo as duas últimas ações solapadas pelo golpe de 1964. Ver DÁSKALOS, Sócrates. *Um testemunho para a História de Angola: do Huambo ao Huambo*, 1999. BITTENCOURT, Marcelo. *As Relações Angola-Brasil: referências e contatos*, 2006.

criada em abril de 1961, em Casablanca, Marrocos<sup>55</sup>. Tali (2001a) asseverou que a CONCP surgiu num momento de maior estruturação dos movimentos nacionalistas, principalmente, em Angola – onde o MPLA anunciara o início da luta armada meses antes –, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe<sup>56</sup>. O campo semântico fora substituído pela ação na diplomacia política, indo ocupar os textos didáticos, onde permaneceu vivo durante muito tempo, como bem mostra a proposta de aula, elaborada em 1970, que deveria ser encenada pelos estudantes:

O Kahina - A luta no Vietnã está a avançar, ouvi no rádio que eles abateram dois aviões.

O Pedro - E no Camboja, também, o exército popular luta corajosamente contra os imperialistas americanos.

A Vontade - E a luta dos negros americanos? Tem havido muitos combates de rua. Há dirigentes que foram presos.

Dunduma - Na Guiné e Moçambique a luta também está a avançar [...].

Vantagem - No Brasil, os revolucionários intensificam a guerrilha urbana<sup>57</sup>.

Da Tunísia, o núcleo embrionário do MPLA voltaria a se reunir na Guiné Conacri, livre da ocupação colonial francesa desde 1958. Hugo de Menezes passara a residir na Guiné em agosto de 1959, tendo recebido autorização para trabalhar como médico. Coube a ele abrir caminho junto às autoridades guineenses para que Lúcio Lara, Viriato da Cruz, Mário de Andrade também pudessem se estabelecer no país<sup>58</sup>. Andrade, radicado em Paris desde 1954<sup>59</sup>, onde trabalhava como editor da revista “*Presence Africaine*”<sup>60</sup> deixou a França e se juntou ao grupo, onde dariam mais um passo na edição da história do nacionalismo angolano.

#### 1.4 A “força galvanizadora” na cidade

Em 1959, a PIDE efetuou uma série de prisões em Angola. O objetivo era conter o avanço dos movimentos contestatórios, em uma ação que ficou conhecida como o “Processo dos 50”<sup>61</sup>. Na verdade, foram três processos envolvendo grupos distintos, a referência na história oficial à existência de apenas um instrumento jurídico-político, visou suprimir a

<sup>55</sup> TALI, 2001a, p. 65.

<sup>56</sup> A CONCP visava formar numa caracterização geral, um corpo doutrinário comum que identificasse os territórios membros após a conquista da independência e no plano externo defender a unidade e cooperação entre os países africanos (TALI, 2001a, p. 65).

<sup>57</sup> DEC, 1970, p. 42.

<sup>58</sup> SOUSA, 2006, p. 6.

<sup>59</sup> MESSIANT, 1999, p. 204.

<sup>60</sup> Revista criada em 1947 sob a coordenação do casal senegalês Alioune Diop e Christiane Diop, cujo objetivo central era tornar a cultura africana, objeto de orgulho, criando novos valores para os negros (BARBOSA, 2015, p. 4).

<sup>61</sup> CUNHA, 2011, p. 4.

fragmentação da luta anticolonial corroborando a versão divulgada em Túnis da unificação de outras organizações sob a direção do MPLA, conforme ressaltou Christine Messiant (2000).

Em resposta às prisões políticas, uma série de revoltas tomou conta de Luanda atingindo o seu ápice em 4 de fevereiro de 1961, quando populares armados com catanas atacaram a Esquadra da Polícia de Segurança Pública, a Prisão de São Paulo e a Casa de Reclusão Militar, com o intuito de libertar os presos políticos, realizando novas ofensivas no dia 10 do mesmo mês<sup>62</sup>. As revoltas envolveram agentes múltiplos, inclusive do clero católico luandense, com destaque para o cônego Manuel Mendes das Neves, preso em 1961 pela PIDE e apontado como um dos responsáveis pelas sublevações. Contra o padre pesaram depoimentos de outros detidos relatando terem sido endereçadas ao cônego, correspondências e panfletos da UPA, provenientes do Congo-Kinshasa<sup>63</sup>.

A despeito dos fatos acima, Christine Messiant (2000) relatou que o comitê diretor do MPLA instalado na Guiné Conacri soube dos ataques pelo rádio e, mesmo ignorando a sua autoria, apressou-se em atribuí-la a um grupo de nacionalistas. Posteriormente, incluiu entre os participantes, militantes do MPLA, para em seguida reivindicar para si a responsabilidade pelos atos que tiveram grande repercussão internacional<sup>64</sup>, revelando ter sabido explorar nos episódios do “4 de fevereiro” a potencialidade daquilo que Gramsci apontou em relação à unificação italiana como sendo um dos “momentos de vida intensamente coletiva e unitária no desenvolvimento nacional”<sup>65</sup>.

Uma espécie de leitura invertida de Gramsci (2014), que examinou acontecimentos do ressurgimento e unificação da Itália, nos quais o povo se uniu em torno de uma determinada hegemonia intelectual, política e moral para execução de uma tarefa comum, sedimentou a versão divulgada em Túnis da união de pequenos partidos sob a direção do MPLA, demonstrava a sua inserção no interior de Angola e a capacidade de mobilizar as massas.

Os assaltos às prisões de Luanda foram redimensionados, segundo a socióloga francesa, até passarem a ser divulgados pelo MPLA como o marco da luta armada em Angola, narrativa cristalizada no capítulo intitulado “A Luta de Libertação” do manual “Iniciação à História de Angola”:

[...] no dia 4 de fevereiro de 1961, jovens trabalhadores da capital e de diferentes pontos do País “enquadrados” (grifo do MED) por militantes do MPLA, lançaram-se

<sup>62</sup> BITENCOURT, 1999, p. 131.

<sup>63</sup> ALVES, 2015, p. 104.

<sup>64</sup> Os assaltos às prisões ocorreram em simultâneo com o sequestro do navio português “Santa Maria” pelo capitão Henrique Galvão, que desviou a embarcação para Luanda a fim de organizar na capital da colônia, a derrubada da ditadura salazarista, fato que atraiu a imprensa mundial para a cidade.

<sup>65</sup> GRAMSCI, 2014, p. 91.

no ataque às cadeias para libertar os presos políticos. Era o início para a luta armada para libertação de Angola<sup>66</sup>.

Em poucas linhas, o texto didático apresentou o MPLA como promotor da unidade nacional, capaz de coordenar uma ação que reuniu pessoas de diferentes pontos do país, reafirmando o discurso de Agostinho Neto proferido por ocasião da proclamação da independência: “[...] Força galvanizadora e de vanguarda do nosso Povo, o MPLA inicia heroicamente na madrugada de 4 de fevereiro de 1961 a insurreição geral armada do Povo angolano contra a dominação colonial portuguesa [...]”<sup>67</sup>. O uso legítimo da violência ganhava espaço enquanto recurso político. Os dirigentes do MPLA a entenderam, de acordo com o marxismo, como a parteira de uma nova sociedade:

A violência é, tradicionalmente, a última *ratio* nas relações entre nações e, das relações domésticas, a mais vergonhosa, sendo considerada sempre a característica saliente da tirania [...]. Para Marx, pelo contrário, a violência, ou antes, a posse de meios de violência, é o elemento constituinte de todas as formas de governo; o Estado é o instrumento da classe dominante por meio do qual ela oprime e explora, e toda a esfera da ação política é caracterizada pelo uso da violência<sup>68</sup>.

Não há qualquer referência à origem dos presos políticos ou aos demais grupos que atuaram no ataque às prisões, o texto didático esteve circunscrito apenas à liderança exercida pelo MPLA. A “força galvanizadora” não deixou espaço para ações individuais ou exteriores ao movimento liderado por Neto, como pressupõe a estrutura do capítulo IX, cujos tópicos 1 e 2 – A Fundação do MPLA e A 1ª Guerra de Libertação – induzem a uma leitura que vincula a luta contra o colonialismo em Angola exclusivamente a esse Movimento.

### 1.5 A “força galvanizadora” no campo

O Estatuto do Indigenato, criado em 1926, dividiu os naturais de Angola, Guiné e Moçambique em duas categorias: “indígenas” e “assimilados”, estes últimos representavam a ínfima parcela da população angolana alfabetizada, que assumira práticas europeias de comportamento, sendo regidos por leis portuguesas, possuindo direitos políticos e civis.

Os “indígenas” compunham a maioria da população e foram classificados pelos colonizadores como “boçais e atrasados”, excluídos da cidadania, eram obrigados a exibir uma plaqueta que os identificasse e de portar uma caderneta, usada desde o início do século XIX como forma de controlar a sua circulação, os rendimentos auferidos para a tributação do

<sup>66</sup> CIPIE/MED, [197-], p. 99.

<sup>67</sup> Disponível em: [http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola](http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=997:discurso-do-presidente-agostinho-neto-na-proclamacao-da-independencia-de-angola). Acesso em: 10 jul. 2015.

<sup>68</sup> ARENDT, 1972, p. 67.

imposto a ser recolhido pelo governo. A mudança de estatuto jurídico era mediada pelo letramento, pela recusa às práticas religiosas e culturais locais e a incorporação de costumes europeus. Porém, as escolas destinadas aos indígenas eram escassas e ofereciam exclusivamente uma formação laboral, conforme pontuado por Noré e Adão (2003).

A ausência de direitos civis sujeitava o “indígena” a diversas formas de exploração e dela decorriam a imposição de castigos físicos. Forçados ao trabalho compulsório em plantações, estradas de ferro, portos e toda sorte de empreitadas públicas ou de caráter privado. A disposição de pessoas como se fossem objetos era a representação da autoridade do Estado colonial, como sinalizou Maria Paula Menezes (2010). Na Baixa do Cassanje (noroeste de Angola), agricultores, classificados como “indígenas”, eram obrigados a trabalhar nas lavouras de algodão da companhia luso-belga, Companhia Geral de Algodões de Angola (COTONANG), além de não receberem salários, eram obrigados a vender a colheita para essa empresa por um valor muito inferior ao preço do produto no mercado internacional.

Em dezembro de 1960, uma revolta convulsionou a Baixa do Casanje<sup>69</sup>, iniciada após uma greve contra as péssimas condições de trabalho a que eram submetidos os camponeses nas plantações de algodão, o protesto deu origem a uma rebelião com características de guerrilha<sup>70</sup>.

A revolta adentrou os meses de janeiro e fevereiro de 1961, espalhando-se por toda a região, avançando sobre a fronteira com Luanda, sendo violentamente reprimida pelas forças armadas lusas que usaram gás *napalm* contra as populações locais<sup>71</sup>. De acordo com os relatórios da PIDE, reproduzidos por Anabela Silveira (2011), foram encontrados no local cartazes do Partido de Solidariedade Africano (PSA), registros de invocações ao líder da Aliança dos Bakongo (ABAKO), Joseph Kasavabu<sup>72</sup>, e organizações originárias da República Democrática do Congo (RDC), além de sinais do envolvimento da UPA no conflito<sup>73</sup>.

Silveira (2011) apurou, ainda, a participação dos seguidores do “kimbanguismo”<sup>74</sup> na revolta, liderados por Antônio Mariano, a quem Rosário Neto, dirigente da UPA no período,

<sup>69</sup> Localizada no nordeste de Angola entre o Malanje, capital da província do mesmo nome, e os Lundas (norte e sul).

<sup>70</sup> SILVEIRA, 2013, p. 52.

<sup>71</sup> Ver TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, v. I. 2001. SILVEIRA, Anabela. *A Baixa do Cassanje: o prenúncio da luta armada*, 2013.

<sup>72</sup> Primeiro presidente do Congo-Kinshasa.

<sup>73</sup> A PIDE apreendeu uma carta do cônego Manuel das Neves endereçada a dirigentes da UPA, na qual relatava a prisão de comerciantes mestiços pelos revoltosos e solicitava a interveniência da organização para que isso não mais ocorresse (SILVEIRA, 2013, p. 44-45).

<sup>74</sup> Doutrina de orientação cristã, fundada por Simão Kimbangu, em 1921, na localidade do Nkamba, na atual República Democrática do Congo. À semelhança de Jesus Cristo, circulavam notícias de que Kimbangu curava doenças e ressuscitava mortos. Porém, sua pregação, ganhou um componente racial, evidenciada pela



imputou em seu livro de memórias, a responsabilidade pelos conflitos. Segundo Neto, a estadia na RDC teria feito de Mariano, originário da Baixa do Cassange, um devoto fervoroso do “kimbanguismo”, local onde também se familiarizou com a UPA e a ABAKO.

Como no “4 de fevereiro”, a sublevação no campo teve a participação de sujeitos históricos distintos, incluindo componentes messiânicos, totalmente eclipsados do manual escolar que condensou da seguinte forma as lutas que duraram três meses:

O MPLA trabalhou desde então (desde a sua fundação, considerada como 10 de dezembro de 1956) na mobilização e politização do povo angolano, preparando-o para a luta armada. A repressão policial abatia-se violentamente sobre o povo. Era preciso passar-se a novas formas de luta. Alguns militantes do MPLA tiveram de fugir do país. A direção no exterior lançou um apelo final, em 1960, às massas populares para a revolução. Meses depois, deu-se o trágico episódio da Baixa do Cassanje, onde foi iniciada uma greve para aumento do preço do algodão [...] <sup>75</sup>.

Incluída no tópico destinado à fundação do MPLA como “o episódio da Baixa do Cassanje”, a Revolta sequer mereceu esse título para não superar o fato que, segundo a narrativa didática, lhe dera origem. Tratada como um “episódio” foi esvaziada das contestações das múltiplas estratégias tecidas por seus agentes que destruíram pontes, queimaram sementes, atacaram as forças armadas portuguesas, agrediram superiores, saquearam e incendiaram prédios oficiais, despertando o temor nas autoridades coloniais <sup>76</sup>.

Ao alojar no passado o discurso elaborado na Guiné Conacri, a historiografia didática buscou legitimar num presente açoitado pela guerra civil, as prerrogativas do governo do MPLA e seu direito consagrado pela história ao governo de Angola. Uma outra questão levantada por Christine Messiant (2000) deve ser pontuada, atinente à vinculação dos intelectuais do MPLA a um modelo de nacionalismo ocidental de matriz laica, progressista e universalista. Tal filiação aproximou o nacionalismo angolano dos intelectuais ocidentais MPLA que, por seu turno, cuidou de afastar personagens inadequados como o cônego Manuel das Neves e Antônio Mariano, por exemplo.

### 1.6 A “força galvanizadora” recua

Em 15 de março de 1961, a UPA promoveu um levante na região norte de Angola, que contou com a participação de seus militantes, angolanos radicados no Congo-Kinshasa e

---

afirmativa de que “o branco [se] tornará preto e o preto [se] tornará branco”, possivelmente informada pelas diferenças entre brancos e negros impostas pelo colonialismo. Disponível em:

<<https://kimbanguportugal.weebly.com/kimbanguismo.html>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

<sup>75</sup> CIPIE/MED, [197-], p. 99.

<sup>76</sup> SILVEIRA, 2013, p. 44.

congoleses. A data não foi fortuita, no mesmo dia o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), discutiria a situação de Angola por conta dos episódios do 4 de fevereiro e a Revolta da Baixa do Cassanje<sup>77</sup>.

A UPA dividiu os militantes em grupos, distribuindo-os por área de atuação para que cada um mobilizasse os contingentes populacionais em sua área de atuação: fronteira (Congo/Angola), interior do Congo e na região de São Salvador, em Angola. Foi montado um esquema de comunicação por códigos referindo à realização de um suposto ato religioso: “Todos, homens, mulheres, rapazes e raparigas, mais velhos e crianças, deverão unir os seus sentimentos para que estas festividades deem toda a satisfação ao Senhor para que ele saiba que os Angolanos também são capazes de lhe agradecer”<sup>78</sup>.

Agostinho Silva (2014) relatou que os principais ataques ocorreram próximo na região dos Dembos e Nambuanguo, onde as ações foram mais violentas. Os alvos eram as fazendas de café, estabelecimentos comerciais e postos administrativos. Pontes foram destruídas e estradas bloqueadas; armados com catanas e com armas expropriadas de postos de fronteiras, os revoltosos mataram funcionários da administração colonial, fazendeiros e comerciantes brancos. Porém, em meio à rebelião foram mortos milhares de trabalhadores agrícolas “bailundos”<sup>79</sup>, provenientes principalmente do Planalto Central, deslocados por conta da imposição do trabalho forçado, negros e mestiços “assimilados” acusados de colaborarem com os colonos<sup>80</sup>.

A repressão portuguesa veio na sequência, musseques em Luanda foram vasculhados, sendo realizado grande número de detenções. Vários pastores protestantes, suspeitos de organizar os ataques, foram presos e muitos executados. A repressão portuguesa se deu por terra e ar, num uso desmedido e indiscriminado de forças, provocando uma migração massiva de angolanos para o Congo-Kinshasa<sup>81</sup>.

No “Manual Iniciação à História - 4ª classe” não há qualquer referência ao 15 de Março de 1961, atribui-se o fato à repercussão negativa que os assassinatos de angolanos durante a revolta, por questões étnicas, tiveram dentro e fora de Angola, levando o próprio Holden Roberto a hesitar em assumir a autoria dos ataques à época<sup>82</sup>.

<sup>77</sup>SILVEIRA, Anabela. Disponível em: <[https://www.academia.edu/10485683/O\\_norte\\_de\\_Angola\\_a\\_ferro\\_e\\_fogo\\_15\\_de\\_Mar%C3%A7o\\_de\\_1961](https://www.academia.edu/10485683/O_norte_de_Angola_a_ferro_e_fogo_15_de_Mar%C3%A7o_de_1961)>. Acesso em: 15 mar. 2017.

<sup>78</sup>SILVA, 2014, p. 156.

<sup>79</sup>Mbanlundu, subgrupo do grupo étnico-linguístico ovimbundo.

<sup>80</sup>SILVEIRA, s.d., p. 12; FIGUEIREDO, 2012, p. 189.

<sup>81</sup>SILVEIRA, s.d., p. 12; FIGUEIREDO, 2012, p. 189.

<sup>82</sup>SILVEIRA, s.d., p. 11.

## 1.7 Outros desdobramentos

De acordo com Fábio Figueiredo (2012), a notícia da criação do MPLA, seguida das revoltas em Luanda um ano depois, animaram um grupo de jovens na diáspora que buscaram se incorporar às suas fileiras, a fim de aderir à luta armada. Destaco entre esses nomes, Adolfo Rodrigues Maria, Pepetela e Maria do Céu Carmo Reis, responsáveis pela base acadêmica dos manuais escolares examinados neste trabalho.

Os futuros autores militaram inicialmente na Frente Unida Angolana (FUA), criada em 1961, na capital luandense, sob a liderança do engenheiro civil Fernando Falcão<sup>83</sup>. A FUA se caracterizou em sua formação como uma entidade formada por brancos, oriundos do Planalto Central e de Benguela. Segundo Sócrates Dáskalos, a sua finalidade era “a autodeterminação de Angola, mas dentro da Comunidade Lusíada e sempre multirracial e nasceu com o propósito de evitar uma Angola só para negros”<sup>84</sup>. Dáskalos viu os seus planos frustrados pela PIDE que o condenou a cumprir pena de residência fixa em Lisboa<sup>85</sup>, onde se dedicou a arregimentar novos membros para a sua organização. No exílio, segundo Fábio Figueiredo (2012), a organização ganhou um perfil esquerdista, recebendo adesão de frequentadores dos cafés lisboetas, pontos de encontro de nacionalistas angolanos. Jovens ligados à CEI, caso de Pepetela e Maria do Céu Reis, ou que foram para Portugal, a fim de livrarem-se de perseguições políticas, como Adolfo Maria, também deram nova vitalidade à FUA.

Maria do Céu, então com dezoito anos, desembarcou em Portugal no ano de 1961, para estudar medicina, participando nesse período da militância nacionalista. Alvo da PIDE, ela abandonou a faculdade e seguiu para Paris, aderindo à FUA.

Adolfo Maria traçou os primeiros esboços no campo da escrita revolucionária com a tentativa, frustrada pela PIDE, da publicação “Cadernos Nzambo”, apreendidos ainda na tipografia junto com uma pequena biblioteca marxista<sup>86</sup>. Inspirado pela ambiência da Sociedade Cultural de Angola (SCA) e seguindo os passos da geração “Mensagem”, suas incursões literárias logo deram lugar a ações políticas mais contundentes. Em 1958 envolveu-

---

<sup>83</sup> Manuel Brazão Farinha, Luís Portocarrero, Sócrates Dáskalos e João Mendes também figuram como membros fundadores da FUA. Destaca-se a passagem de Sócrates Dáskalos e Fernando Falcão pela CEI e a militância de ambos no MUD-Juvenil. Dáskalos foi também secretário-geral da Organização Socialista de Angola (OSA), professor e reitor do liceu de Benguela. TORGAL, Luís; PIMENTA, Fernando; SOUSA, Julião (Orgs.). *Comunidades Imaginadas: nações e nacionalismos em África*, 2008; Disponível em: <<https://www.publico.pt/2011/06/10/jornal/fernando-falcao-um-branco-fora-dos-eixos-21801664>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

<sup>84</sup> DÁSKALOS apud PIMENTA, 2008, p. 72.

<sup>85</sup> DÁSKALOS, 2000, p. 3.

<sup>86</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 191.

se na sucessão presidencial portuguesa, apoiando em Luanda, o candidato da oposição, Humberto Delgado. Durante a campanha eleitoral, ele se aproximou do PCP, fundando na sequência o Partido Comunista Angolano (PCA), de pouca expressão<sup>87</sup>. Deixou Angola, em 1962, aos 27 anos de idade, partindo com sua esposa Maria Helena e o filho do casal rumo à Lisboa, onde conheceram Sócrates Dáskalos e juntaram-se à FUA devido ao apoio desse grupo ao MPLA<sup>88</sup>.

Pepetela iniciou a sua carreira acadêmica em Lisboa, onde chegou, em 1958, matriculado no Instituto Superior de Engenharia (IST), depois trocado pela faculdade de literatura<sup>89</sup>. Aos dezoito anos de idade, residindo na CEI, ele também participava dos debates literários e políticos ocorridos nos cafés da cidade lusa, tal como Maria do Céu e Adolfo Maria, sempre espreitados pelos homens de “fatos cinzentos”, como descreveu os agentes da PIDE<sup>90</sup>. A vigilância cerrada fez com que seguisse para Paris, juntando-se à FUA, vista por ele como uma organização de apoio ao MPLA<sup>91</sup>.

Sócrates Dáskalos, mais velho que os jovens citados, militante da CEI e do MUD-Juvenil à mesma época que Lúcio Lara e Agostinho Neto, parece ter assumido uma postura mais independente. O líder da FUA narrou no livro “Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo”<sup>92</sup> ter procurado o MPLA por recomendação de representantes da embaixada brasileira de Portugal, por ocasião de sua passagem pelo liceu de Benguela, onde lecionava<sup>93</sup>. Ao narrar as atividades desenvolvidas pela FUA em Paris e Argel, Dáskalos insinuou que a recusa do MPLA encobria um certo receio numa suposta concorrência apresentada pela Frente:

[...] em França, entre agosto e dezembro de 1962, e na Argélia de janeiro a agosto de 1963, a FUA teve uma atividade intensa, que não deixava adivinhar nem a terrível carência dos seus recursos financeiros nem a escassez numérica de militantes de que dispunha. Efetivamente, a FUA publicou, em poucos meses, três números de um jornal, o “Kovaso”, clandestina e amplamente difundido em Angola, que não deixou

<sup>87</sup> Segundo Fábio Figueiredo (2012, p. 191) existiram três partidos comunistas angolanos. O primeiro idealizado por Sócrates Dáskalos entre 1953 e 1954, não conseguiu ser organizado; o segundo já mencionado, criado por Viriato da Cruz, Ilídio Machado e Viriato da Cruz, em 1955.

<sup>88</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 198.

<sup>89</sup> FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 140.

<sup>90</sup> Disponível em: <<https://www.tsf.pt/vida/interior/pepetela-sobre-a-casa-dos-estudantes-do-imperio-la-aprendemos-muito-sobre-as-nossas-origens-4205651.html>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

<sup>91</sup> PEPETELA, 2011 apud FIGUEIREDO, 2012, p. 217.

<sup>92</sup> Disponho da versão digital do livro, cujas páginas não têm numeração, portanto as referências seguem a sequência exibida pelo programa *Adob Acrobat Reader*.

<sup>93</sup> Sócrates Dáskalos declarou ter procurado o embaixador Negrão de Lima quando de sua visita ao liceu de Benguela, em 1961, sendo recebido posteriormente por seu secretário, Santos e Silva que o aconselhou a deixar Luanda e procurar o MPLA. O contato com representantes do governo brasileiro deveu-se ao fato de o presidente Jânio Quadros, no comando do país no período, já ter reconhecido, segundo Dáskalos, o direito de Angola à sua emancipação política (DÁSKALOS, 2000, p. 61).

de alarmar as autoridades portuguesas; dirigiu exposições aos chefes de Estado da OUA<sup>94</sup>; enviou informações e estudos diversos sobre a situação de Angola a dezenas de organismos na Europa, África e continente americano; efetuou ligações com grupos de apoio franceses e belgas e contactou com pessoas ligadas à Angola, que viajaram expressamente para esses encontros vindas deste território, de Portugal e mesmo dos Estados Unidos<sup>95</sup>.

Com perspectivas diferentes, Dáskalos, acompanhado de Adolfo Maria, se encontrou com Mário de Andrade e Lúcio Lara, em Paris, a fim de propor a incorporação da FUA ao MPLA. O encontro não foi satisfatório, apesar das demonstrações de suporte incondicional ao MPLA manifestada por Adolfo Maria<sup>96</sup>. Dáskalos lamentou não poder esclarecer os objetivos da Frente que se tornara na diáspora uma organização multirracial, enquanto os representantes do MPLA insistiam no fato de que seria um “movimento só para brancos”, girando a conversa em torno desse assunto<sup>97</sup>.

Por seu turno, Edmundo Rocha e Graça Tavares, estudantes ligados à CEI e ao Movimento de Estudantes Angolanos (MEA), foram em abril de 1961 a Paris, a fim de fazer contato com representantes do MPLA para obter apoio financeiro para deixarem Portugal e se engajarem na luta armada, porém ouviram que o Movimento não dispunha de recursos materiais e financeiros para tal empreitada.

A total falta de condições do MPLA em dar continuidade a uma luta que não iniciara, somaram-se às dificuldades enfrentadas no Congo-Kinshasa, onde abrira um escritório em setembro de 1961<sup>98</sup>. A falta de apoio do governo da RDC ao MPLA, segundo Tali (2001a), se contrapunha ao suporte oferecido a sua oponente, que gozava de uma situação política bem mais estável no período.

Em 1962, a UPA conseguira ampliar o seu número de membros e a sua inserção entre as populações locais, por meio da fusão com o Partido Democrático de Angola (PDA), resultando na formação da Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA). Posteriormente, a criação do Governo Revolucionário no Exílio (GRAE) garantiu à FNLA, o aumento do seu prestígio junto às autoridades congoleesas e outros países africanos, que passaram a pressionar o MPLA para se juntar ao oponente, formando uma frente única para a libertação de Angola<sup>99</sup>.

Ameaçado em suas ambições de protagonismo, sem conseguir iniciar a luta armada, o MPLA amargava, ainda, uma crise interna. Os ataques da FNLA que o acusavam de ser uma organização racista, essencialmente urbana e formada por “filhos de portugueses e

<sup>94</sup> Organização da Unidade Africana (OUA).

<sup>95</sup> DÁSKALOS, 2000, p. 7.

<sup>96</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 197.

<sup>97</sup> DÁSKALOS, 2000, p. 78.

<sup>98</sup> TALI, 2001a, p. 77-78.

<sup>99</sup> TALI, 2001a, p. 89.

privilegiados”<sup>100</sup> foram amplificadas dentro das suas hostes, opondo Agostinho Neto e Viriato da Cruz. Em meio a essas convulsões, Dáskalos Mendes e Adolfo Maria receberam de Mário de Andrade e Lúcio Lara apenas acenos positivos a sua causa, mas tiveram negada a incorporação ao MPLA, num claro receio do efeito negativo que o ingresso de brancos no Movimento pudesse exercer sobre os refugiados angolanos radicados na RDC<sup>101</sup>.

Embora houvesse uma convergência de ideias, a FUA permaneceu nas sombras da história do Movimento devido não apenas às questões raciais, concluo, mas também para assegurar a proeminência da organização de Neto sobre todas as iniciativas, inclusive as pedagógicas.

### 1.8 A chegada de Agostinho Neto e as “falsificações da história”

A questão racial, configurada no veto ao ingresso de brancos nas fileiras do MPLA definida nos bastidores em Paris, foi tratada de forma distinta no Congo-Kinshasa, resultando no embate entre Agostinho Neto e Viriato da Cruz, culminando na saída do último do Movimento.

Agostinho Neto foi preso sucessivas vezes pela PIDE devido às suas atividades políticas, sendo detido pela primeira vez em 1952, quando ainda militava junto à CEI. Em 1955 sofreu nova prisão, quando permaneceu encarcerado por dois anos. Em 1960 regressou à Angola, onde abriu um consultório médico e fundou, junto com outros militantes que escaparam do “Processo dos 50”, o MINA. Em contato com o núcleo da Guiné Conacri, por intermédio de Manuel Pedro Pacavira, recebeu orientações para que toda a manifestação política fosse feita em nome do MPLA, consolidando a história elaborada em Túnis e fixando o Movimento em solo angolano<sup>102</sup>. Porém, uma nova prisão ocorreu em junho de 1960, tendo sido detido dentro de seu consultório. Ele foi deportado para Cabo Verde e, na sequência, enviado para a prisão do Aljube, em Lisboa. Na capital portuguesa, teve a pena comutada para o regime de residência fixa, o que facilitou a sua fuga, em 1962, com o auxílio do PCP, para o

<sup>100</sup> Ibid., p. 77.

<sup>101</sup> O Corpo Voluntário de Ajuda aos Refugiados (CVAAR) que aliavam assistência médica à cooptação de novos militantes, relataram dificuldades em atrair a simpatia dos refugiados na fronteira entre Angola e a RDC, entre os quais o MPLA, assim como a FNLA, esperava arregimentar soldados e apoiadores. A presença de indivíduos brancos e mestiços nos quadros dessa organização acabava por confirmar entre os exilados, os ataques feitos pela rival, gerando um clima de constante animosidade. TALI, Jean-Pierre Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, v. 1, 2001. FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *Entre Raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos (1964-1980)*, 2012.

<sup>102</sup> SOARES, 2012, p. 13.

Marrocos. Acolhido em Rabat por Mário Pinto de Andrade, que lhe ofereceu a presidência de honra do MPLA, partiu com destino à Kinshasa<sup>103</sup>.

Agostinho Neto, relatou Tali (2001a), era contrário à incorporação de critérios raciais pelo MPLA, pois implicaria na adoção de uma postura racista duramente criticada por ele. Já o secretário-geral do MPLA no período, Viriato da Cruz, era favorável a uma direção formada majoritariamente por militantes negros. Ele próprio abriu mão do seu cargo no comitê diretor por ser mestiço. Para Viriato, a composição de uma direção com membros majoritariamente negros expressava a realidade de Angola e da sociedade congoleza.

As diferentes trajetórias sociais dos militantes que integravam a direção do MPLA, reunidos em conjunto pela primeira vez em Kinshasa, revelaram, como destacou Bittencourt (2012), culturas políticas distintas. Estas entraram em choque quando confrontadas na convivência diária, sendo a questão racial apenas um desses elementos.

Na defesa da mudança da composição racial da direção do MPLA, Viriato argumentava que a população rural identificava nos mestiços e negros assimilados, tutores do colonialismo, portanto não iriam aderir a uma luta liderada por não negros. O fato de o MPLA ter se constituído por militantes ligados aos centros urbanos, representados por uma elite crioula – cujas gerações passadas gozaram de prestígio junto às autoridades coloniais – era também objeto de críticas contundentes por parte da FNLA.

Os meses que precederam à Primeira Conferência Nacional do MPLA serviram como uma espécie de baliza da força de Neto dentro do Movimento, evidenciada por sua ascensão sobre Viriato, excluído dos preparativos do Encontro que traçaria os rumos do MPLA. Cruz reagiu alegando ter o “passado dos movimentos nas mãos” e defendeu um debate sobre as contradições internas da Organização, a fim de impedir o que chamou de “falsificação da história do nosso Movimento”<sup>104</sup>. As argumentações de Cruz resvalaram num campo que o MPLA mostrara pleno domínio, sabendo muito bem como se ocupar da história e do passado:

A la suite de graves attentas à l'intégrité du Mouvement et à de flagrantes infractions aux dispositions statutaires, lês militants M. Matias Miguéis [...] Viriato da Cruz, José Miguel et Domingos on été expulsés dès rangs du Mouvement. [...] Tels sont lês faits avec toutes sés implications non satisfaites, d'opportunisme e de trahison flagrante de la cause de peuple angolais”<sup>105</sup>.

Nos argumentos utilizados por Neto para justificar a expulsão do grupo, ele incluiu

<sup>103</sup> OLIVEIRA JR., 2017, p. 56-66; SILVEIRA, 2013, p. 11.

<sup>104</sup> Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04356.001.013>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

<sup>105</sup> MPLA, 1963, p. 2. O trecho correspondente na tradução é: “Na esteira de sérios ataques à integridade do Movimento e flagrantes violações das disposições estatutárias, os ativistas Matias Miguéis, Viriato da Cruz, José Miguel e Domingos foram expulsos das fileiras do Movimento. [...] Tais são os fatos com todas as suas implicações não concretizadas de oportunismo e flagrante traição da causa do povo angolano”.

la déclaration de M. [Matias] Miguéis parue dans la presse du 9 juillet, où il accuse le MPLA de relations suspects avec les portugais, notamment avec le F.U.A. [grifo nosso] Le MPLA n'a jamais eu, non plus, des contacts avec des "hommes d'affaires portugais [...] Aussi la inclusion abusive de nom de M. [Mário] de Andrade, membre de notre Comité Directeur, dans cette affaire ne fait que plus révéler plus précisément la soif de pouvoir d'individus qui ne reculent devant n'importe quel procès pour atteindre les buts<sup>106</sup>.

Ao que parece as críticas dirigidas por Matias Miguéis estavam na origem da formação inicial da FUA em Luanda, que contou com funcionários de empresas ligadas a Portugal. Agostinho Neto, diante da posição irredutível de Cruz com relação à participação até mesmo de mestiços na liderança do Movimento e do caráter personalista assumido por ele na forma de liderar o MPLA, optou por negar qualquer envolvimento com a organização, mantendo-a na sombra.

A disputa envolvendo Viriato da Cruz e Agostinho Neto<sup>107</sup> é ilustrativa de como o MPLA passaria a tratar suas divergências internas, valendo-se por vezes do uso da violência<sup>108</sup>, reduzindo as opiniões divergentes a "fracionismos" ou simplesmente eliminando-os da história, como ocorreu com Viriato da Cruz.

Debelada a oposição, a Primeira Conferência Nacional do MPLA foi realizada, em dezembro de 1962, na cidade de Kinshasa, com o objetivo de pôr fim à crise interna, discutir os problemas de Angola e definir a linha política a ser seguida pelo Movimento<sup>109</sup>. A unidade foi o ponto-chave das discussões, bem como a forma de obtê-la, expressa em detalhes nos itens dedicados às crianças e à juventude no Programa de Ação Imediata apresentado durante

<sup>106</sup> MPLA, 1963, p. 2. O trecho correspondente na tradução é: "a declaração de M. [Matias] Miguéis publicada na imprensa em 9 de julho, onde ele acusa o MPLA de relações suspeitas com os portugueses, particularmente com os EUA. [grifo nosso] O MPLA nunca teve nenhum contato com empresários portugueses [...] Também o uso indevido do nome do Sr. [Mário] de Andrade, membro do nosso Comitê Diretivo Neste caso, isso só revela a sede de poder de indivíduos que não se esquivam de qualquer tentativa para atingir seus objetivos".

<sup>107</sup> As tensões entre Viriato da Cruz e Agostinho Neto aumentaram após a recusa do primeiro em reconhecer o comitê diretor eleito pela Conferência Nacional, declarando-o ilegítimo em julho de 1963. Viriato estabeleceu um novo comitê para "unidade e cooperação" com a função de eliminar as divisões internas do MPLA e apoiar a união com a FNLA/GRAE, demandada na ocasião pela Organização da Unidade Africana (OUA). O comitê diretor do MPLA reagiu, deliberando pela expulsão de Viriato da Cruz e os homens fiéis a ele. A decisão aproximou Viriato da Cruz da FNLA, que se tornou, segundo Carlos Serrano (2012), um conselheiro do grupo em Argel. A falta de afinidades com a FNLA levou Viriato ao exílio na China, onde se decepcionou com os rumos do governo comunista e viria a falecer em junho de 1973.

<sup>108</sup> Matias Miguéis e José Miguel foram assassinados em 1965, mortes nunca assumidas pelo MPLA. Ver MESSIANT, Christine. Em Angola até o passado é imprevisível: a experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular o MPLA: fontes, crítica, necessidades atuais de investigação. Construindo o passado angolano: as fontes e sua interpretação. In: *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola*, 4-9 ago. 1977. Luanda: Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 2000. p. 805-859. TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*, v. I. Luanda: Editorial Nzila, 2001.

<sup>109</sup> Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04357.005.009>>. Acesso em: 18 mar. 2018.



o Encontro. Esse Programa foi considerado neste trabalho, as primeiras orientações pedagógicas do MPLA, devido à sintonia com o conteúdo dos textos didáticos analisados.

### 1.9 Unidos pela luta

Da Conferência Nacional do MPLA, em 1962, participaram Agostinho Neto, na qualidade de presidente da sigla, Lúcio Lara, Mário Pinto de Andrade, entre outros integrantes do Movimento<sup>110</sup>. Nela também se fizeram presentes delegados da Organização de Mulheres de Angola (OMA), da Juventude do MPLA (JMPLA), do Corpo Voluntário de Ajuda aos Refugiados (CVAAR)<sup>111</sup>, dos Comitês de Ação, segmentos de apoio político e militar. Logo no discurso de abertura, cujo epíteto “nacional” revelava a sua proposta unificadora, Agostinho Neto afastou os problemas levantados por Viriato da Cruz, ao pontuar a unidade e a democracia interna do Movimento. O presidente do MPLA sublinhou que o Encontro deveria perseguir a união de todos os angolanos, sem discriminação social, tribal, de ideologia ou partido, princípios reafirmados ao longo de toda Conferência.

A complexa fusão num território fragmentado pela diversidade cultural e pela ação colonizadora contaria com o apoio de um recurso pragmático: “La collaboration de tous les angolais dans la lutte doit constituer l’ un des facteurs sur lequel se forge l’unité nationale”<sup>112</sup>.

Reconhecidos no Programa de Ação Imediata do MPLA como o grupo social majoritário e também o mais explorado pelo colonialismo, os camponeses deveriam ter representantes nos organismos políticos de massa e na direção do Movimento. A aproximação com a massa campesina, entretanto, precisava ser filtrada a fim de construir as bases para a nação futura, com homens e mulheres identificados aos princípios do movimento:

[...] mobilizar as massas camponesas, politizá-las, transformá-las nos destacamentos militares de primeira linha, destruir-lhes os preconceitos e os mitos e os sentimentos

<sup>110</sup> Constam do comitê organizador, os nomes de Eduardo Santos, Matias Miguéis, Gentil Viana, Desidério da Graça, Manuel Videira, Manuel Boal e Domingos dos Santos. Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

<sup>111</sup> O CVAAR era uma organização composta por enfermeiros e médicos que prestava assistência médica aos angolanos que buscaram refúgio no Congo-Kinshasa, fugindo da repressão desencadeada pela PIDE após a rebelião de fevereiro de 1961. Idealizada pelo médico Américo Boavida, ligado ao MPLA, e formada com o auxílio financeiro da Cruz Vermelha e de governos social-democratas do norte da Europa, a organização possuía estatutos próprios, mas funcionava, segundo Fábio Figueiredo (2012), como braço político do MPLA (FIGUEIREDO, 2012, p. 246).

<sup>112</sup> MPLA, 1962a, p. 13. O trecho correspondente na tradução é: “A colaboração de todos os angolanos na luta deve ser um dos fatores sobre os quais se forma a unidade nacional.”

tribalistas que são ainda a sua grande deficiência, deve constituir a tarefa mais urgente a realizar pelo nosso Movimento<sup>113</sup>.

O Programa, traçando novamente uma diretriz pedagógica, preconizava que as crianças deveriam ser ensinadas sobre a necessidade e os propósitos da luta de libertação. Elas iriam atuar como “sementes” germinadoras da revolução, devendo receber as “palavras de ordem adequadas” ou, no dizer de Durkheim, garantindo uma base confiável para sedimentar o espírito nacional:

[...] Não há povo em que não exista certo número de ideias, sentimentos e práticas que a educação deve inculcar a todas as crianças indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertençam. [...] No decurso da história, constituiu-se todo um conjunto de ideias acerca da natureza humana, sobre a importância respectiva de nossas diversas faculdades, sobre o direito e sobre o dever, a sociedade, o indivíduo, o progresso, a ciência, a arte etc., ideias essas que são a base mesma do espírito nacional; toda e qualquer educação, a do rico e a do pobre, a que conduz às carreiras liberais como a que prepara para as funções industriais, tem por objetivo fixar essas ideias<sup>114</sup>.

Inspirado nesses postulados, o MPLA criou, ainda durante o período da luta armada contra o colonialismo português, o Departamento de Educação e Cultura (DEC). O órgão ficou responsável pela elaboração de cartilhas e manuais escolares e pelos Centros de Instrução Revolucionária (CIR) ou “escolas da guerrilha”, como foram designadas pelo instrumento legal que reformulou o sistema de ensino em Angola, no ano de 1978.

No Encontro de Kinshasa, o MPLA demarcou a sua posição de não alinhamento a qualquer um dos blocos de países divididos pela Guerra Fria. Apesar desse posicionamento no campo das relações internacionais, não se pode deixar de considerar que a estrutura organizacional e as práticas do movimento no campo do ensino carregavam muitos traços da visão de mundo e da gramática política, próprias ao comunismo internacional, na versão mais recorrente do marxismo-leninismo. Ficou também estabelecido em Kinshasa que o território nacional respeitaria as fronteiras demarcadas pelo estatuto colonial.

A legislação educacional pós-independência não poupou elogios ao ensino no período da luta anticolonial, atribuindo a sua eficácia ao fato de aplicar os princípios da educação socialista. A união da educação com o trabalho produtivo e socialmente útil, segundo essas premissas, eram elementos fundamentais para uma educação moral de caráter revolucionário<sup>115</sup>.

A escola não poderia estabelecer-se dissociada da realidade que, em Angola, se traduzia na guerra contra o colonialismo, demandando pelo MPLA a formação de uma

<sup>113</sup> MPLA, 1962b, p. 3.

<sup>114</sup> DURKHEIM, 1975, p. 40.

<sup>115</sup> MED, 1978, p. 15.

sociedade sintonizada com os pressupostos do item 3 do Programa de Ação Imediata, investindo na “generalização de uma disciplina de guerra a todos os setores do MPLA”<sup>116</sup>.

Percebe-se uma interessante inversão, em Angola, da concepção funcionalista da cultura escolar que concebe a escola como simples mediadora de comportamentos, normas e práticas que lhe são exteriores<sup>117</sup>. O MPLA esperava que a sociedade formada em uma Angola livre reproduzisse práticas assentadas na disciplina e na militarização ensinadas na escola, disseminando a sua hegemonia intelectual, moral e política. Uma sociedade em constante alerta para a sua própria defesa no primeiro momento da independência e depois do que se denominou revolução.

---

<sup>116</sup> MPLA, 1962b, p. 1.

<sup>117</sup> BARROSO, 2013, p. 3.

## 2 AS PALAVRAS DE ORDEM ADEQUADAS

### 2.1 A pedagogia formada em Argel

As “palavras de ordem” celebradas na Conferência Nacional de 1962 que deveriam ser usadas no ensino de crianças e jovens angolanos nas escolas dirigidas pelo MPLA saíram do Centro de Estudos Angolanos (CEA), cuja equipe era formada por Maria do Céu Carmo Reis, Pepetela, Adolfo Maria e Henrique Abranches, entre outros nomes.

O CEA foi idealizado por Henrique de Carvalho Moutinho Abranches quando do seu exílio na França, com o objetivo de apoiar a luta de libertação, constituindo-se em uma espécie de frente pedagógica. Natural de Portugal, Abranches nasceu em setembro de 1932, mudando-se aos 15 anos de idade para Luanda a fim de acompanhar o pai que ocupava um cargo importante junto ao Banco de Angola<sup>118</sup>. Na vida adulta dedicou-se a pesquisas etnográficas e à literatura, experiências que se refletiram na definição de uma das linhas de pesquisa do CEA.

Henrique Abranches escreveu textos para a Anangola e para a Sociedade de Cultura Angolana (SCA), instituições vinculadas ao grupo de Viriato da Cruz. Seu ativismo político incluiu também tentativas de mobilização popular no sul de Angola, despertando a atenção da PIDE. Dois dias após o “4 de fevereiro” acabou detido e condenado ao regime de residência fixa em Lisboa. Depois de passar seis meses escondido na capital portuguesa, fugiu para Paris com o apoio do PCP<sup>119</sup>, onde afirmou ter procurado o “camarada” Agostinho Neto, a fim de se integrar ao MPLA. Lá ouvira de Neto que o momento não era propício para o ingresso de brancos no Movimento, mas este perguntara-lhe se tinha uma ideia: “Eu disse que sim, que tinha ideia de estudos análogos do Centro de Estudos Angolanos. E ele achou que sim, que era uma boa coisa, e recomendou-me que tentasse agarrar toda a gente”<sup>120</sup>.

Abranches conseguiu a adesão de Adolfo Maria, Pepetela e Maria do Céu Carmo Reis, designados por Figueiredo (2012) como o “núcleo duro do CEA”. Em comum, eles tinham a experiência da militância nacionalista desde muito jovens, o exílio forçado e os encontros políticos nos cafés lisboetas e parisienses, chamados de “escritórios” por Dáskalos (2000). Mas, foi em Argel, capital da Argélia, que os quatro começaram a trabalhar em conjunto em

<sup>118</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 237.

<sup>119</sup>Disponível em: <<https://www.ueangola.com/entrevistas/item/379-da-mitologia-tradicional-ao-univer-salismo-liter%C3%A1rio-eu-sou-um-narrador-%C3%A0-maneira-tradicional>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

<sup>120</sup> Ibid., p. 266.

torno do CEA, dividindo, inclusive o mesmo apartamento, e onde Pepetela e Maria do Céu cursaram e concluíram a faculdade de sociologia.

O CEA estava dividido em cinco grupos de trabalho: 1) História e Etnologia; 2) Sociologia e Economia; 3) Política e Informação; 4) Arte e Literatura e 5) Instrução e Educação Militante<sup>121</sup>. A função deste último era a de elaborar “manuais de alfabetização, de ensino de história, geografia, línguas, que vão de encontro às verdadeiras necessidades e aspirações do povo angolano”<sup>122</sup>; assim como organizar materiais de formação política e propaganda revolucionária<sup>123</sup>. A educação recebeu uma atenção especial, à medida que era percebida como um componente essencial para a evolução da luta política.

Dentro desses parâmetros, os pesquisadores do Centro se dedicaram a catalogar toda sorte de informações que contribuísse, sem distinção, para elaborar textos didáticos e orientar os rumos da guerra anticolonial, como relatou Henrique Abranches:

Neste Centro de Estudos, a gente recolhia informações de jornais, fazia recortes de jornais, juntava documentação interessante para o Partido [MPLA] nessa altura o Movimento e para a guerra, para a condução da guerra, sobre o estado em que estavam os portugueses e a economia portuguesa. Eu ia vendo e ia interpretando aquelas coisas. Havia também outras coisas que criávamos. Escritos de caráter cultural, etc.<sup>124</sup>

A aquisição de livros para o CEA foi intermediada pela Universidade de Argel, permitindo aos pesquisadores terem acesso a obras publicadas em Portugal e na França, depois resenhadas por eles. De Cuba também chegavam muitos textos, desde discursos de Fidel Castro e Che Guevara noticiados no *Jornal Gramma* — órgão oficial do Partido Comunista Cubano (PCC) (FIGUEIREDO, 2012).

Enquanto o CEA se estruturava como o primeiro centro de pesquisas sobre Angola articulado por nacionalistas, Sócrates Dáskalos viu minguar suas chances de receber apoio do governo argelino. Ele viajara para Argel em companhia de Adolfo Maria, em janeiro de 1963, na expectativa de abrir um escritório de representação política, contudo pairavam suspeitas sobre as suas reais intenções em relação ao movimento anticolonial e de vinculações da FUA

<sup>121</sup> Angola - Cultura e Revolução (outubro de 1964). Arquivo Mário Pinto de Andrade, pasta 04315.003.001.

Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04316.003.001#19>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

<sup>122</sup> Angola - Cultura e Revolução (outubro de 1964). Arquivo Mário Pinto de Andrade, pasta 04315.003.001.

Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04316.003.001#19>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

<sup>123</sup> Angola - Cultura e Revolução (outubro de 1964). Arquivo Mário Pinto de Andrade, pasta 04315.003.001.

Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04316.003.001#19>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

<sup>124</sup> Disponível em: <<https://www.ueangola.com/entrevistas/item/379-da-mitologia-tradicional-ao-univer-salismo-liter%C3%A1rio-eu-sou-um-narrador-%C3%A0-maneira-tradicional>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

com o serviço secreto estadunidense<sup>125</sup>. O congresso ocorrido na cidade de Blida (Argélia) marcou o fim das atividades da FUA no exterior<sup>126</sup>.

O fim da FUA e o trabalho intelectual desenvolvido no CEA representaram uma confluência de oportunidades, aproveitadas pelo MPLA que, a partir de 1965, como constatou Figueiredo (2012), passou a custear as atividades desse Centro.

## 2.2 Contribuições para a pedagogia revolucionária

Conquistada a autonomia política após o encerramento da guerra contra a França, em 1962, a capital do governo independente argelino serviu de exílio político para revolucionários e grupos independentistas de várias hostes, prestando apoio logístico e monetário para as suas respectivas lutas. Por lá estiveram representantes da Frente pela Libertação de Moçambique (FRELIMO), do Congresso Nacional Africano (CNA) da África do Sul, dos “Panteras Negras” (EUA), exilados políticos de governos autoritários, inclusive brasileiros fugindo da ditadura militar instalada no país em 1964<sup>127</sup>.

Cabe destacar que entre os brasileiros exilados em Argel estava Miguel Arraes, governador de Pernambuco deposto pela ditadura militar, que chegou à capital argelina em 1965<sup>128</sup>. Em sua gestão na prefeitura de Recife, capital de Pernambuco, Arraes organizou, em 1960, o Movimento de Cultura Popular, formado por estudantes universitários, artistas e intelectuais. A entidade – que contou com Paulo Freire à frente da Divisão de Pesquisa – almejava promover a educação popular, com vistas à conscientização e participação política do povo e nela foram feitos os primeiros esboços do sistema de alfabetização freiriano<sup>129</sup>.

<sup>125</sup> O governo argelino acreditava que a FUA possuía um escritório nos Estados Unidos da América (EUA) e colaborava com a Central de Inteligência (CIA) do país. Sócrates Dáskalos atribuiu essa acusação aos contatos de João Mendes com o médico Gaspar de Lemos, que mantinha um consultório em Nova Iorque e era o correspondente da FUA junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Lemos, segundo Dáskalos, foi para Argel desejoso de lá se estabelecer, travando contatos com João Mendes que de pronto se ofereceu para representar a FUA nos EUA. A conspiração estaria, então, formada, segundo a leitura do serviço secreto argelino que apontava, ainda, para uma FUA interessada apenas em garantir uma posição para os brancos no pós-independência. DÁSKALOS, 2000, p. 83-86; FIGUEIREDO, 2012, p. 229-230.

<sup>126</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 226.

<sup>127</sup> CANCELA, 2014, p. 57-65.

<sup>128</sup> Miguel Arraes foi deposto do cargo de governador de Pernambuco e preso pela ditadura militar, em 1º de abril de 1964. Em 1965, após ter ficado um ano e meio detido, conseguiu obter junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) um *habeas corpus*. Livre, Arraes teve seu pedido de asilo político negado pela França, sendo recebido pelo governo da Argélia, país onde viveu durante quatorze anos. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/miguel-arraes/index.html>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

<sup>129</sup> BEISIEGEL, 2010, p. 14-15. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=723](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=723)>. Acesso em: 16 jan. 2018.

Pepetela e Henrique Abranches uniram as contribuições do pedagogo pernambucano ao método utilizado após a Revolução Cubana, em um manual de alfabetização, assim descrito pelo escritor:

Eu tive contato com as ideias de Paulo Freire em Argel ainda, em 1965, quando fiz o material da alfabetização que se chamava “A vitória é certa”, creio. [...] Foi aí que tive contato com uns camaradas brasileiros que eram exilados políticos [...] falaram e depois arranjaram-me mesmo algum material do Paulo Freire [...] cada lição tinha um desenho, o que levava até uma palavra, a palavra-chave. Aí era decomposta a palavra, e depois começava enfim a alfabetização [...] Esse método era uma tentativa de adaptação do método Paulo Freire a um manual escrito, o que é contrário ao método Paulo Freire em princípio, não é? [...] No fundo, tentamos acasalar o método Paulo Freire com o método cubano da batalha de alfabetização de Cuba, que tinha sido realizada com êxito uns anos antes. Esse material nós tínhamos, e então tivemos essa ideia de juntar as duas coisas<sup>130</sup>.

No método cubano, citado por Pepetela, os livros de alfabetização, conforme enunciado por Raúl Ferrer Pérez (1986), continham lições que descreviam as conquistas do governo revolucionário e a necessidade de envolvimento e apoio da população, mesma linha seguida pelos manuais escolares angolanos produzidos no CEA. Da ilha caribenha também chegaram contribuições para sanar a falta de professores em Angola. O governo de Fidel Castro selecionava trabalhadores com maior consciência política e grau de escolaridade, os “trabalhadores-mestres”, a fim de que lecionassem para os colegas com níveis de escolarização mais baixos. Medida igualmente aplicada em Angola: “os professores eram recrutados sob o princípio segundo o qual aquele que tinha estudado devia ensinar o que sabia àqueles que não sabiam ou sabiam menos”<sup>131</sup>.

Argel se tornou um centro pulsante de ideias progressistas que se refletiram na produção didática dos autores do CEA, somadas ao arcabouço teórico constituído ainda em Angola, onde, cabe lembrar, Adolfo Maria tinha um pequeno acervo de livros marxistas. Já Maria do Céu Reis denotava a sua admiração pelo escritor brasileiro Jorge Amado, filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), preferindo ser tratada pela alcunha de “Maria Quitéria”<sup>132</sup>, nome de um dos personagens do livro “Quincas Berro D’Água”, de autoria do literato baiano. Tal informação não é apenas um dado pitoresco, indicam as influências da escrita didática traçada em Argel.

<sup>130</sup> PEPETELA apud FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 149-150.

<sup>131</sup> Brito Neto se refere ao ensino ministrado pelo MPLA durante a guerra pela independência, após o término desse conflito, os alunos que concluíssem a formação escolar que correspondiam aos quatro anos do ensino primário podiam trabalhar como professores (NETO, 2005, p. 89-170). Ver também FIGUEIREDO, 2012, p. 319.

<sup>132</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 199.

### 2.3 A História de Angola, em uma perspectiva marxista

Os primeiros anos de trabalho do CEA resultaram na elaboração do livro “História de Angola”, publicado em 1965. Concebido por Henrique Abranches, no Grupo de Trabalho (GT) História e Etnologia<sup>133</sup>. A obra contou com a colaboração de Adolfo Maria, na escrita da introdução, e vários textos de Pepetela<sup>134</sup>. O livro de 1965 consiste na primeira interpretação de ordem didática da história angolana produzida por militantes nacionalistas, diretamente voltada para a formação política, pois conforme se lê na introdução: “É necessário que um revolucionário conheça a história do seu país”<sup>135</sup>.

Em “Para que serve conhecer a História de Angola”, texto de abertura da obra, encontra-se uma clara orientação dedicada àqueles que se propõem a realizar um trabalho junto às massas populares:

Conhecer a História de Angola é conhecer a vida dos povos de Angola, as suas lutas pelo progresso, a sua luta contra o domínio estrangeiro. É conhecer como se formou a grande pátria angolana, ao longo dos séculos. É saber porque é que Angola é hoje uma pátria, embora com várias etnias; porque é que Angola está nas vésperas de se tornar um país unido, formado por um povo unido<sup>136</sup>.

O objeto de estudo do livro – a História de Angola – se confunde com o seu próprio devir, posto que a condição autônoma da “pátria angolana” ainda era algo inexistente. No entanto, quando se considera o elo entre a educação e a formação política, pode-se afirmar que essa realidade já estava em curso nas lutas de libertação colonial. O sentido progressista da história animava a ação política, oferecendo à Angola um lugar no mundo contemporâneo.

Não por acaso, o livro é dividido em duas partes. A primeira dedicada à história da sociedade humana e a segunda dedicada à História de Angola. Embora pudesse ter as suas especificidades, vista além dos pormenores, a história angolana caminha no mesmo sentido progressista da história geral. Mas, perguntam os autores: “O que é que fez progredir a humanidade?”. Essa indagação é a porta de entrada para a compreensão da história e o principal problema a ser discutido na obra. A resposta vem em poucas palavras: “O trabalho do homem”<sup>137</sup>.

<sup>133</sup> O objetivo desse GT era o de "trabalhar para a elaboração de uma História de Angola e de analisar as etnias angolanas em proveito de um melhor conhecimento. Assim se formará um arquivo essencial à atividade revolucionária e a construção de um futuro estado angolano progressista.

<sup>134</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 178.

<sup>135</sup> CEA, 1965, p. 5.

<sup>136</sup> CEA, 1965, p. 5.

<sup>137</sup> CEA, 1965, p. 7.



Escrever a história das sociedades humanas a partir do potencial transformador do trabalho possui uma forte inspiração marxista. Para esclarecer essa questão recorro ao ensaio de Hannah Arendt, “A tradição e a época moderna” (1972). Nele, a filósofa alemã traça uma linha do pensamento ocidental, de Platão a Marx, mostrando de que forma o materialismo histórico representou uma ruptura com a tradição filosófica do Ocidente. Arendt destaca que um dos pontos centrais dessa “rebelião consciente” contra a tradição viria da proposição que afirma que o trabalho criou o homem:

O trabalho criou o homem significa, em primeiro lugar, que o trabalho, e não Deus, criou o homem; em segundo lugar, que o homem, na medida em que é humano, cria a si mesmo, que a sua humanidade é resultado da sua própria atividade; significa, em terceiro lugar, que aquilo que distingue o homem do animal, sua *differentia specifica*, não é a razão, mas sim o trabalho, e que ele não é um *animal rationale*, mas sim um *animal laborans*; em quarto lugar, que não é a razão, e até então o atributo máximo do homem, mas sim o trabalho, a atividade humana tradicionalmente mais desprezada, aquilo que contém a humanidade do homem<sup>138</sup>.

A humanização do ser humano pelo trabalho não é apenas o início da história da humanidade, mas o início da história africana. Nesse continente foram encontrados os fósseis mais antigos dos primeiros hominídeos, provas do acerto da teoria evolucionista. Em “Dialética da Natureza” (1968), Friedrich Engels trata da capacidade humana em transformar o mundo ao seu redor pela capacidade técnica de produzir instrumentos de trabalho:

A especialização da mão: ela significa a ferramenta; e a ferramenta significa a tarefa especificamente humana, a reação transformadora do homem sobre a Natureza, sobre a produção. Também os animais, entendidos num sentido limitado, possuem ferramentas; mas apenas como membros de seu corpo: a formiga, a abelha, o castor. Há também animais que produzem, mas sua influência produtiva sobre a Natureza circundante é igual a zero. Unicamente o homem conseguiu imprimir seu selo sobre a Natureza, não só trasladando plantas e animais, mas também modificando o aspecto, o clima de seu lugar de habitação; e até transformando plantas e animais em tão elevado grau que as consequências de sua atividade só poderão desaparecer com a morte da esfera terrestre. E tudo isso ele o conseguiu, em primeiro lugar e principalmente, por intermédio da mão<sup>139</sup>.

O livro produzido pelo CEA é caudatário dessa forma de pensamento crítico, ou “rebelião consciente” como diz Arendt, utilizando-o não só para dignificar o trabalho, mas para entender como as sociedades se organizam mediante o “aparecimento sucessivo dos modos de produção”. Esse conceito é fundamental para estabelecer o sentido progressista da história: “A história da sociedade é a história do desenvolvimento da produção. Esse

---

<sup>138</sup> ARENDT, 1998, p. 48-49.

<sup>139</sup> ENGELS, 1968, n.p.

desenvolvimento levou sempre ao aparecimento de novos modos de produção mais perfeitos que foram substituindo outros”<sup>140</sup>.

“História de Angola” se propõe a sintetizar a história da humanidade, reunindo, em uma escala evolutiva, os modos de produção comunista primitivo, escravista, feudal, capitalista e o socialista. O esquema repete o que Marx e Engels escreveram no “Manifesto do Partido Comunista” (1848), partindo da mesma definição sobre o que põe a história em movimento, ou seja, a luta de classes. Na última página da publicação aqui estudada, temos que: “A história de Angola, como qualquer outra, é uma história das lutas de classe nas suas diversas formas”<sup>141</sup>.

A segunda parte do livro debruçou-se sobre a história de Angola, iniciando pela fase anterior à ocupação colonial e à organização dos antigos reinos que ocupavam o território, correspondente à colônia angolana demarcada pelos portugueses. Neste item, a ênfase recaiu sobre o caráter coletivo da propriedade da terra, das florestas, dos rios e da apropriação das riquezas consideradas mais significativas pelo rei. Numa exposição calcada no materialismo histórico, a sociedade foi dividida em duas grandes classes sociais: a aristocracia, formada pelos *manis*<sup>142</sup> e o “povo”, representado por trabalhadores das comunidades aldeãs (artesãos, trabalhadores domésticos, soldados, agricultores, etc.). O rei, conforme o livro, tinha poder quase absoluto.

“História de Angola” atribuiu especial importância à unidade, questão que atravessa toda a narrativa do período denominado Idade Colonial. O livro é repleto de exemplos dos reinos que combateram à ocupação portuguesa, mas cujas lutas resultaram infrutíferas devido à desunião do povo angolano:

A História de Angola é uma História Heroica. O Povo Angolano do Norte e no Sul, no Este e no Oeste, lutou contra o colonialismo desde o século XVI. Mas naqueles tempos antigos os povos que formavam Angola ainda não estavam unidos num só povo. Os colonialistas estavam unidos. Os colonialistas ganharam essas lutas<sup>143</sup>.

O povo aparece em *statu nascendi* no livro do CEA, induzindo a uma leitura teleológica da história, que entende as diversas táticas de combate ao colonialismo encetadas

---

<sup>140</sup> CEA, 1965, p. 11.

<sup>141</sup> Ibid., p. 170.

<sup>142</sup> Os *manis* foram definidos no livro “História de Angola” como chefes da administração da província e dos distritos dos reinos, distinguindo-se dos reis que tinham autoridade sobre todos os demais, com poderes quase absolutos. Stéphanie Correia (2012) utiliza o termo para designar os soberanos do antigo reino Congo (CEA, 1965, p. 46; CORREIA, 2012, p. 29-31).

<sup>143</sup> CEA, 1965, p. 41.

a partir do século XVI como parte de um único processo, desde então relacionado ao surgimento do “nacionalismo angolano”<sup>144</sup>.

Traçando uma linha evolutiva única do passado ao presente, “História de Angola” aborda a criação do MPLA como o ápice dessa série de lutas históricas. O Movimento de Libertação seria não apenas o resultado do acúmulo de experiências passadas, mas representava o marco de um novo momento da história angolana – o período contemporâneo da História de Angola (1940-1961) – “que será o período da vitória do povo angolano sobre a opressão colonialista e o começo da construção de um país de liberdade e prosperidade”<sup>145</sup>.

A fase posterior ao “4 de fevereiro de 1961”, considerada a data do despertar do povo angolano contra as amarras do “feroz e moribundo” domínio colonial português, ainda sobrevivente na segunda metade do século XX, recebeu o nome de “período de libertação”<sup>146</sup>. Fase definida como uma etapa transitória até à independência definitiva do país que dependia apenas da unidade dos angolanos,

[...] feita através da luta do povo, é capaz de conduzir o colonialismo a um estado cada vez mais apodrecido, até que cairá completamente. [...] É nesta luta longa que as massas angolanas reforçarão o partido político que as representa e que dirige a luta para a conquista do poder pelas massas trabalhadoras angolanas<sup>147</sup>.

O livro é enfático ao alertar que militante deveria evitar os descaminhos da desunião e se manter fiel ao único Movimento/Partido capaz de conduzir a tão esperada vitória de uma luta que já durava mais de quatrocentos anos.

Estruturada a tese que conformava a história de Angola, três dos intelectuais do CEA colocariam em prática as suas ideias no trato com estudantes de origem angolana, quando finalmente foram convocados para colaborar de forma mais direta na guerra.

#### 2.4 As aproximações práticas e teóricas do sociodrama

A ascensão do governo de Alphonse Massamba-Débat (1963-1968) de orientação marxista-leninista, na vizinha RDC, propiciou ao MPLA reestruturar as bases que mantinha naquele país<sup>148</sup> e conquistar avanços nos campos militar e pedagógico. Em 1964, o Movimento avançou sobre o norte de Angola abrindo uma frente em Cabinda, região situada

<sup>144</sup> Ibid., p. 171.

<sup>145</sup> Ibid., p. 176.

<sup>146</sup> Ibid., p. 177.

<sup>147</sup> CEA, 1965, p. 178.

<sup>148</sup> O governo anterior de Fulbert Youlou (1960-1963) era contrário à luta armada e advogava por uma solução pacífica para o caso angolano. (TALI, 2001a, p. 88).

entre os dois Congos, garantindo o seu reconhecimento como movimento de libertação pela Organização da Unidade Africana (OUA) no ano seguinte<sup>149</sup>.

Na cidade congoleza de Dolisie, em 1965, o MPLA organizou de forma rudimentar, em um barracão, o “Internato 4 de Fevereiro”, voltado para o ensino primário (1ª a 4ª classe), com vistas à formação de militantes. A abertura de uma nova frente militar ocasionou a transferência de quadros que trabalhavam nessa região, ocasionando a convocação do grupo de autores integrantes do CEA.

No entanto, as expectativas do grupo em finalmente se engajar na luta armada, sonho alimentado desde a sua estadia em Portugal, esbarraram na realidade encontrada em Cabinda, vista pela historiografia como uma guerrilha fronteiriça, desorganizada, sem penetração no interior, com insuficiência de armamentos e munições e marcada pelo imobilismo<sup>150</sup>. Ademais, a sua convocação destinava-se para preencher as lacunas criadas nas áreas pedagógica e de informação, assim, com exceção de Pepetela que pôde transitar entre a pedagogia e a guerrilha, as trincheiras intelectuais foram as bases de atuação da equipe.

Em Mpila, localidade próxima à Brazavile, o casal Maria Helena e Adolfo Maria assumiu a coordenação do CEA que passou a dar suporte ao “Programa de Rádio Angola Combatente”. Sob a direção de Adolfo Maria – que também exercia o cargo de Diretor Adjunto do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – o Programa além de ser um canal de conscientização política foi usado como meio de propagar o ensino à distância em línguas nacionais. Parte da produção intelectual desenvolvida pelo grupo em Argel foi divulgada no rádio, inclusive “História de Angola” foi narrada em trechos semanais transmitidos aos sábados<sup>151</sup>.

A falta de quadros especializados exigiu desses intelectuais que acumulassem múltiplas funções no Congo-Brazaville, Adolfo e Helena Maria também lecionaram no “Internato 4 de Fevereiro”, onde Pepetela num trabalho em conjunto com Maria do Céu Reis, instituiu o ensino secundário. Dividido entre tarefas variadas, o escritor ofereceu detalhes sobre as suas atividades nesse período:

Aí eu ensinei. Aliás, eu fazia muitas coisas, porque não era só dar aulas, eu era guerrilheiro também. Trabalhava também para a informação [Departamento de Informação e Propaganda], para o programa de rádio *Angola Combatente* que passava na Rádio Brazavile. Portanto, sempre entrava e saía de Cabinda [norte de Angola] para o Congo, vida militar e aulas, etc. [...] Ocupava-me, sobretudo, mais da formação política, mas também dava aulas de português e de matemática a jovens que iam de doze anos de idade até os quinze, dezesseis mais ou menos. Era uma

<sup>149</sup> TALI, 2001a, p. 89.

<sup>150</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 320; TALI, 2001a, p. 108-109.

<sup>151</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 320-326.

espécie de preparação, um certo aprofundamento daquilo que tinham aprendido, para depois continuarem os estudos no estrangeiro, em particular nos países do Leste [europeu]<sup>152</sup>.

Designada para lecionar no *Internato 4 de Fevereiro*, Maria do Céu Carmo Reis desenvolveu uma metodologia de ensino baseada na sociodramatização, obtendo, segundo Adolfo Maria, “excelentes resultados pedagógicos”<sup>153</sup>.

O sociodrama guarda relação com práticas presentes na sociedade angolana e diferentes propostas teórica-metodológicas que podem ter influenciado a jovem socióloga na concepção do método utilizado nas escolas do MPLA, por isso o seu exame contribui para iluminar essas conexões.

Nos ritos iniciáticos que marcam a passagem para a vida adulta na tradição bantu, o jovem aprendia com os mais velhos, considerados a “sombra dos ancestrais”, a mitologia fundadora de sua comunidade, adquirindo os saberes necessários para a decodificação dos símbolos estruturantes da harmonia e da coesão social, em rituais marcados pela força da tradição oral<sup>154</sup>. A música residia em uma outra fonte de ensinamento visto que nas sociedades tradicionais angolanas, as canções entoavam crenças, valores, virtudes, anunciavam celebrações, e guerras (NETO, 2005). Do mesmo modo, as danças faziam parte do repertório cultural desses grupos, cujo conjunto apresenta uma série de elementos que integram a matriz da dramatização teatral.

Na dimensão conceitual, o psicodrama, comumente conhecido por sociodrama, integra o universo teórico da sociometria, consistindo em um método de análise das interações sociais, formulado pelo médico romeno Jacob Levy Moreno (SEIDEL, 2009). Baseado em sua experiência no tratamento e observação de grupos marginalizados<sup>155</sup>, Moreno desenvolveu o “teatro da espontaneidade”, uma combinação de elementos analíticos da psicologia às técnicas teatrais, resultando num experimento sociológico onde os indivíduos por meio da dramatização expunham as questões que afetavam a si próprios e ao grupo no qual estavam inseridos. Os pacientes tratados por Jacob Moreno eram convidados a reinterpretar os seus papéis sociais, vistos pelo pesquisador como resultado de múltiplas interseções (família, escola, trabalho, etc.) e não somente de escolhas pessoais<sup>156</sup>.

<sup>152</sup> PEPETELA apud FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 150-151.

<sup>153</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 319.

<sup>154</sup> SAENGER, 2016, p. 51.

<sup>155</sup> Moreno trabalhou durante a 1ª Guerra Mundial atendendo a refugiados no campo de *Mittendorf and der Fischa*, no Império Austro-Húngaro (SEIDEL, 2009, p. 34).

<sup>156</sup> SEIDEL, 2009, p. 44.

A espontaneidade é a categoria central da teoria de Jacob Moreno, que a considera inerente a todos os indivíduos (NUNES, 2012). A retomada dessa característica original significaria a conquista da autonomia e da identidade dos sujeitos em suas relações sociais, levando a transformações individuais e coletivas, promovendo o “ajustamento do homem a si mesmo”.

Nas “Recomendações ao Professor” de “Formação Militante”, um manual escolar elaborado em 1970, para as “escolas da guerrilha”, contendo várias propostas de sociodramas, consta a seguinte observação:

A dramatização permite à criança identificar-se com o problema a explicar e a ensinar. É mais fácil para uma criança compreender o colonialismo, dramatizando uma série de aspectos da exploração colonial, do que aprender simplesmente de cor que o colonialismo é uma forma de exploração dum país por outro<sup>157</sup>.

Percebe-se uma afinidade entre os dois métodos na encenação de fatos extraídos do cotidiano dos sujeitos envolvidos nas peças. O sociodrama em Maria do Céu Reis se apoiava em cenas com roteiros previamente estabelecidos – eliminando a espontaneidade de Jacob Moreno –, contudo também visava a transformação da sociedade colonial, a partir da percepção pelos estudantes de que as dificuldades enfrentadas por eles eram frutos da ocupação portuguesa em Angola.

Cabe ressaltar, que Jacob Moreno teve a sua primeira experiência com interpretação ainda criança quando em Viena, onde passou a infância, brincava com seus colegas de serem anjos e “Deus”, residindo neste passatempo, para Jussara Seidel (2009), a origem do método criado por ele. Há que se considerar o caráter lúdico na matriz do sociodrama e a importância do jogo na educação das crianças bantu, estimuladas a desenvolver brincadeiras de memorização como forma de aprendizagem da língua nativa e fazer associações entre a vida dos antepassados e a realidade<sup>158</sup>, estabelecendo conexões com o passado para a compreensão da dinâmica social na qual estavam inseridos.

Jacob Moreno afirmava que o sociodrama poderia ser aplicado em qualquer lugar, utilizando a escola como exemplo, diria que o seu principal papel no futuro seria o de acionar o potencial criativo dos estudantes<sup>159</sup>.

Possivelmente, Paulo Freire foi um outro teórico a influenciar a metodologia de ensino desenvolvida por Maria do Céu:

---

<sup>157</sup> Formação Militante, 1970, n.p.

<sup>158</sup> NETO, 2005, p. 77-78.

<sup>159</sup> Ibid., p. 55.

No fundo, o que interessava é que as pessoas não só aprendessem, mas que discutissem sobre os seus problemas e sobre as suas vidas. Isso, que no fundo, é a essência do método Paulo Freire isso estava no nosso manual. Aliás, começava com “O povo luta”. Era a primeira frase. Ora, isso é Paulo Freire, duma ponta a outra<sup>160</sup>.

Freire foi um crítico veemente do que chamou de “educação bancária”, por esta não ceder espaço aos questionamentos e saberes dos estudantes, tratando-os como meros depositários de informações. Seus estudos defenderam uma educação libertadora, ancorada na realidade social do educando. No lugar de explicações mecânicas, deveriam estar discussões que refletissem possibilidades de transformação social:

É preciso que fique claro que, por isso mesmo estamos defendendo a práxis, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão, e outra, e outra distante de ação. Ação e reflexão e ação se dão simultaneamente<sup>161</sup>.

Simetricamente, a primeira recomendação aos professores do livro de Formação Militante advertia:

As aulas de formação militante baseadas na representação de cenas (dramatização) têm por fim evitar que a politização dos pioneiros seja baseada no princípio de “aprender de cor”, sem qualquer compreensão do que se aprendeu<sup>162</sup>.

O sistema de alfabetização concebido por Paulo Freire dispensou a terminologia clássica utilizada na educação, em vez de classes, “círculos de leitura”; as aulas viraram “debates” ou “diálogos”; os programas foram substituídos por “situações existenciais”, os estudantes se tornaram os “participantes da discussão” e os professores, “coordenadores do debate”. A leitura crítica da sociedade afeta as condições sociais do grupo a ser alfabetizado, conduzia o processo de letramento, onde os estudantes podiam se expressar livremente. Antes de decodificar a família silábica das palavras, os estudantes foram estimulados a distinguir a natureza da cultura, a fim de identificar as possibilidades da interferência humana na sociedade, afastando-se do fatalismo divino e percebendo o seu próprio potencial transformador<sup>163</sup>. Já em Maria do Céu Reis, os alunos podiam “expandir a sua imaginação” tendo como limite os princípios políticos do MPLA<sup>164</sup>, a leitura crítica da sociedade na emergência da guerra criou um método engessado, sem espaço para o debate dentro de uma organização que se revelaria cada vez mais refratária às críticas.

<sup>160</sup> PEPETELA apud FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 152.

<sup>161</sup> FREIRE, 1987, p. 72.

<sup>162</sup> DEC, 1970, n.p.

<sup>163</sup> BEISIEGEL, 2010, p. 42-49.

<sup>164</sup> DEC, 1970, n.p.

Por último, mas não menos importantes foram as contribuições teóricas de Frantz Fanon (1968) sobre a violência do colonialismo que criou mundos compartimentados no interior das sociedades africanas, segregando os negros em escolas para indígenas e europeus, em bairros onde foram postos de joelhos, tamanha a desumanização de suas vidas. Os papéis sociais, também presentes na teoria de Fanon, estão transfigurados na ideia de subalternidade imanente ao negro e no lugar de comando reservado aos brancos.

A colonização para Fanon desqualificou as tradições culturais das populações africanas submetidas ao seu domínio, rotulando-as de bárbaras. O estabelecimento de hierarquias assentadas no racismo tornou o “ser branco” o ideal inatingível a ser alcançado pelos negros<sup>165</sup>. À medida que a superioridade do europeu se impunha como padrão, a suposta inferioridade do negro era alargada em sua capacidade intelectual, beleza física, em todos os aspectos era diminuído em relação ao modelo eugênico. Por isso em Fanon, a guerra anticolonial é também um fenômeno cultural capaz de gerar um novo homem, conforme declarou no “Congresso de Escritores e Artistas Negros” em 1959:

Pensamos que a luta organizada e consciente empreendida por um povo colonizado para restabelecer a soberania da nação constituiu a manifestação mais plenamente cultural, que se possa imaginar. Não é unicamente o bom êxito da luta que dá por suas consequências validade e vigor à cultura. Não há hibernação da cultura durante o combate. A própria luta em seu desenrolar, em seu processo interno, desenvolve as diversas direções da cultura e esboça outras novas. A luta de libertação não restituiu à cultura nacional seu valor e seus contornos antigos. Essa luta que visa uma redistribuição fundamental das relações entre os homens não pode deixar intactas as formas nem os conteúdos culturais desse povo. Após a luta não há apenas desaparecimento do colonialismo; há também desaparecimento do colonizado<sup>166</sup>.

É claro que se não trata de um simples decalque desse *corpus* teórico. Nas mãos de Maria do Céu Reis foram concebidos sociodramas adequados à realidade angolana, sempre alinhados com as diretrizes do Programa de Ação Imediata do MPLA. A espontaneidade e o diálogo se tornaram palavras de ordem, observadas na formação de crianças e adolescentes enquadrados na Organização dos Pioneiros de Angola (OPA).

#### Mapa 1 - Cidades angolanas e congolezas (Congo-Kinshasa)

<sup>165</sup> O negro que julga portar os valores da civilização europeia e fazer parte daquela comunidade é devolvido ao seu “lugar” em situações como a experimentada por Fanon após a Segunda Guerra Mundial, quando observou as mulheres francesas preferirem os prisioneiros de guerra italianos aos combatentes negros que lutaram pela França (BERNARDINO-COSTA, 2019, p. 506).

<sup>166</sup> FANON, 1968, p. 205.





Fonte: FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *Entre Raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos (1964-1980)*. 2012.

## 2.5 A Organização dos Pioneiros de Angola

Nós somos do MPLA pioneiros  
 Nós somos pioneiros angolanos  
 Com a certeza da nossa vitória  
 Combatemos pela liberdade  
 Lutamos contra o colonialismo e contra toda a forma de opressão  
 Hoje jovens guerrilheiros somos  
 Combatemos e estudamos [...].  
 Trecho do Hino do Pioneiro<sup>167</sup>

Segundo dados oficiais<sup>168</sup>, a OPA foi criada por Agostinho Neto em 1º de dezembro de 1963, se alinhando a outras organizações de massa existentes, como a JPMLA e a OMA<sup>169</sup>.

<sup>167</sup> Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02970.010.012>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

<sup>168</sup> A data de fundação da OPA é correntemente veiculada em matérias publicadas pela Agência Angola Press (ANGOP), órgão de imprensa oficial do governo angolano e consta da página eletrônica da Fundação Agostinho Neto (FAAN). Após o falecimento de Agostinho Neto em 1979, passou a se chamar Organização de Pioneiros Agostinho Neto. Disponível em: <[http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1537:2018-12-05-10-25-41&catid=37:noticias&Itemid=206](http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1537:2018-12-05-10-25-41&catid=37:noticias&Itemid=206)>. Acesso em: 18 mar. 2018.

<sup>169</sup> A OMA também atuou na alfabetização e formação política, cujo trabalho recebeu da UNESCO, em 1971, a Menção Honrosa do Prêmio Internacional da Alfabetização. Ver NETO, Manuel Brito. *História e Educação*

Seu propósito era mobilizar crianças e adolescentes, na faixa etária entre 8 e 15 anos de idade, para a luta anticolonial – contingente formado em sua maioria por órfãos decorrentes da guerra de libertação –, de acordo com Ruy Garção que orientou pioneiros nesse período<sup>170</sup>.

A congregação dos jovens enquadrados na OPA se processava nas escolas. A sua identificação, enquanto membros da organização, era mediada por um conjunto de princípios formadores do caráter:

1. O pioneiro do MPLA é disciplinado e ao mesmo tempo vigilante. Aprende a respeitar os seus superiores e defender constantemente a Revolução.
2. Critica fraternalmente os erros dos camaradas e aceita a crítica de seus próprios erros.
3. Não fala pelas costas, não se ofende quando o criticam.
4. Não é orgulhoso. É trabalhador e modesto. Sabe que tudo que faça não é nada comparado ao sacrifício do seu Povo.
5. Tem a coragem de defender as suas opiniões onde quer que esteja. Não se esconde por medo ou vergonha.
6. Não quer para si aquilo que todos os outros não podem ter.
7. Olha sempre para a frente, avançando para o futuro, tentando ser melhor, mais culto, mais corajoso, mais disciplinado.
8. O seu lema é tudo pelo Povo.
9. Sente como sua as vitórias ou as derrotas dos outros povos do mundo. É internacionalista.
10. Só parará de lutar quando nada mais houver a fazer. E é consciente que haverá sempre [o] que fazer<sup>171</sup>.

Esses dez princípios – que bem poderiam ser chamados de mandamentos – remetem aos catecismos cívicos estudados por Circe Bittencourt (2008). A sua função era de substituir a moral religiosa pela laica, preparando os estudantes para ingressarem na vida social definida pelas diretrizes do Estado brasileiro. Recorrendo mais uma vez a Durkheim (2012), pode-se dizer que o controle das condutas particulares visava suprimir o individualismo, em nome do estabelecimento regular de comportamentos coletivos vinculados a um padrão moral orgânico.

O “catecismo cívico” era acompanhado por normas de comportamento que os pioneiros deveriam “conhecer e aplicar na prática”<sup>172</sup>:

- a) são preparados politicamente, aprendendo a história de Angola e do MPLA, assim como a sua linha política. Conhecem os princípios da solidariedade e do internacionalismo e sabem porque se combate contra o colonialismo e o neocolonialismo;
- b) são preparados militarmente, aprendendo a manejar as armas, a combater com elas, recebendo ainda noções elementares de tática de combate;

---

*em Angola: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*, 2005; BARROS, Liliane Batista. *As cartas da Langidila: memórias de guerra e escrita da história*, 2013.

<sup>170</sup> Disponível em: <<http://jornalcultura.sapo.ao/artes/a-nacionalizacao-cultural-do-hospital-militar/>>. Acesso em: 9 mar. 2018.

<sup>171</sup> Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02970.010.012#!14>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

<sup>172</sup> DIP, 1970, p. 10.

- c) participam dos combates contra as forças armadas tucas [portuguesas], nas patrulhas, nas guardas, e no reabastecimento dos combatentes e das guarnições;
- d) os pioneiros estão organizados em brigadas de estudo e de trabalho produtivo. Antes e depois das aulas as distintas brigadas de Pioneiros ocupam-se da limpeza, da cozinha, das lavras, do controle do comportamento, do cumprimento dos seus deveres, da saída, da entrada, etc.;
- e) aplicam na prática o princípio de contar com as suas próprias forças;
- f) reúnem-se periodicamente, sob a direção do Pioneiro-Comandante ou do Pioneiro-Chefe, para discutirem os seus próprios problemas para se habituarem a dialogar e a tomarem decisões;
- g) escutam diariamente os programas de Rádio do MPLA – “Angola Combatente” – que contribuem para a sua formação política;
- h) cumprem integralmente os dez princípios do pioneiro do MPLA<sup>173</sup>.

A OPA foi um projeto decalcado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde, a partir da 3ª série, os alunos iniciavam a sua formação como pioneiros. As atividades escolares eram realizadas em conjunto com trabalhos sociais e de cunho cívico, de modo que as crianças pudessem se tornar agentes multiplicadores dos princípios comunistas<sup>174</sup>.

A primeira experiência socialista em larga escala não deixou despercebido que a transformação das relações sociais de trabalho e a reorganização do poder político, econômico e cultural, seria desencadeada com mais facilidade a partir de uma revolução do processo pedagógico. O contato cotidiano das massas com as mudanças operadas pela revolução educacional as levaria à internalização de novos valores e, conseqüentemente, à adoção de práticas sintonizadas com a sociedade que se desejava formar:

Desse modo, compreendemos que o processo revolucionário não se completa no momento de assalto ao poder, ele é um complexo anterior e posterior aquele. No caso da revolução proletária, que é o da análise marxista, a formação do sujeito revolucionário é o processo educativo primordial e consiste exatamente na autotransformação da massa explorada em sujeito consciente e ativo transformador da ordem burguesa e propositor da nova sociedade; por sua vez, a execução das tarefas revolucionárias e a construção da nova ordem social, da nova cotidianidade justa e livre dos novos costumes, padrões éticos, valores sociais, etc., tudo isso é obra da práxis humana e impossível sem a educação<sup>175</sup>.

O mundo do trabalho serviu de laboratório para os educadores soviéticos, sendo percebido como o lugar privilegiado para o estabelecimento de novas práticas, sustentadas no fazer coletivo, na capacidade de autogestão e no fim da separação entre as atividades intelectuais e braçais. No contexto da Revolução Russa de 1917, as escolas reproduziram o universo laboral que conferiu ao corpo discente responsabilidades pela administração e manutenção do espaço escolar. As aulas passaram a ser intercaladas com atividades de

<sup>173</sup> DIP, 1971, p. 10-11.

<sup>174</sup> BOLDRYIEV, 1951, p. 44-45.

<sup>175</sup> NOBRE, 2018, p. 51.

limpeza, oficinas de trabalho, organização de festas escolares, gestão financeira das atividades, respeitando a alternância entre os estudantes na execução de tarefas<sup>176</sup>.

A tentativa de construir uma nova sociedade por meio de um “homem novo” pertence à experiência de socialização política dos intelectuais ligados ao CEA, desde a sua estadia na capital francesa: “o tempo em Paris também foi preenchido com experiências de moradia e trabalho coletivos, em ensaios domésticos da nova ordem revolucionária que os jovens da FUA esperavam ajudar a implantar em Angola”<sup>177</sup>.

A formação do “homem novo” era o objetivo subjacente às práticas da OPA soviética, ideia tomada de empréstimo pela pedagogia do CEA, informando o quarto princípio regulador do comportamento dos pioneiros: “os pioneiros estão organizados em brigadas de estudo e de trabalho produtivo [...]”<sup>178</sup>.

A simples evocação isolada desses princípios e normas remetia ao vazio, era preciso um enredo que lhes desse sentido, isso explica a posição ocupada pela história que figurava em primeiro lugar entre as normas comportamentais a serem absorvidas pelos pioneiros, afirmando a vocação da disciplina, criada em fins do século XIX como lugar de transformação e inscrição de uma origem. A história se constituiu na “pedagogia central do cidadão”, como observou François Furet (1982), por isso a sua relevância na formação de estudantes, que deveriam contribuir na luta de libertação, prólogo da sociedade a ser criada no pós-independência.

A história simbolizava também a arena onde as lutas eram legitimadas, afinal “Ensinar” (*enseigner*), é, etimologicamente fazer ‘conhecer pelos sinais’. É fazer com que a disciplina se transforme, no ato pedagógico, em um conjunto de significante que terá como valor representá-la, e por função torná-la assimilável”<sup>179</sup>.

No Brasil de finais do século XIX, a educação moral e cívica era um apêndice dos livros de história, servindo para estimular o sentimento patriótico e a moral secular<sup>180</sup>. Em Angola, a história da luta anticolonial e do MPLA serviram de suporte para a formação cívico-militar dos pioneiros, inspirando os combates, a disciplina e a conformação de uma nova ordem social.

---

<sup>176</sup> Ibid., p. 59.

<sup>177</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 209.

<sup>178</sup> DIP, 1971, p. 11.

<sup>179</sup> CHERVEL, 1990, p. 192.

<sup>180</sup> BITTENCOURT, 2008, p. 117.

### 3 MANUAIS CÍVICOS DE COMBATE E DISCIPLINA

[...] pressupõe-se que o que se deseja tenha sempre existido e não se possa afirmar e manifestar abertamente por causa da intervenção de forças externas ou porque as “virtudes íntimas” estavam “adormecidas”.

*Antonio Gramsci*<sup>181</sup>

“Formação Militante” não é um manual para estudantes regulares das instituições escolares, mas, como lembrou Alan Chopin (2009), antes dos livros didáticos circularem nas mãos dos alunos, estes eram reservados aos professores.

Chopin divide os livros destinados aos mestres em duas categorias: na primeira os manuais são associados aos livros dos alunos, contendo as respostas dos exercícios e indicações pedagógicas para explorar determinados assuntos; na segunda o manual contém orientações didáticas destinadas aos professores em formação, quando os docentes ainda são alunos<sup>182</sup>. “Formação Militante” se encaixa nessa última classificação, contendo orientações metodológicas para a encenação de sociodramas, exercícios e trinta e uma peças, por isso a sua importância neste estudo

Datado de 1970, o livro foi editado pelo MPLA e o Departamento de Educação e Cultura (DEC), órgão que Pepetela passou a dirigir no ano seguinte à sua publicação. “Formação Militante” foi elaborado em um momento em que os docentes, além de escassos, tinham uma formação colonialista e precisavam se adequar à proposta pedagógica do Movimento<sup>183</sup>.

Não há créditos individuais para os textos ou para a ilustração da capa. Porém, no início desse mesmo ano Maria do Céu Reis e Pepetela, segundo Figueiredo (2012), ministraram um curso de formação política em Dolisie, direcionado para os quadros em

<sup>181</sup> GRAMSCI, 2014, p. 89.

<sup>182</sup> CHOPIN, 2009, p. 54.

<sup>183</sup> Na última década da colonização portuguesa em Angola (1960-1974), tendo sido abolido o estatuto do indigenato em 1961, a formação de monitores escolares, aptos a lecionar até a 3ª classe (bastando que tivessem até a 4ª classe de escolaridade) incluía o estudo de práticas pedagógicas, português, entre outras disciplinas. Já os professores de posto, com nível acadêmico a partir da 6ª classe em diante aprendiam história de Portugal, portugalidade, moral e religião, noções de pedagogia e didática, didática, aritmética, além de outras disciplinas. Assim, verifica-se que a formação dos professores se dava em consonância com os pressupostos metropolitanos. Conceição Neto (1997) afirmou que “muitos docentes das Escolas de Habilitação de Professores de Posto, confiadas a congregações católicas, foram incorporados pelo MPLA” (NGULUVE, 2006, p. 57; NETO, 1997, p. 36).

posição de comando da 2ª Região Político Militar (2ª RPM)<sup>184</sup>, redigindo também o manual utilizado nas aulas. Depois de sua transferência para o Congo-Brazavile, Pepetela afirmou ter escrito vários livros didáticos e de formação política. Como a sociodramatização nas aulas foi atribuída à Maria do Céu Reis, intui-se que ela e Pepetela tenham trabalhado juntos na escrita desse manual, uma vez que Adolfo e Maria Helena estavam trabalhando na rádio e Henrique Abranches permanecera em Argel, onde estava envolvido em produções gráficas<sup>185</sup>.

O alvo do manual eram os pioneiros da 3ª classe de ensino, composta teoricamente por estudantes na faixa etária entre 8 e 9 anos de idade<sup>186</sup>. Contudo, numa sociedade em guerra, onde os estudantes eram treinados para o combate, e com um elevado índice de analfabetismo, cerca de 85% da população<sup>187</sup>, as classes eram heterogêneas como demonstra a documentação analisada.

A leitura do livro pode ser iniciada em sua capa, cuja imagem de um soldado com os pés fincados no chão domina a cena no plano superior. Em tamanho menor, no plano inferior, os contornos de uma pessoa portando uma lança, em posição de caminhada. A composição de imagens sugere que o corpo desnudo e vazado da figura menor poderia ser preenchido pela imagem do soldado, como se habitasse dentro dela.

A estrela com a inscrição “MPLA/DEC” no canto direito do livro sinaliza a direção para onde a figura representada no plano inferior deve caminhar, servindo ainda como suporte das duas representações humanas. O MPLA guiava, dava sustentação e por intermédio de suas escolas assegurava que o soldado existente em cada indivíduo se revelasse. No espaço escolar sugerido pela estrela os elementos tribais (a nudez e a lança) eram abandonados, dando lugar ao “homem novo”, devidamente paramentado para a guerra.

A ilustração do livro sugere uma linha evolutiva, a passagem de uma fase primitiva, tribal, para uma etapa moderna da sociedade angolana, em um caminho somente possível pela educação<sup>188</sup>.

#### Figura 2 - Capa Manual Escolar Formação Militante

<sup>184</sup> O MPLA durante a guerra de libertação dividiu Angola em regiões político-militar, a 2ª RPM era formada pelo enclave de Cabinda, localizado na região norte de Angola.

<sup>185</sup> Henrique Abranches também lecionava para jovens artistas, elaborava histórias em quadrinhos (seus personagens foram os primeiros heróis dos quadrinhos nacionais argelinos), além de se dedicar à escrita de romances (FIGUEIREDO, 2012, p. 344).

<sup>186</sup> O sistema de ensino adotado no pós-independência, em 1978, fixou um ensino de base com 4 classes, correspondendo ao ensino primário anterior à reforma, com a mesma disposição de faixa etária (MED, 1978, p. 37).

<sup>187</sup> KEBANGUILAKO, 2016, p. 17.

<sup>188</sup> No início de 1970 ocorreram evasões de quadros militares diante da intensificação da ofensiva portuguesa e de um MPLA envolto em crises internas, com denúncias de abusos cometidos por comandantes militares contra os soldados baseados na Frente Leste, aberta em 1966, configurando-se numa revolta desencadeada em 1969 (TALI, 2001a, p. 126-137).



Fonte: Casa Comum. 1970

### 3.1 Formação Militante

#### 3.1.1 A estrutura

Composta por quarenta e nove páginas, a introdução do livro contém recomendações aos professores, entre essas observações constam que os estudantes eram livres para criar as suas próprias composições cênicas, desde que em consonância com a linha político-pedagógica da escola. As melhores criações deviam ser registradas pelos docentes e, posteriormente, encaminhadas ao DEC para ampliação e renovação do manual<sup>189</sup>. Todos os

---

<sup>189</sup> DEC, 1970, p. 3.

aspirantes à militância deviam ser estimulados a participar das dramatizações com alternância nos papéis principais, dando oportunidade a todos os pioneiros de serem protagonistas, sem excluir, entretanto, a sua participação em papéis menores. Assim, os alunos experimentavam por meio dos personagens, o 4º princípio a ser seguido por eles: “Não é vaidoso. É trabalhador e modesto [...]”<sup>190</sup>.

O livro foi dividido em quatro módulos: 1) “O colonialismo português explora Angola”; 2) “A formação do MPLA - seus objetivos”, acompanhado do subitem “Principais fases da nossa luta”; 3) “Heróis da nossa luta” e 4) “Formação de Pioneiro”. A seleção dos módulos mostra que nessa fase de aprendizagem, o ensino se concentrava na sedimentação do antagonismo ao domínio colonial contraposta às proposições e conquistas do MPLA. Embora “Formação Militante” não seja um manual específico de história, discorreu sobre a colonização portuguesa na perspectiva do colonizado. Narrou a trajetória do MPLA, dos combates encetados pelo Movimento, falou sobre os seus “heróis”, atrelando-os aos princípios dos pioneiros, entrelaçando civismo e moral aos rumos da própria história<sup>191</sup>.

Os sociodramas reproduziam temas peculiares ao cotidiano colonial, combates travados durante a guerra de libertação acrescidos de grande carga fictícia, a trajetória do MPLA e os seus objetivos. Todas as dramatizações contavam com um coro, personagens variados, mas em sua maioria do gênero masculino. Na maioria das encenações, o MPLA aparecia na pele do “ativista”, “dirigente”, “militante” ou mesmo do “presidente” da Organização. Esses personagens conduziam a trama, explicavam as razões dos problemas abordados e como reagir a eles; os objetivos, feitos e princípios do Movimento. Outras vezes o MPLA se expressava em um personagem mais jovem, exprimindo o posicionamento esperado dos estudantes.

A interpretação do problema pelo MPLA, transfigurado em *persona* teatral, precedia o encerramento da trama, em algumas peças o papel de intérprete foi assumido pelo coro, também responsável por sintetizar as explicações na fala final. Essa síntese consistia no ponto a ser fixado pelos pioneiros e a partir do qual eram feitas a maior parte das “perguntas de controle”.

Segundo as explicações constantes das recomendações iniciais do livro, “os exercícios de controle permitem ao professor controlar os conhecimentos dos alunos. Os exercícios “completa a frase” permitem ao aluno controlar os seus próprios conhecimentos”<sup>192</sup>.

---

<sup>190</sup> DIP, 1971, p. 12.

<sup>191</sup> BITTENCOURT, 2008, p. 117.

<sup>192</sup> MPLA, 1970, n.p.



Figura 3 - Exercício Manual Escolar Formação Militante

CORO: (Todos)

PARA  
FIXAR

Nós todos somos explorados porque somos ANGOLANOS.  
O nosso inimigo comum é o colonialismo português.  
Para lutarmos, temos de lutar unidos.  
Só unido o POVO ANGOLANO vencerá o colonialismo português.

Perguntas de controle

1º Qual é o nosso inimigo comum?  
2º Porque somos todos explorados?  
3º Como devemos lutar?  
4º Como é que poderemos vencer o colonialismo português?

Completa a seguinte frase:

O povo angolano tomou consciência de que era preciso lutar ... contra o colonialismo ..... que é a causa da exploração económica, da falta de assistência ....., de ..... e de .....

Fonte: Formação Militante. 1970

Nota-se a adoção do exercício baseado no método catequético com perguntas e respostas<sup>193</sup>, numa preocupação ancorada no princípio “de que em todas as aprendizagens tudo passa pela reflexão que classifica, identifica, assimila, constrói e controla a todo momento o processo de elaboração do conhecimento”<sup>194</sup>. Para que uma disciplina mostrasse com eficácia o seu funcionamento, era necessário, prosseguiu Chervel (1990), que ela satisfizesse às exigências internas constitutivas do seu núcleo, resultando primordial fazer os exercícios propostos pelo manual escolar, pelo docente ou ambos.

Há que se pensar na dimensão do exercício escolar em uma organização como a OPA, cuja essência era o controle dos seus integrantes, eles próprios sujeitos a regras de monitoramento mútuo de seu comportamento:

[...] tornam-se tarefas de complexidade crescente que marcam a aquisição progressiva do saber e do bom comportamento, o esforço de toda comunidade para a salvação torna-se o concurso coletivo e permanente dos indivíduos que se classificam em relação aos outros. Foram talvez processos de vida e de salvação comunitária o primeiro núcleo de métodos destinados a produzir aptidões individualmente caracterizadas mas coletivamente úteis<sup>195</sup>.

Responder às “perguntas de controle”, completar frases se inserem como mais uma norma comportamental, uma forma de fixar leituras e ações para a sociedade, estruturadas a partir da ordenação dos valores criados no interior da OPA.

<sup>193</sup> Esse método teve origem no *Humanismo Clássico* europeu do século XVI e objetivava fazer o aluno compreender as causas e consequências de diferentes acontecimentos, sendo disseminado fora das fronteiras europeias em períodos posteriores (BITTENCOURT, 2018, p. 137).

<sup>194</sup> CHERVEL, 1990, p. 200.

<sup>195</sup> FOUCAULT, 1987, p. 137.

### 3.1.2 Encenando a exploração colonial

Na encenação que abriu o módulo 1, “O colonialismo português explora Angola”, os diálogos iniciais foram travados entre um agricultor e o “capitalista” da COTONANG. A crítica era dirigida à apropriação das matérias-primas angolanas por empresas portuguesas, aos baixos valores pagos aos agricultores e ao sistema capitalista. A remuneração recebida pelos camponeses era insuficiente até mesmo para adquirir os frutos do seu trabalho, numa alusão à *mais-valia*, conceito marxista que explica a diferença entre o custo da produção, o valor final do produto e o salário pago ao trabalhador. Noção explicada pelo “ativista” a um camponês frustrado em sua intenção de adquirir tecidos para os filhos:

Foste explorado, camarada. O tecido que querias comprar é feito de algodão, desse algodão cultivado com o teu próprio esforço. Tu vendeste esse algodão à companhia. Ele foi enviado para Portugal. Aí ele foi transformado, nas grandes fábricas, em tecidos. Esses tecidos voltaram para Angola e custam muito caro<sup>196</sup>.

Uma companhia pesqueira foi o cenário escolhido para demonstrar a apropriação dos recursos naturais angolanos pelos colonos portugueses. O sociodrama incluiu falas que confrontaram o pensamento de gerações diferentes, representadas pelos personagens “o velho operário” e o “jovem operário”. Ao receber como refeição *funge*<sup>197</sup> com molho de peixe podre, o pescador mais novo externou descontentamento: “Comer peixe podre, quando nós pescamos tanto peixe fresco! Sim porque fomos nós que pescamos”<sup>198</sup>. A indignação do jovem encontrou o conformismo do seu companheiro que argumentou ter sido sempre assim. Sua fala provocou a intervenção do “ativista”:

Eles não poderiam fazer de outra maneira; senão perderiam dinheiro. O trabalho é este explorar-nos o mais possível para ganharem o máximo de dinheiro. E o nosso trabalho é este: lutarmos o mais possível para expulsarmos os colonialistas da nossa terra<sup>199</sup>.

O trabalhador mais jovem não discordou do pescador mais velho, tampouco faz objeções a sua fala, mas os diferentes pontos de vista mostraram a oposição entre o velho modo de agir frente ao colonizador e a novidade trazida pela contestação embalada pelo MPLA. O personagem do jovem operário revelava o desabrochar das “sementes germinadoras da revolução”, persistindo nas críticas que avançaram sobre o salário miserável e a carga

---

<sup>196</sup> DEC, 1970, p. 3.

<sup>197</sup> Pirão feito com farinha de milho ou de mandioca.

<sup>198</sup> DEC, 1970, p. 7.

<sup>199</sup> DEC, 1970, p. 7.

horária de trabalho extenuante a que os trabalhadores da Companhia Pesqueira estavam submetidos.

### 3.1.3 O racismo domina a cena

O racismo foi tratado de forma individual em duas peças e permeou uma terceira, reflexo das discussões dos anos 1950-1960 que identificaram e denunciaram o conteúdo racista do colonialismo na África. A divisão estrutural do módulo vinculou estas questões à exploração colonial, abordadas logo no início do livro.

Uma das encenações narrou a angústia de um casal por não disporem de condições financeiras para um dos filhos, o menino Kahina, cursar o ensino secundário. A falta de recursos, as despesas com a família, as doenças que “nunca faltam em casa de pobre”, deixaram-lhes como única opção, empregar o rapaz numa oficina para aprender o ofício de serralheiro. Diante dos protestos da mãe que desejava ver realizado o desejo do filho de prosseguir os estudos, o pai alega que nem ele ou a esposa estudaram: “Ele já tem a sorte em ter feito a 4ª classe [...] Estudar em Angola não é para nós, negros [...]”<sup>200</sup>.

A contra-argumentação do personagem que representava o pai refletia a realidade colonial. Até 1926, o grupo classificado como “indígena” tinha a formação restrita ao aprendizado de uma profissão, que deveria se processar dentro de escolas-oficinas, sendo vetado o seu acesso ao ensino primário. Após esse período, foi criado o ensino primário para os “indígenas” dividido em dois níveis: 1º grau, ensino elementar profissional e 2º grau, ensino profissional, mantendo o mundo do trabalho como único alvo a ser almejado por essa categoria<sup>201</sup>. Mesmo assim, havia uma série de entraves para frequentar as escolas profissionais, que escolhiam seus alunos entre os filhos dos chefes de cada região, dando preferência àquelas que soubessem ler e escrever, entre outras exigências. A pesquisa realizada por Alberto Nguluve (2006) mostrou os limites da aceitação de negros e mestiços pela sociedade colonial, de acordo com o autor, em 1934 havia 69 escolas primárias em Angola, e apenas 5% de alunos negros estavam matriculados!

Nesse sociodrama, ao contrário dos anteriores, o coro entrou em cena um número maior de vezes: “Em Angola o nosso povo é analfabeto”; “O colonialismo português mantém

---

<sup>200</sup> DEC, 1970, p. 8.

<sup>201</sup> Após o golpe militar em Portugal, em 1926, uma nova compreensão sobre o modelo de ensino começou a ser formulada pelo sucessor de Norton de Mattos, idealizador das escolas-oficinas, Vicente Ferreira. Para Ferreira, a educação indígena deveria se processar dentro do seu próprio meio, ou seja, na aldeia, sem que fossem incentivadas habilidades individuais ou despertado qualquer tipo de ressentimento com relação à diferença de formação recebida (NORÉ; ADÃO, p. 115).

o nosso povo ignorante, para o explorar melhor. Esta é a exploração cultural do colonialismo português”; “Em Angola, os angolanos não têm o direito à instrução”<sup>202</sup>. Ou, ainda, para descrever a alegria dos filhos dos colonos indo para a escola, em contraste com a tristeza de Kahina, a caminho da serralheria, “onde vai começar a sua vida de operário [...] porque ele não tem o direito de estudar porque é angolano e pobre!”<sup>203</sup>. A repetição, ao que parece, tinha o intuito de fazer os alunos reterem a lição, construindo o que Chervel (1990) denominou “memória consciente”, elaborada a partir de um processo de escuta e recitação de conteúdos previamente classificados.

A falta de assistência médica foi ilustrada pela caminhada de 20 km de um casal em direção ao hospital mais próximo de seu quimbo (povoado), a fim de buscar tratamento para o filho acometido por uma forte febre. A chegada ao hospital foi recepcionada por um enfermeiro que os manda esperar porque o médico nada mais faz do que tratar de negros<sup>204</sup>. A ausência de socorro levou o menino à morte, fazendo ecoar o coro: “Em Angola, o povo não tem direito à assistência médica. Ele morre por falta de tratamentos, de medicamentos, de médicos de hospitais. Esta é uma das formas de exploração colonialista”<sup>205</sup>.

O racismo foi reproduzido em peças que simulavam uma sala de aula, o mercado de trabalho e um estabelecimento comercial, demonstrando como o preconceito racial estava presente em diversos setores da sociedade angolana.

A primeira encenação simulou uma aula de história na qual Diogo Cão foi apresentado pela professora como um civilizador que levou a fé católica aos “gentios”, aproveitando para mostrar a visão redutora do ensino colonial em relação ao nativo. O preconceito racial apareceu num momento da peça em que a professora aplicou reguadas injustamente num estudante negro, ignorando o fato de um aluno branco cantar durante a aula<sup>206</sup>.

Na segunda encenação envolvendo a temática racial, dois trabalhadores, um branco e outro negro, se candidataram a uma vaga de emprego; o negro logo foi dispensado por “não valer a pena”<sup>207</sup>. No terceiro sociodrama, um comerciante português atendeu de imediato o cliente branco, que chegara depois do negro fazendo questão de mencionar: “[...] Estes negros sempre apressados, até parece que trabalham muito!”<sup>208</sup>.

---

<sup>202</sup> DEC, 1970, p. 8.

<sup>203</sup> DEC, 1970, p. 8.

<sup>204</sup> DEC, 1970, p. 10.

<sup>205</sup> Ibid., p. 11.

<sup>206</sup> Ibid., p. 11.

<sup>207</sup> Ibid., p. 12.

<sup>208</sup> Ibid., p. 12.

Mostrado o racismo que invadia o cotidiano dos angolanos, a falta de hospitais, escolas e a exploração sofrida pelo trabalhador, o penúltimo sociodrama do módulo reuniu todos os protagonistas das peças anteriores, que em falas individuais afirmaram ter que lutar contra os problemas enfrentados por seus personagens. Para concluir na última encenação, que deveriam fazê-lo unidos, pois as adversidades vividas por eles possuíam a mesma raiz, não importando as suas ocupações ou origens regionais tinham o mesmo inimigo comum que forjava a sua identidade:

O Cultivador: - Eu sou um cultivador da BAIXA DO KASSANGE, sou explorado pelo colonialismo português, porque sou ANGOLANO.

Operário da pescaria: - Eu sou um operário das pescarias de MOÇÂMEDES [Namibe], sou explorado pelo colonialismo português porque sou ANGOLANO.

O miúdo Kahina: - Eu sou um miúdo de LUANDA, que não tem direito à cultura, porque sou ANGOLANO.

Mãe do Pedro: - Eu sou uma camponesa do UÍGE, a quem recusaram tratar o filho porque sou ANGOLANA [...] <sup>209</sup>.

E assim se sucederam as falas com personagens oriundos de todo o território angolano, tendo o DEC feito questão de grafar em letras maiúsculas a palavra “angolano” e a região de origem de cada um, enfatizando a unidade proclamada na Conferência Nacional de 1962.

A linguagem dos sociodramas nesse módulo desenhava a sociedade angolana pretendida pelo MPLA no campo político e social. As famílias eram monogâmicas, não havia nenhuma particularidade regional ou étnica, o coletivo operário designava os trabalhadores urbanos, distinguidos apenas pelos cultivadores ou camponeses, cuja labuta era no campo, seguindo a divisão clássica marxista, unificando-os enquanto categoria vítima da mesma exploração. Resquícios da velha sociedade, as falas das personagens femininas eram curtas. De um total de seis aulas, três papéis eram femininos: dois de esposa/mãe e um de professora, a quem coube lecionar apenas para meninos. As questões discutidas eram sempre narradas por homens que ouviam de outro igual, “o ativista”, os motivos de suas adversidades.

Distinguidos o inimigo e os laços comuns que unia todos os angolanos, encobrando o “tribalismo” e tropeçando nas contradições ditadas pela desigualdade de gênero, o primeiro módulo foi encerrado.

### 3.1.4 O MPLA em três dramatizações

A trajetória do MPLA foi narrada em três sociodramas: 1) Formação do MPLA; 2) Os objetivos do MPLA e 3) Principais fases da nossa luta. A primeira ratificou a criação do

---

<sup>209</sup> DEC, 1970, p. 15.

MPLA em 1956, exaltando o sentimento de unidade da Organização e a sua capacidade de aglutinar outros grupos numa frente única<sup>210</sup>, reproduzindo a história criada na Conferência de Túnis na década anterior.

Os objetivos do Movimento foram narrados em uma única cena, com falas curtas, contendo apenas perguntas e respostas sucintas, como num jogo:

O Responsável: - O MPLA luta pela independência completa de Angola.

Um Militante: - O que significa independência completa?

O Responsável: - A independência completa é a independência política e a independência econômica.

Um Militante: - E o que quer dizer independência política e independência econômica?

O Responsável: - Independência política: quando o nosso país tiver um governo formado por angolanos, tiver a sua bandeira, o seu hino.

Independência econômica: são as nossas riquezas: algodão, café, açúcar, ferro, diamantes pertencentes ao povo angolano e não aos capitalistas estrangeiros; os colonialistas e os imperialistas. E o nosso país ficará tão desenvolvido que terá escolas, hospitais, livros, casas, para todos<sup>211</sup>.

A forma resumida não significou um descuido com a história da Organização, ainda em construção, seu intento era destacar os pontos considerados mais relevantes naquele momento, e mostrar aos pioneiros, as novas possibilidades de vida decorrentes da independência.

Nas principais fases da luta anticolonial a abertura da Frente de Cabinda ganhou ingredientes fabulosos: “Era um grupo de 15 jovens. [...] O seu chefe [Hoji Ia] HENDA. As armas eram poucas. Dos 15 jovens só 7 iam armados. Mas eles levavam uma arma poderosa: a coragem e a audácia de uma juventude em revolta”<sup>212</sup>. A linguagem metafórica utilizada nesse sociodrama se assemelha aos contos, onde personagens representados por animais ou seres mágicos desfiavam regras de comportamento, virtude e moral, possibilitando que os seres humanos neles se reconheçam<sup>213</sup>.

Os guerrilheiros não eram distantes dos pioneiros, participando inclusive das aulas, porém os estudantes precisavam ser familiarizados com os confrontos dos campos de batalha, ou melhor, a sua idealização<sup>214</sup>. A linguagem que imprimiu poesia à falta de armamentos e aos riscos dos combates, fez de Henda, guerrilheiro morto aos 27 anos de idade em combate, o exemplo modelar, a ser seguido pelos jovens pioneiros, num processo de aprendizagem por

<sup>210</sup> Ibid., p. 18.

<sup>211</sup> DEC, 1970, p. 18-19.

<sup>212</sup> Ibid, p. 22.

<sup>213</sup> BERNAT, 2008, p. 189.

<sup>214</sup> Nas recomendações do livro “Formação Militante” constava o indicativo de que caso o número de estudantes fosse insuficiente para compor o elenco, os guerrilheiros e alunos de outras escolas deveriam participar dos sociodramas (DEC, 1970, n.p.).

imitação, metodologia comum no ensino das classes infantis no Brasil do início do século XX<sup>215</sup>.

A fantasia não se restringia à linguagem, o próprio conteúdo do livro distorcia a realidade, como no tópico a “Frente Norte é reforçada”:

Coro: - A direção do nosso Movimento tomou a decisão de reforçar e reorganizar a 1ª região, enviando clandestinamente dois esquadrões: o Cienfuegos e o Kami.

[...]

Coro: - A entrada do esquadrão Cienfuegos: a viagem foi difícil. Mas o esquadrão chegou ao seu destino. E o povo contente faz festa uma semana. Era em outubro de 1966.

CENA II

Coro: - Em 1967, um novo esquadrão partiu para a Frente Norte (vê-se o esquadrão partir, atravessar as matas, fugindo à UPA [FNLA], na fronteira, o esforço e as dificuldades, até chegar ao seu destino).

Coro: - O nosso Movimento tomou a decisão de reforçar a Frente Norte. Em outubro de 1966 entrou o esquadrão Cienfuegos. Em Março de 1967 entrou o esquadrão Kami<sup>216</sup>.

Grupos que sobreviveram às perseguições da PIDE após as rebeliões de 4 de fevereiro de 1961, se refugiaram na fronteira norte entre Luanda e o Congo-Kinshasa, formando a 1ª RPM, assim designada pelo MPLA, que, junto com Cabinda (2ª RPM), compunha a Frente Norte (TALI, 2001a, p. 109). O acesso à 1ª RPM era dificultado porque o MPLA precisava deslocar suas tropas por território congolês, de onde fora expulso em 1963, e passar por áreas dominadas pela FNLA, o que representava um enorme risco, daí o “reforço” mencionado no sociodrama para retirar essa região do isolamento a que estava submetida<sup>217</sup>.

Mabeko Tali (2001a) expôs as dificuldades experimentadas pelos esquadrões mencionados na peça. O destacamento *Cienfuegos* – em homenagem a Camilo Cienfuegos, um dos comandantes da Revolução Cubana – com noventa e seis homens, chegou a 1ª RPM em número bastante reduzido. Dos duzentos guerrilheiros que formavam o esquadrão *Kami*, apenas vinte e sete teriam sobrevivido, mortos pela fome ou pelas tropas da FNLA. Outras ações se repetiriam sem sucesso, marcando a vivência dos guerrilheiros dessa região pela extrema carência de víveres e equipamentos militares.

A cada sociodrama, a Frente de Libertação avançava na luta, sem mencionar ainda derrotas ou mortes. Os pioneiros, por sua vez, aprendiam sobre as frentes de combate, quais localidades integravam cada região militar. Nas peças também iam surgindo novos personagens. Entraram em cena o “camarada”, o “militante”, “dirigentes”, “jornalistas do MPLA” e até o seu presidente.

<sup>215</sup> BITTENCOURT, 2008, p. 195.

<sup>216</sup> DEC, 1970, p. 25.

<sup>217</sup> TALI, 2001, p. 123.

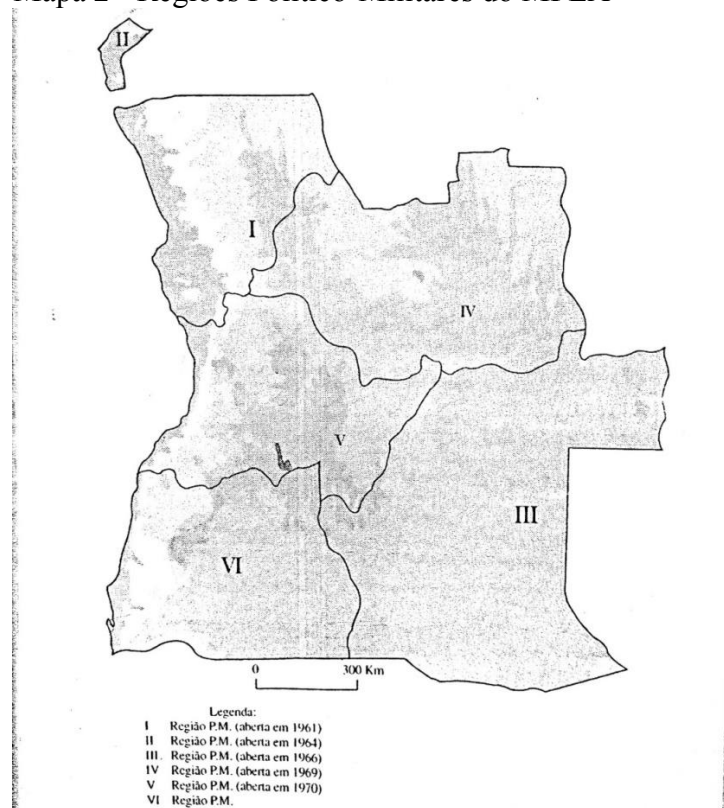
O estudo de Dulce Pandolfi (1995) sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) mostrou que pertencer aos seus quadros significava comungar um estilo de vida, rompendo com o mundo ao redor, em níveis de maior ou menor profundidade.

[...] um eleitor é distinto de um simpatizante, que por sua vez, é distinto de um militante de base e de um dirigente – entrar para um partido comunista é, sobretudo, adotar o “espírito do partido”. Pressupõe não apenas um envolvimento político, mas existencial<sup>218</sup>.

Esses códigos não apareceram casualmente nas encenações, era necessário que os pioneiros dominassem o jargão peculiar à militância e a hierarquia dentro da Organização e soubessem o seu lugar dentro dela. Na sociedade encenada na peça até o jornalista era um membro do MPLA, fora da Organização, os únicos papéis que restavam eram aqueles ocupados pelos adversários.

O manual em sua divisão interna soube verticalizar o ensino, estabelecendo conexões diretas entre os temas tratados. As penúrias e mortes enfrentadas nas frentes de combate foram tratadas no módulo seguinte, sob o título sugestivo de “heróis”.

Mapa 2 - Regiões Político-Militares do MPLA



Fonte: TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*, v. 1. Luanda: Editorial Nzila, 2001.

<sup>218</sup> PANDOLFI, 1995, p. 36.



Mapa 3 - Angola<sup>219</sup>

Fonte: Wikipédia. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola\\_Provincias.png](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Angola_Provincias.png). Acesso em: 10 jan. 2018.

### 3.1.5 Os Heróis

A emergência da guerra não podia retroceder a um passado longínquo, era indispensável que a história fornecesse exemplos legitimadores da causa (a luta anticolonial) e do próprio MPLA. Os sociodramas do módulo demonstram a tessitura de uma memória em

<sup>219</sup> Embora o mapa não seja do período colonial, as fronteiras permaneceram as mesmas no pós-independência, conforme mencionado no primeiro capítulo, havendo apenas mudança na designação de algumas províncias.

meio à guerra, que deveria servir de fonte para uma futura história nacional e de estímulo à luta:

[...] em nenhum caminho da sua história, nem mesmo caminhos da revolução, seja ela “burguesa” ou outra, os homens passeiam nus. Precisam de “fatos”, de signos e imagens, de gestos e figuras, a fim de comunicarem entre si e se reconhecerem ao longo do caminho. Os sonhos e as esperanças sociais, frequentemente vagos e contraditórios, procuram cristalizar-se e andam em busca de uma linguagem e de modos de expressão que os tornem comunicáveis<sup>220</sup>.

Os sociodramas do penúltimo módulo circunscreveram histórias de guerrilheiros e pioneiros que teriam lutado doentes até perecerem nos campos de batalha, sucumbindo em emboscadas, em confronto com as forças inimigas ou armando bombas, caso do guerrilheiro Kami que deu nome ao esquadrão.

Os roteiros descreviam simulações de “corpos no chão”, cenas de combate, informações de que em casos de doença, na mata não teriam medicamentos, apenas “coragem e sacrifício”<sup>221</sup>. A morte física dispensava lágrimas ou receios, pois a ela sobrevinha uma vida exemplar, imortalizada pelo ato heroico que deveria ser seguido:

Kami, sabotador heroico. Não te choraremos. Seguiremos simplesmente o teu exemplo. Que cada um de nós seja um Kami. [...] Tomás Ferreira [pioneiro], tu não morreste. Na nossa inteligência e na nossa vontade, tu estarás sempre presente. Continuemos a ação<sup>222</sup>.

O universo descrito para os pioneiros nos textos escolares se aproxima do “ser comunista”, sentimento universalista compartilhado por aqueles que se identificaram com os princípios que culminaram na Revolução Russa de 1917, segundo Pandolfi (1995). A “cultura comunista” se expressa pela tradução canônica da teoria marxista-leninista como verdade irrefutável, a exigir dos seus pares “a abnegação, o sacrifício pessoal, a renúncia ao comodismo, a devoção integral à causa [...] o comunista tem de ser antes de tudo um bravo. Deve cultivar o estoicismo e ter uma grande capacidade de resistir ao sofrimento”<sup>223</sup>.

Como exemplo da resiliência comunista o manual escolar relatou as qualidades de José Mendes de Carvalho, conhecido pelo codinome *Hoji Ia Henda*, morto em 14 de abril de 1968 durante o ataque ao quartel militar do exército colonial português na província do Moxico:

Uma voz: - Henda é um exemplo de coragem...  
Outra voz: - De disciplina...

<sup>220</sup> BACZKO, 1985, p. 321.

<sup>221</sup> Ibid., p. 29.

<sup>222</sup> Ibid., p. 29-30.

<sup>223</sup> PANDOLFI, 1995, p. 37.

Uma voz: - De audácia...  
 Outra voz: - De abnegação...  
 Uma voz: - De honestidade absoluta...  
 Outra voz: - Total espírito revolucionário...<sup>224</sup>

Em homenagem ao *Henda*, no dia 14 de abril se comemora o “Dia da Juventude” em Angola, decisão tomada pela I Assembleia da III Região Militar do MPLA, em março de 1969<sup>225</sup>. A morte tomou o lugar do nascimento na celebração da juventude angolana, numa amostra do significado da vida em tempos de guerra.

Outro herói, que integrou o panteão criado pelo manual escolar, é dono de uma história controversa que será detalhada um pouco mais adiante. Augusto Ngangula, pioneiro que teria sido morto aos doze anos de idade por soldados portugueses, cuja história exemplifica as recomendações dadas aos docentes:

Nas cenas mudas em que os alunos apenas exprimem por gestos, estas devem acompanhar o CORO [grifo do DEC]. Por exemplo, se o coro diz “e os soldados mataram Augusto Ngangula”, ao mesmo tempo que o coro fala, a cena muda, vai-se desenrolando: os soldados fazem gestos de matar Augusto Ngangula<sup>226</sup>.

A data em que Ngangula teria sido morto, 1º de dezembro de 1968, também foi transformada em efeméride, comemorativa do “Dia do Pioneiro Angolano”.

Circe Bittencourt (2008), ao apresentar as discussões que envolveram o ensino de história para crianças no Brasil, mostrou que uma das soluções encontradas foi principiar a disciplina com o estudo dos heróis, suas realizações e curiosidades. O aspecto biográfico da abordagem despertaria o interesse das crianças, acrescido do aspecto positivo de mostrar a concretude de um conteúdo ainda muito abstrato para as classes primárias. A solução brasileira refletia uma tradição historiográfica novecentista, sobretudo francesa, de que o ensino nas séries iniciais devia ser pautado pela memorização dos vultos nacionais e das grandes realizações, conforme assinalou Toledo (2004), servindo de suporte para a construção de uma história nacional.

Tomando como parâmetros estas análises, em Angola, os heróis da luta anticolonial serviram de base para a organização de um calendário cívico, um dos instrumentos pedagógicos mais usuais e poderosos das revoluções: o controle do tempo, fundamental na organização da vida civil. Esses recursos subsidiaram a construção de uma memória coletiva que no pós-independência nutriu com vigor a sociedade e a história nacional.

---

<sup>224</sup> Ibid., p. 31.

<sup>225</sup> KEBANGUILAKO, 2016, p. 275

<sup>226</sup> DEC, 1970, n.p.

### 3.1.6 Formação de Pioneiro

Os sociodramas apresentaram situações em que pioneiros se portavam de forma contrária aos princípios da OPA, exibindo falhas morais (indisciplina, dispersão, preguiça, falsidade, desrespeito aos superiores, orgulho, etc.). Nos diálogos elaborados, os desvios de conduta eram, em geral, apontados por um outro estudante. Agradecido o estudante que incorreu na falha admitia o seu erro, logo sucedido pelo coro que entoava a regra a ser fixada.

Destaco o uso do 5º princípio, usado para controlar as críticas à direção do MPLA, num momento em que a Organização atravessava dissidências internas, fruto do descontentamento dos soldados da Frente Leste<sup>227</sup> com a postura dos chefes militares, culminando na “Revolta de Jiboia” em 1969 (TALI, 2001a). Daí a importância, de instruir os pioneiros na condução de suas críticas e na defesa do MPLA:

Militante: - A direção do nosso Movimento só comete erros. Aqui no Movimento só se vê bandalhas.

O Kahina: - Camarada, não tens o direito de falar assim... Além disso, as tuas críticas são pouco precisas. Dá-me exemplos concretos de bandalhas e erros cometidos pela Direção do Movimento.

Militante: - Ora. Há tantos, que nem têm conta.

O Kahina: - Essa crítica, assim não serve. Quando uma pessoa critica, camarada, crítica, para corrigir e não para fazer confusão. O camarada vê os erros, mas não tem coragem de falar numa reunião sobre eles. Ainda por cima fala sem previsão. Isso está errado.

Militante: - Mas, afinal, um miúdo como tu atreve-se a discutir comigo?

O Kahina: - Sou miúdo, mas também sou pioneiro. Sou militante do MPLA e como militante tenho o direito e o dever de defender as minhas opiniões onde quer que eu esteja desde que elas sejam corretas. E, neste caso, elas são-no.

O Militante: - Estes miúdos de agora dão-nos muita lição. Obrigado miúdo Kahina, pelo teu exemplo de coragem revolucionária<sup>228</sup>.

A fala dos personagens contém lições implícitas relacionadas à democracia presente no Movimento, sua suposta abertura às críticas e a forma correta de expô-las por meio de reuniões da militância. Argumento, prontamente desmentido pelas acusações de centralismo que rondavam a gestão de Neto, perceptíveis nas próprias palavras do presidente ao ser instado a dividir as tarefas numa reunião de militantes da Frente Norte realizada em 1968: “[...] Um colaborador do Presidente do Movimento deve fazer aquilo que eu penso, quer dizer, o que a Direção decidiu o que se deve fazer [...]”<sup>229</sup>.

<sup>227</sup> Aberta em 1966, a Frente Leste era formada pela 3ª, 4ª e 5ª regiões, abrangendo os territórios do Moxico e Cuando Cubango (3ª RPM), Lunda norte e sul e Malange (4ª RPM), Bié, Huambo, Benguela e Kwanza Sul (5ª RPM) (TALI, 2001a, p. 119-126).

<sup>228</sup> DEC, 1970, p. 38.

<sup>229</sup> MPLA, 1968, p. 14.

O sociodrama mostrou, ainda, que a autoridade da opinião dos pioneiros advinha da sua militância desde, é claro, que fosse a “correta” como argumentou o personagem Kahina. Foi com essa sintonização dos discursos entre os estudantes e o MPLA, presente no manual, que o livro encerrou os seus ensinamentos.

### 3.2 Encenações literárias

[...] pioneiros como os outros camaradas do interior, estudam e combatem porque defendem igualmente os ideais do MPLA<sup>230</sup>.

Duas composições textuais deram um tom literário aos sociodramas, ambas divulgadas no início da década de 1970. A primeira delas, uma publicação comemorativa do “Dia do Pioneiro Angolano”, datada de 1º de dezembro de 1970, editada em Lusaka pelo Departamento DIP. A segunda, a cartilha de alfabetização “As Aventuras de Ngunga”, escrita por Pepetela em 1972, e publicada no ano seguinte na Floresta de Mayombe, região localizada ao norte de Cabinda.

“Dia do Pioneiro Angolano” não foi categorizado como um livro didático pelo MPLA. Porém, para o diretor do Centro Internacional de Cultura Escolar (CEINCE), Augustín Escolano Benito, um dos critérios para a classificação dos manuais escolares é o tipo “de modelos textuais que adotam para transmitir seus conteúdos”<sup>231</sup>. Partindo dessa premissa, o exame dessa publicação levará em conta suas aproximações textuais com a cartilha as “Aventuras de Ngunga” e com a própria terminologia veiculada em “Formação Militante”. Nessa análise considere o fato de o impresso ser originário do DIP, órgão para o qual Pepetela afirmou ter trabalhado no mesmo período em que era professor em Dolisie.

A importância dessas composições textuais deve-se ao fato de ambas sedimentarem uma narrativa que romantizava a guerra de libertação, fixando relações entre padrões comportamentais e o sucesso das batalhas e missões.

#### 3.2.1 Dia do Pioneiro Angolano

A publicação possuiu um total de doze páginas, com uma ilustração na capa, cuja qualidade da cópia permitiu apenas identificar a imagem de dois homens. O desenho que

<sup>230</sup> Trecho do Hino do Pioneiro Angolano.

<sup>231</sup> BENITO apud CHOPIN, 2009, p. 71

encerra a publicação apresenta dois cenários dispostos lado a lado: no primeiro um homem carrega uma criança nos ombros, enquanto na segunda cena uma criança aparece sentada numa sala de aula, a fim de que os leitores vislumbrassem o que aguardava as crianças caso se tornassem pioneiras.

Figura 4 - Ilustração do Manual Escolar “Dia do Pioneiro Angolano”



Fonte: Casa Comum. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02970.010.012#!15>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

A primeira página do impresso rememorou a homenagem póstuma prestada pelo Comitê Diretor do MPLA, em 3 de março de 1969, a Augusto Ngangula, agraciado com o título de “Pioneiro Heroico do MPLA”, “por sua coragem e dedicação à luta do seu Povo”<sup>232</sup>. Após dar a conhecer a posição reservada aos pioneiros leais, a publicação centrou sua

<sup>232</sup> DIP, 1971, p. 1.

abordagem na descrição de atos corajosos praticados por diversos estudantes e a perspicácia demonstrada por eles em situações perigosas, numa narrativa que entrelaçou os episódios narrados com os princípios e normas da OPA, devidamente listados no documento.

A morte de Augusto Ngangula foi o primeiro evento contado em “Formação Militante”, reproduzido com detalhes impossíveis de serem conhecidos, uma vez que Augusto estava sozinho, segundo consta do próprio documento, quando foi capturado pelos soldados portugueses. A forma narrativa assemelha-se a de uma peça teatral, numa adaptação da sociodramatização:

No dia 1º de dezembro de 1968 AUGUSTO NGANGULA [grifo do MPLA] com seus livros, percorre cautelosamente a dezena de quilômetros a que se encontrava da sua escola.

No seu rosto era evidente o contentamento de voltar para junto dos camaradas do MPLA, com quem tinha aprendido a ler, a conhecer a sua terra, a trabalhar e a combater pela liberdade de seu Povo<sup>233</sup>.

O texto mencionou que Ngangula trazia livros consigo, fato improvável diante da escassez de recursos nas escolas e da pobreza extrema vivida pelos estudantes, aludida pelo próprio Pepetela: “[havia] falta de material, falta de comida. Os alunos vinham das aldeias quase nus e nitidamente com fome”<sup>234</sup>. Avistado por patrulhas inimigas que o encurralaram, Ngangula teria sido brutalmente torturado para dizer a localização do CIR e da base militar, porém não cedeu às pressões. O texto, carregado de hipérboles e com ênfase nos aspectos morais, relatou que na tentativa de despistar seus agressores, Ngangula decidiu levá-los para uma área agrícola esperançoso de encontrar destacamentos do MPLA, mas o estratagema não logrou êxito:

Os soldados colonialistas tucas, apercebendo-se posteriormente que tinham sido enganados e já enfurecidos pela coragem, determinação e dignidade do Pioneiro AUGUSTO NGANGULA [grifo do DIP] assassinaram-no barbaramente a golpes de machado<sup>235</sup>.

Duas páginas eletrônicas questionaram a existência de Augusto Ngangula, afirmando se tratar de um mito, atribuindo a crença na época ao controle de informação exercido pelo MPLA, uma delas destacou que a morte do pioneiro ocorreu num domingo, dia em que sequer tinham aulas<sup>236</sup>. Na outra ponta, Antônio Tuta, que trabalhou como professor na 3ª RPM,

<sup>233</sup> MPLA, 1971, p. 4

<sup>234</sup> Entrevista com Pepetela. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nao-se-festeja-a-morte-de-ninguem-entrevista-a-pepetela>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

<sup>235</sup> DIP, 197, p. 3

<sup>236</sup> Disponível em: <[pchila.blogspot.com](http://pchila.blogspot.com)>. Acesso em: 11 mar. 2018. Ver também, disponível em: <<https://facebook.com/COMUNIDADEINFORMATIVA/posts/888429>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

afirmou ter lecionado para Ngangula que “destacava-se por uma inteligência sutil. Daí que, em vez de estudar a iniciação, foi proposto para a segunda classe [...]. Por causa desta inteligência, os responsáveis do centro Cuba [região do Moxico] nomearam-no chefe de brigada a nível [sic] das crianças”<sup>237</sup>.

As palavras de Tuta acentuaram o perfil mítico do pioneiro, cuja existência não se conseguiu provar ou refutar. Entretanto, causa espécie, a coincidência entre a data da morte de Augusto Ngangula, transformada no “Dia do Pioneiro”, e a fundação da OPA. A trajetória impecável do menino refletia a organização, ou melhor, se tornou produto dela.

A publicação demonstrou que Ngangula serviu de exemplo para outros estudantes que igualmente teriam demonstrado abnegação e coragem, como no relato da trajetória do pioneiro Estrela que, aos 15 anos de idade, já participava da guerrilha:

Num desses combates [...] o Pioneiro ESTRELA [grifo do DIP] foi ferido. [...] teve ainda de fazer um esforço considerável para caminhar a pé algumas dezenas de quilômetros até chegar a uma das bases fronteiriças. E a primeira preocupação foi terminar os exames da 3ª classe.

Uma vez restabelecido ESTRELA recusou permanecer fora da frente de combate, preferindo resolutamente seguir os seus estudos e a sua atividade guerrilheira [...]

Se bem que os outros Pioneiros tivessem começado as aulas há já alguns meses, o Pioneiro ESTRELA não só conseguiu recuperar completamente o atraso como fez os exames obtendo uma das melhores classificações.

Entretanto durante a sua ausência, um outro tinha assumido o seu grado e as suas responsabilidades.

ESTRELA voltava então a atuar como pioneiro de base, o que encarou com maior modéstia e naturalidade [...] <sup>238</sup>.

O emprego de sujeitos coletivos foi um recurso frequentemente mobilizado pelo MPLA em sua pedagogia cívico-militar. Nessa acepção, a identidade do indivíduo é mediada por tradutores culturais norteadores de sua presença no mundo, sendo processada a partir de uma escala de valores que regulam os aspectos subjetivos de sua personalidade, de modo a se encaixar em parâmetros previamente traçados:

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis <sup>239</sup>.

No relato abaixo, é possível observar a projeção de que fala Hall:

<sup>237</sup> Disponível em: <[http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/antonio\\_tuta\\_o\\_mestre\\_de\\_augusto\\_ngangula](http://jornaldeangola.sapo.ao/sociedade/antonio_tuta_o_mestre_de_augusto_ngangula)>.

Acesso em: 4 fev. 2018.

<sup>238</sup> DIP, 1971, p. 4-5.

<sup>239</sup> HALL, 1992, p. 11-12.



Feito o apelo a voluntários, imediatamente se apresentaram os Pioneiros PÁTRIA e CORAGEM para cumprirem a missão. E apesar do inimigo ter montado os dispositivos de emboscada na referida zona, os dois jovens pioneiros do MPLA lograram atingir o objetivo e regressaram com o abastecimento requerido. [...] Por necessidade de reabastecimento militar, a Pioneira BATALHA em companhia de dois outros pioneiros e de seu professor saíram em busca de alimentos. Surpreendidos pelas forças inimigas, uma troca de tiros se estabelece. O professor é ferido nas duas mãos e a Pioneira BATALHA atingida mortalmente por 3 balas. Ela tinha apenas 8 anos de idade<sup>240</sup>.

O recurso ao simbólico se misturou de forma perversa à fantasia própria do universo infantojuvenil; despidos de seus nomes próprios, os pioneiros deveriam assumir a identidade do grupo. A palavra “pioneiro” ou “pioneira” precedia o nome ou codinome do estudante, usada como indicativo do seu lugar social e do papel que devia exercer junto à sociedade. O prenome era seguido de adjetivos destemidos ou grandiosos, grafados em caixa alta no documento, como se os jovens pudessem encarnar nos campos de batalha os personagens criados dentro da escola.

As mortes justificadas pelo DIP: “[...] por vezes, alguns Pioneiros tombam no campo da honra, porque a libertação da Pátria necessita de sangue dos seus melhores filhos”<sup>241</sup>, assumiam contornos messiânicos próprios do nacionalismo alinhados à perspectiva de Benedict Anderson (2008). Segundo Anderson, diante do esvaziamento do desígnio religioso nos Estados de orientação liberal e socialista, foi preciso achar novos significados para a morte, (re)conectá-la ao fluxo contínuo da vida. A nação em seu tempo ininterrupto, indicativo de um futuro inacessível, mas certo, imprimiu um novo significado ao desaparecimento físico dos indivíduos. Anderson usou como exemplo os túmulos em memória de soldados desconhecidos presentes em vários países. Suas tumbas vazias prescindem de identificação, seu epitáfio consiste no ato heroico de morrer pela pátria.

A morte dos pioneiros nas trincheiras da guerra sedimentava o desejo e a luta por uma Angola livre, o desaparecimento físico não representava luto, ao contrário, fertilizava o solo do qual nasceria a pátria angolana.

### 3.2.2 As Aventuras de Ngunga

O livro em sua concepção foi escrito para servir de apoio à alfabetização. A complexidade dos textos aumentava gradativamente de modo a facilitar a sua compreensão, ampliada com a sua tradução para o imbundo: “assim os miúdos podiam aprender a ler na sua

---

<sup>240</sup> Ibid., p. 8.

<sup>241</sup> Ibid., p. 7.

língua e recorrer a ela sempre que tivessem dificuldade nalguma palavra em português”<sup>242</sup>. A gênese do livro remete às cartilhas usadas em língua portuguesa desde a Idade Moderna, segundo Carlota Boto (2004), com o propósito de ensinar a ler e escrever, sem descuidar do conteúdo moral. O mesmo ocorreu com o livro de Pepetela, que uniu alfabetização ao letramento cívico-militar. Em 1973, como assinalou o próprio Pepetela<sup>243</sup>, a cartilha ganhou um fio condutor e foi publicada na versão discutida neste trabalho.

A história narra o processo de amadurecimento de um garoto chamado Ngunga, a sua absorção dos preceitos morais dignos de um verdadeiro homem novo: o imperativo do coletivo sobre o individual, a renúncia às práticas tribais, à fidelidade aos ideais defendidos pelo MPLA, o espírito guerrilheiro e a dedicação aos estudos.

Órfão aos treze anos de idade, Ngunga teve os pais mortos por soldados portugueses e a irmã caçula levada por eles. Sozinho, encontrou abrigo junto ao guerrilheiro “Nossa Luta”, passando a viver na mesma casa que ele.

A fome e a penúria sofridas pelos estudantes aparecem no livro como uma realidade a fustigar a vida de vários povoados. Mas, a mensagem da cartilha vislumbrava o futuro e os aspectos positivos da sociedade angolana; a falta de comida poderia ser amenizada com uma divisão justa de alimentos. Novas lavouras floresceriam no lugar daquelas destruídas pelos ataques portugueses, a caça abundante foi mencionada nos raros momentos de festejos relatados no livro. Havia sempre o mel, cujo consumo dependia apenas do uso habilidoso de uma faca para retirá-lo das árvores. As privações sofridas pelos angolanos eram uma condição passageira, fruto da exploração colonial e da distribuição desigual de recursos.

Quando “Nossa Luta” partiu para guerrilha, Ngunga foi viver num povoado onde passou a trabalhar com a família do soba (chefe local), numa estadia pouco demorada devido à mesquinhez demonstrada pelo líder que escondia comida dos guerrilheiros e do próprio menino que trabalhava duro na lavoura. As andanças do jovem o levaram a viver com o “Professor União” e a frequentar a escola, espaço que marcou a sua passagem para a vida adulta.

No ambiente escolar Ngunga enfrentou ao lado de seu professor, um ataque dos soldados portugueses. Capturado junto com “União”, o menino foi colocado na função de criado do chefe da PIDE, em Cangamba (Moxico). Desde a captura, Ngunga pensava em fugir, a única dificuldade era conseguir livrar “União” da cela, onde diariamente sofria

<sup>242</sup> Disponível em: <<http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/pepetela/ngunga.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

<sup>243</sup> Disponível em: <<http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/pepetela/ngunga.html>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

torturas e era interrogado. A transferência de União para o Luso (atual Luena, capital do Moxico) desfez de forma abrupta os planos do menino, que apenas teve tempo de ouvir a última lição passada por seu professor: “Nunca te esqueças de que és um pioneiro do MPLA. Luta onde estiveres, Ngunga!”<sup>244</sup>. Assim, ele o fez. Aguardou o momento propício, matou o chefe da PIDE, escapando ileso e levando consigo três armas!

Essa passagem do livro de Pepetela guarda semelhança com outra narrada em “Dia do Pioneiro”. “União”, um pioneiro com 15 anos de idade, se perdeu de seus companheiros portando uma granada e documentos do CIR. Encurralado por soldados portugueses, ele não acionou o dispositivo, a fim de evitar que a sua morte impossibilitasse a localização da documentação. Sem ceder à pressão para que revelasse o local da escola, “União” conseguiu escapar de seus algozes, recuperando os documentos e o armamento.

A ficção emprestou ares de aventura à vida real, cobrindo de fantasia à crueza da guerra, torcendo os fatos e fazendo do letramento um meio de arregimentação militar. A cartilha também cuidou para que a trajetória de aprendizagem de Ngunga revelasse o “homem novo”.

No caminho de volta a sua base militar, Ngunga conheceu o amor e as tradições tribais que o impediam de ficar ao lado da jovem pela qual se apaixonou. Uassamba era a quarta esposa de um homem muito mais velho, fruto de um casamento negociado por seus pais em troca do alambamento, dote, que a mantinha presa ao relacionamento.

Pepetela fez referência a uma prática comum no antigo Reino do Congo, onde o poder estava concentrado nas mãos dos mais velhos, os únicos a dispor de recursos para contrair laços matrimoniais. O valor era alto justamente para criar vínculos de sujeição entre os sobas e os mais jovens, que dependiam do seu auxílio para casar. O casamento também tinha a função de ampliar a rede de lealdades dos mais velhos, representada pelos filhos advindos das núpcias, e aumentar a capacidade produtiva do núcleo familiar, pois eram as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho nas lavouras agrícolas<sup>245</sup>.

A tradição ancestral gerou a indignação de Ngunga: “Hei de lutar para acabar com a compra das mulheres. Não são bois!”<sup>246</sup>. Como resposta ouve do comandante de sua base militar, que para isso precisava estudar. Fugir apenas o prejudicaria, o casal e a família da menina que não teria como devolver o alambamento. Ngunga reconheceu a sua incapacidade de lutar contra um inimigo que tinha a seu favor o peso de práticas sociais enraizadas. Decidiu seguir o conselho de Mavinga, não sem antes indagar-se qual seria a opinião de “União”,

---

<sup>244</sup> HALL, 1992, p. 41.

<sup>245</sup> CORREIA, 2012, p. 46.

<sup>246</sup> Ibid., p. 57.

intuindo que o professor concordaria com o chefe militar, afinal as vidas civil e militar caminhavam juntas.

Em um desfecho emblemático, Ngunga despediu-se de sua amada e do menino que habitava dentro dele, renunciando ao nome pelo qual fora conhecido até aquele instante. Só Uassamba teve o privilégio de conhecer a sua nova identidade, embora não se tratasse de um enigma, Ngunga, alertou Pepetela (2002), residia em cada angolano disposto a lutar pela liberdade e a compartilhar as conquistas de forma coletiva.

O trecho do livro em que Ngunga pronunciou o seu novo nome guarda relação com a mucanda, ritual iniciático reservado aos meninos no período da puberdade, descrito por Teresa Silva Neto (2005). Na mucanda, os adolescentes ficavam isolados da comunidade, convivendo apenas com homens, os tios maternos, passando por sessões que incluíam a circuncisão, acompanhada de danças e música. É bom lembrar que Ngunga durante todo o seu processo de aprendizagem foi instruído somente por homens.

Os iniciados eram submetidos a várias privações para se tornarem fortes e incentivados a não desistir diante de qualquer adversidade ou perigo. Era na mucanda que eles recebiam os ensinamentos valiosos ligados à ancestralidade, esteio da harmonia da comunidade. Terminado o ritual, o retorno do iniciado para junto de seus familiares era sucedido de uma celebração na qual era anunciado, o nome com que fora batizado na mucanda.

A escola, na cartilha, tomou o lugar dos cultos iniciáticos, onde os jovens deveriam continuar a mostrar o seu valor, superando as suas forças, mas com vistas à derrota da ocupação colonial, orientados pelo MPLA. Lá era o lugar do futuro, capaz de fornecer os subsídios necessários para intervir nas tradições tribais num país liberto do colonialismo, onde jovens com a formação adequada poderiam contribuir para a supressão de costumes considerados atrasados.

A maior parte da trama de “As Aventuras de Ngunga” se desenvolveu fora da escola, mas a instituição foi a bússola que guiou as decisões do adolescente e o lugar para onde ele retornou após ter conseguido escapar do cárcere. Em “Dia do Pioneiro Angolano” o fim das missões determinava a reassunção das atividades escolares; uma funcionava como a extensão da outra: a escola educava para a luta e a luta educava para a escola.

O discurso embutido nesses ensinamentos serviu como aliado para fixar hierarquias nas “escolas da guerrilha” que adentraram a sociedade angolana livre, construindo uma memória sobre esses centros que quando confrontadas à realidade desvelam outros aspectos dessas instituições.

## 4 ESCOLAS DA GUERRILHA

[...] há pelo menos duas histórias [...] a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado.

*Jacques Le Goff*<sup>247</sup>

### 4.1 “Memória Enquadrada”

A memória coletiva possui um papel relevante na formação e sedimentação de identidades. O seu controle, portanto, é parte da estratégia de grupos que buscam ou detém o poder. Para entender esse processo na história da educação em Angola será necessário partir de algumas referências historiográficas.

A primeira delas remete a Maurice Halbwachs, em uma obra inaugural no sentido de romper com a dicotomia entre a memória individual e a memória coletiva, visto que “o indivíduo participaria de duas espécies de memória”<sup>248</sup>, envolvendo lembranças pessoais e impessoais. No registro de Halbwachs, “essas duas memórias se penetram frequentemente”<sup>249</sup>, pois as lacunas da memória individual podem ser preenchidas pela memória coletiva. O livro pioneiro de uma sociologia da memória serviu de inspiração para Pierre Nora, em sua iniciativa de conduzir a memória à condição de objeto a ser desbravado pelos historiadores. Sem perder de vista e até mesmo enfatizando as oposições entre memória e história, Nora entende a primeira como sendo “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações”<sup>250</sup>. No prefácio da obra coletiva de 1984, “Les Lieux de Mémoire”, ele expôs o projeto de se fazer a história da memória, proposta que se dá em meio a constatação de que estaria ocorrendo uma aceleração do tempo e, conseqüentemente, um sentimento de perda do passado. Sem opô-las ou confundi-las, Nora pretendeu se posicionar entre as duas, servindo-se da história e da memória para construir o seu argumento.

Mas é outro ator relevante no campo das relações entre memória e história, Michael Pollack (1989), que traz as contribuições mais relevantes a esta tese. Ele mostra que a

<sup>247</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

<sup>248</sup> HALBWACHS, 2004, p. 55.

<sup>249</sup> HALBWACHS, 2004, p. 55.

<sup>250</sup> NORA, 1993, p. 9.

memória coletiva é resultado de um trabalho de enquadramento da memória, no qual o Estado e determinados grupos sociais selecionam o que seria merecedor da lembrança. Esse recorte meticuloso dos acontecimentos passados define fronteiras sociais, legitima ações e orienta a coesão interna do grupo, que se encarrega de preservá-lo nutrindo-se da história para fixar a sua narrativa.

A memória sobre as “escolas da guerrilha” pode ser vista da perspectiva de uma memória enquadrada. Ele se mescla às memórias das zonas libertadas, consideradas espaços modeladores de novas relações sociais, guiadas pela democracia e participação popular. A construção desta narrativa pode ser discutida com base na análise do discurso oficial, enunciado nos Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Ensino na República Popular de Angola, datados de 1978, e na tese de Manuel Brito Neto, intitulada “História e educação em Angola: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)”, defendida em 2005, no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.

A tese de Brito Neto demonstra a perenidade da narrativa mítica em torno das “escolas da guerrilha”, que ganha espaço com a reestruturação do sistema de ensino de 1978. O intercurso temporal e a diferente natureza desses textos permitem identificar a perenidade da memória mítica construída em torno do CIR e, como derivativo, sobre os territórios onde essas escolas foram constituídas.

O programa do CIR, detalhado por Brito Neto (2005), combinava formação acadêmica, política, treinamento militar, trabalho coletivo voltado para a produção agrícola e artesanal, a fim de prover o sustento da escola, e mesmo, a construção ou idealização, de novos espaços escolares. A legislação de 1978 assim descreveu as atividades do CIR:

[...] Por isso se diz que a escola estava ligada à luta pela sobrevivência do povo: no combate político-militar, dos alunos, na defesa e produção da própria escola como célula duma sociedade em guerra e vivendo da autossustentação [...] O princípio da ligação dialética com a prática, do ensino com a produção, do trabalho intelectual e do manual, estava presente nessas escolas [...] estava completado o mais alto grau pela participação da escola na transformação revolucionária da sociedade<sup>251</sup>.

Percebe-se no trecho acima, a retomada da epistemologia do conhecimento desenvolvida em Argel, fundamentada na dimensão transformadora do trabalho, que, segundo os textos do MED, posteriormente retomados por Brito Neto, teria se materializado em razão do CIR:

---

<sup>251</sup> Princípios de base para a reformulação do sistema de ensino na República Popular de Angola, 1978, p. 15.

A disciplina de atividades produtivas tinha também por objetivo desencorajar o elitismo de uma “minoría” esclarecida de estudantes. [...] O conhecimento objetivo da realidade social e o critério de avaliação do próprio engajamento do indivíduo na revolução constituíam-se pela mediação do trabalho. O trabalho dava conteúdo à práxis revolucionária, tornava possível o conhecimento do próprio homem, ligando o homem à natureza e aos outros homens. Em suma, ia-se formando a consciência de que o trabalho dá conhecimento ao homem e dimensão de historicidade à ação humana<sup>252</sup>.

O MED entendia que o papel social da educação estava em quebrar a histórica divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Para tanto, apostava-se na horizontalização das relações docentes, retirando de cena a supremacia dos professores quanto à administração escolar. Essa mudança era encarada como um ensaio de uma Angola livre: “o aluno participava na escola como um cidadão participa num Estado verdadeiramente democrático”<sup>253</sup>. Avaliação idêntica das “escolas da guerrilha” está presente na tese de Brito Neto:

Dessa forma, organizando-se e funcionando de acordo com esses princípios básicos, a escola era projetada para ser “a base para o povo tomar o poder”, o que incentivava a transformar a escola em centro de exercício da democracia e nela se procurava aprender a dispor a ciência em serviço da libertação da terra e dos homens<sup>254</sup>.

As afinidades que Manuel Brito Neto mantém com o texto do MED devem ser analisadas sob o ponto de vista da trajetória política e pessoal do autor. Filho de Brito Adão Neto, morto durante a guerra pela independência, a quem chamou de “herói anônimo” em sua tese, em várias passagens do seu trabalho o autor aproxima-se do exercício de um memorialista. Sua argumentação é sustentada pela consulta a documentos do MPLA, esvaziados de crítica, fazendo com que o seu envolvimento exacerbado com o objeto de pesquisa contamine a sua narrativa: “O primeiro Centro [de Instrução Revolucionária] criou-se em 1964, na 2ª Região e nele podemos ver, desde logo, a preocupação da nossa Direção em orientar-se pela doutrina marxista-leninista na formação dos nossos Quadros”<sup>255</sup>.

A reforma do ensino em Angola ocorreu um ano após o Congresso, realizado em 1977, que definiu o MPLA como “um partido de trabalhadores, guiado pelo marxismo-leninismo”<sup>256</sup>, passando a ser designado MPLA-PT (Partido dos Trabalhadores). A elaboração de uma memória sobre o projeto de ensino constituído durante a luta anticolonial, sobretudo à prática da ideologia marxista-leninista, servia ao caminho trilhado pelo Partido naquele momento:

<sup>252</sup> NETO, 2005, p. 88.

<sup>253</sup> MED, 1978, p. 15.

<sup>254</sup> NETO, 2005, p. 88.

<sup>255</sup> NETO, 2005, p. 108.

<sup>256</sup> SANTOS, 1997, p. 214.

[...] Toda organização política, por exemplo – sindicato, partido, etc. –, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo. Temos exemplos disso por ocasião de congressos de partidos em que ocorrem reorientações que produzem rachas, mas também por ocasião de uma volta reflexiva sobre o passado nacional [...] <sup>257</sup>.

A escrita sobre o passado, em 1978, refletiu naquele momento o presente vivido pelo Partido: “Se, durante a luta de libertação, o MPLA conseguiu fazer um correto trabalho de educação e ensino, foi porque aplicou as condições concretas do nosso País em guerra, os princípios da educação socialista” <sup>258</sup>.

Quando Brito Neto escreveu a sua tese, o MPLA já tinha abandonado as bandeiras socialistas, mas como fiel guardião da memória de seu Partido, cujas lembranças cruzam-se com a sua própria trajetória pessoal, cuidou de manter o passado irretocável emprestando-lhe ares de novidade e divulgando-o alhures:

[...] Ela [a memória coletiva] apresenta ao grupo um quadro de si mesmo, que sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa a sua atenção sobre o grupo, o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros. Uma vez que o grupo é sempre o mesmo, é preciso que as mudanças sejam aparentes: as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter como papel desenvolver sob diversos aspectos um conteúdo idêntico, quer dizer os diversos traços fundamentais do próprio grupo <sup>259</sup>.

Ademais, a mudança formal de orientação econômica não implicou em uma autocrítica do Partido que ocupa o poder em Angola desde 1975, na verdade o MPLA constantemente recorre ao passado como símbolo eternamente congelado de sua vitória contra o colonialismo português, como diz a letra do hino angolano, que bem poderia ser do MPLA <sup>260</sup>: “Honramos o passado e a nossa História/Construindo no trabalho um homem novo/Honramos o passado e a nossa História” <sup>261</sup>.

<sup>257</sup> POLLAK, 1989, p. 10.

<sup>258</sup> MED, 1978, p. 15.

<sup>259</sup> HALLBWACHS, 2004, p. 93.

<sup>260</sup> O hino nacional de Angola foi composto por Manuel Rui Alves Monteiro, a convite de Agostinho Neto. Embora formado em direito pela Universidade de Coimbra, onde militou junto à CEI, Manuel Rui ganhou destaque no universo literário, sendo autor de vários poemas e livros. Em 1974, durante o governo de transição do MPLA, ocupou o cargo de Diretor Geral da Informação e Ministro da Informação, além de dirigir instituições acadêmicas após a independência. Ao se referir à letra do hino nacional, afirmou ter buscado uma composição que expressasse a identidade angolana. Disponível em:

<[http://m.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/mobile/noticias/lazer-e-cultura/2015/6/27/Hi-no-nacional-escrito-musicado-dois-dias-sob-muita-pressao-escriitor-Manuel-Rui,50e6831a-e912-4082-83c8-395e98b2a6be.html?version=mobile](http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/lazer-e-cultura/2015/6/27/Hi-no-nacional-escrito-musicado-dois-dias-sob-muita-pressao-escriitor-Manuel-Rui,50e6831a-e912-4082-83c8-395e98b2a6be.html?version=mobile)>. Acesso em: 20 jan. 2017. Disponível em:



## 4.2 Memórias escondidas

Os “Princípios de Base para Reformulação do Sistema de Ensino”, no item “Herança Colonial”, esclareceram que nas zonas rurais o ensino era prestado por missões católicas e protestantes, cujo único objetivo era criar “uma classe de pequenos quadros africanos favoráveis a suas ideologias e que colaborassem na propagação do obscurantismo religioso”<sup>262</sup>. E, se referindo exclusivamente ao ensino praticado pelo governo luso: “A escola tudo fazia para destruir a personalidade do colonizado, a sua tradição cultural, a sua identidade cultural a fazê-lo desprezar o seu próprio passado como Povo e a sua organização social [...]”<sup>263</sup>.

A legislação educacional de 1978 ao tratar de forma homogênea o ensino colonial criou uma oposição binária, sem dar conta de outras intercessões. Excluiu a capacidade dos sujeitos em formular estratégias desafiadoras da ordem que se lhes impunha, apesar da estreiteza da pedagogia praticada. Facilmente verificável nas contestações articuladas no coração do império luso por estudantes de colônias portuguesas na África, ligados à CEI e ao Centro de Estudos Africanos. A escolarização era a única forma de escapar da violência imposta pelo Estatuto do Indigenato, apenas abolido em 1961.

Como advertiu Conceição Neto (1997), falar de colonização portuguesa em África requer especificar as regiões e o período em que se deu a ação colonial. Neto foi incisiva ao defender uma análise capaz de distinguir a ideologia colonial, pautada na subjugação dos colonizados e na superioridade dos colonizadores; a doutrina colonial, configurada nas “opções administrativas métodos e estratégias” adotados para a colônia; e a política colonial decorrente dos conceitos anteriores, responsável pela formulação e aplicação de leis e medidas político-administrativas.

As intercessões mencionadas dizem respeito às escolas administradas por missões protestantes, estabelecidas em Angola por força do acordo firmado pela Conferência de Berlim (1884-1885), do qual Portugal foi signatário. Os países que asseguraram a manutenção de suas porções territoriais no continente tiveram que admitir a liberdade de culto em África, a despeito de sua origem ou confissão religiosa. A doutrina colonial, por força das decisões tomadas na Alemanha, obrigou o catolicismo luso a ceder espaço para a entrada de batistas,

---

<<http://www.ueangola.com/index.php/bio-quem/item/822-manuel-rui-alves-monteiro.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

<sup>261</sup> Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/simbolos.aspx>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

<sup>262</sup> MED, 1978, p. 11.

<sup>263</sup> Ibid., p. 12.

instalados entre os bakongos; metodistas, assentados na região situada entre Luanda e Malanje, de língua kimbundu e diversas igrejas congregacionais dos Estados Unidos da América e do Canadá implantadas no planalto central, entre os falantes de umbundu, região que recebeu também Adventistas do Sétimo Dia<sup>264</sup>.

As missões protestantes ofereciam serviços de assistência escolar e médica superiores aos prestados pelo governo colonial. O respeito às divisões étnicas, o uso das línguas locais e a adoção das estruturas tradicionais foram apontados pela historiografia como elementos que tornaram os centros escolares protestantes mais atrativos para as populações do interior de Angola, por isso mais procurados<sup>265</sup>.

Sem ignorar o objetivo maior de conversão religiosa, implícito na organização missionária, fossem elas de orientação católica ou protestante, é interessante reportar o caso de Pastor metodista Guilherme Pereira Inglês<sup>266</sup>.

Patricio Batsíkama (2016) relatou que o ministério do Reverendo Guilherme Inglês ficou conhecido pela promoção do bem-estar entre a comunidade da Igreja Metodista da região centro ocidental de Angola, investindo em sua formação. Para além da ação pastoral, Pereira Inglês deu suporte às lutas clandestinas (fornecendo alimentos, abrigo e auxílio no deslocamento de outros militantes), acolheu nacionalistas sob proteção eclesiástica, entre eles Agostinho Neto, e interveio no campo diplomático, denunciando junto à ONU a situação de Angola. A sua atuação na luta anticolonial custou-lhe a vida, acusado de mobilizar pastores e demais membros de sua congregação nos levantes de março de 1961, foi preso, torturado e morto pela PIDE.

Agostinho Neto e sua prima Deolinda Rodrigues, chefe dos serviços sociais da Organização, idealizadora da OMA, também eram ligados à Igreja Metodista, da mesma forma que outros dirigentes do MPLA. Margarida Paredes (2010) argumentou que a vinculação religiosa representou uma importante base de sustentação para a resistência negra em Angola, criando espaços de sociabilidade que viabilizaram a construção de identidades individuais e coletivas.

A organização nacionalista promoveu novas filiações identitárias, destituída de sentido religioso, mas impregnada de normas moralistas e disciplinares importadas da leitura ortodoxa do marxismo-leninismo. Regras que aparentam fazer todo sentido quando

---

<sup>264</sup> NETO, 1997, p. 336.

<sup>265</sup> NASCIMENTO, 2014, p. 233; AGOSTINHO, 2015, p. 357.

<sup>266</sup> A origem de seu sobrenome remonta ao final do século XIX quando o seu pai, Mateus Inglês, uma autoridade respeitada na região dos Dembos, admitiu a instalação de um posto de evangelização num vasto território, que atualmente corresponde a uma pequena porção da província do Kwanza Norte, denominada Quinguelegi, que significa “terra de (Mateus) inglês” (BATSÍKAMA, 2016, p. 76).

confrontadas à rígida estrutura hierárquica da Igreja Metodista e os preceitos morais dispostos no Livro da Disciplina usado pelos adeptos do credo<sup>267</sup>. A transposição da “Família Metodista” para a “Família MPLA” deve ser percebida nesse entrecruzamento de culturas políticas que:

[...] No caso das sociedades africanas, particularmente, tratava-se de rediscutir o papel do Estado colonial e as repercussões desse modo de dominação na cultura e na organização social dos grupos locais. As relações de parentesco, étnicas e religiosas são repensadas, revelando-se que estas constituem-se dimensões fundamentais – por vezes exclusivas – de atualização da vida política<sup>268</sup>.

As fontes constitutivas das culturas políticas africanas remontam ao passado, seja colonial ou pré-colonial, formando um mosaico com as ideologias progressistas e reacionárias, socialistas e liberais, que demarcam o período mais recente de sua história. Não se pode dispensar, portanto, no entendimento dessa dinâmica, o entrelaçamento das grandes famílias ideológicas do mundo secular-contemporâneo, “portadoras de normas e valores” constitutivos de novas identidades singulares e plurais (BERNSTEIN, 1998), com a visão de mundo decorrente das relações de parentesco, étnicas e religiosas existentes.

Com relação ao caráter obscurantista do ensino religioso, citado pela legislação de reforma do ensino angolano, deve-se lembrar que Agostinho Neto, quando estava matriculado na 4ª classe do ensino secundário, foi secretário do Bispo Ralph Dodge, declarado *persona non grata* pelas autoridades coloniais. Dodge, considerado “revolucionário” pelo governo luso, foi autor de um livro que continha críticas aos abusos cometidos pela colonização portuguesa em África. Pesava, ainda, contra os protestantes o uso dos textos bíblicos como forma de contestação à situação colonial<sup>269</sup>.

Não se deseja incorrer no equívoco de imputar aos pastores protestantes o despertar do nacionalismo em agentes passivos<sup>270</sup>, apenas mostrar a existência em Angola de outros processos de ensino de caráter mais progressista do que aqueles descritos na legislação educacional de 1978. Mesmo alguns colégios católicos — bastiões da ideologia colonial —

<sup>267</sup> PAREDES, 2010, p. 19.

<sup>268</sup> KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p. 238-239.

<sup>269</sup> OLIVEIRA JR., 2017, p. 27; PAREDES, 2010, p. 18.

<sup>270</sup> Deolinda Rodrigues no decorrer do seu exílio nos Estados Unidos da América questionou em correspondências trocadas com amigos e no seu diário pessoal, a subalternização das sociedades africanas e do negro por parte das missões protestantes, a aculturação imposta pela evangelização e o racismo presente na pequena cidade de Bloomington, onde vivia. Aos poucos sua inserção política e questionamentos se impuseram sobre a religião, não sem deixar, contudo, de se auto inquirir sobre o machismo presente no MPLA, ao mesmo tempo em que desafiava as hierarquias de gênero dentro da Organização e abria mais espaço para as mulheres dentro do Movimento. PAREDES, Margarida. *Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o papel da cultura na política*, 2010.

foram apropriados por futuros militantes nacionalistas, oportunizando encontros e trocas essenciais para a compreensão do mundo colonial<sup>271</sup>.

A formação religiosa não se coaduna com o laicismo marxista-leninista, sendo retirado da memória oficial do MPLA, que empunhava a bandeira do novo, de um Estado construído na ebulição da guerra, pela “vanguarda revolucionária”. Revisitar as origens metodistas significava desconstruir a tradição historiográfica na qual se inscreveu a história do próprio MPLA e de Angola.

Derrubadas as tradições religiosas, o aparato simbólico precisava ser novamente mobilizado. Depois dos heróis e do calendário cívico, é hora de conhecer as fronteiras que demarcavam as diferenças entre o “nós” e os “outros”. Não se tratava mais dos inimigos, já devidamente rotulados, mas daqueles autorizados a comungar junto à “Família MPLA”.

### 4.3 Afinidades

[...] O professor devia criar nos estudantes um espírito de integração na ação armada; o estudante devia ver no guerrilheiro um irmão mais velho, devendo existir laços estreitos entre estudantes e guerrilheiros. O aluno devia desenvolver um espírito guerrilheiro, participando em várias tarefas ao lado do guerrilheiro<sup>272</sup>.

A organização do CIR deve ser pensada, como foi dito no primeiro capítulo, no âmbito das discussões que movimentaram a Conferência Nacional de 1962, considerada a ponta de lança para a concepção de órgãos embrionários que servissem a um futuro Estado angolano. Junto com a preocupação em construir uma “unidade nacional” e desenvolver uma “consciência nacional”, o MPLA almejava a formação de um corpo qualificado para atender as necessidades da Organização durante e após a guerra de libertação. O alvo dessas primeiras ações eram os quadros militares e os angolanos refugiados nos Congos, onde o MPLA tivera em Kinshasa, as suas primeiras experiências na área da educação. Iniciativa avaliada pelo Movimento como insuficiente devido ao número de alunos atendidos ser muito inferior ao

---

<sup>271</sup> NASCIMENTO, 2014, p. 242.

<sup>272</sup> História e Educação em Angola: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (NETO, 2005).

contingente de pessoas que precisavam do serviço. Deficiência atribuída pelo MPLA à falta de professores e de espaços adequados para que fossem ministradas as aulas<sup>273</sup>.

As restrições assinaladas acompanharam a trajetória das “escolas da guerrilha” que sobreviveram premidas entre a escassez de recursos materiais e humanos e as dificuldades peculiares a uma guerra. Os espaços escolares, segundo Brito Neto (2005), eram cabanas, barracas ou mesmo a copa das árvores, cenário que impressionou Ngunga, o personagem criado por Pepetela: “A escola era só uma cubata [cabana] de capim para o professor e, numa sombra, alguns bancos de pau e uma mesa”<sup>274</sup>.

Dinis Kebanguilako (2016) e Brito Neto (2005) situaram a criação do primeiro CIR, em Cabinda, no ano de 1964, mas, segundo ele, por razões de segurança a escola foi instalada no Congo-Brazavile, a mesma região em que Lúcio Lara (2011) afirmou ter sido o início dos Centros de Instrução Revolucionária.

Ao término da formação escolar que correspondia aos quatro anos do ensino primário, os estudantes, segundo Manuel Brito Neto (2005), deviam atuar como professores, assim como lutar nas linhas de combate. Neto afirmou que a preparação militar era destinada aos “estudantes crescidos”, adaptada à idade de cada um, porém o texto didático elaborado pelo DIP, apresentado no capítulo anterior, mostrou que o MPLA aceitaria de bom grado em suas fileiras, crianças ainda muito novas não se furtando em delegar-lhes missões: “[...] Surpreendidos pelas forças inimigas, uma troca de tiros então se estabelece [...] e a Pioneira Batalha atingida mortalmente por 3 balas. Ela tinha apenas 8 anos de idade [...]”<sup>275</sup>.

Lúcio Lara afirmou estarem os alunos cientes do seu compromisso moral por conta de sua vinculação ao CIR, de levarem munições, armamentos e provisões para os guerrilheiros, salientando que muitos estudantes optaram por permanecer nos locais onde as tropas estavam baseadas, a fim de lhes prestarem auxílio<sup>276</sup>. O ex-dirigente do MPLA asseverou que o futuro de todos os estudantes, entretanto, não era a sala de aula ou os campos de batalha, ao menos não de imediato, aqueles que se destacavam ganhavam bolsa para estudar no exterior:

[...] centenas de estudantes, que saíram desses Centros de Instrução Revolucionária [...] saíram para todos os países que nos davam apoio na altura, para a União Soviética, a Alemanha, a Checoslováquia, a Iugoslávia. E foram fazer os cursos médios ou cursos superiores. Até médicos, fizemos médicos e tudo!<sup>277</sup>.

<sup>273</sup> PROGRAMA DE AÇÃO IMEDIATA, 1962, p. 3.

<sup>274</sup> PEPETELA, 2002, p. 26.

<sup>275</sup> DIP, 1971, p. 6.

<sup>276</sup> FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 131.

<sup>277</sup> LARA apud FREIRE; GUIMARÃES, 2011, p. 132.

Não se obteve registros de quantos estudantes egressos do CIR tiveram formação no exterior, mas destaca-se no depoimento de Lara a relação estabelecida por ele com alguns alunos dessas escolas:

[...] Ainda hoje tenho filhos desses centros. Vivem comigo. Jovens que viveram comigo nesses Centros e são meus filhos. [...] Por exemplo, esse meu filho que falei esteve na Iugoslávia, uma moça teve que ir à Alemanha; outra esteve e casou na Guiné Bissau<sup>278</sup>.

A vida acadêmica decursiva da formação política se entrelaçou no relato de Lara a referências pessoais, sinalizando a construção de elos familiares firmados pelo MPLA. Fábio Figueiredo (2012) também identificou a emergência de uma “família MPLA” nas relações estabelecidas no Congo-Brazavile entre o grupo do CEA e os responsáveis pela Organização. O contato cotidiano, as visitas à casa de Lara, a amizade criada entre os filhos de Adolfo Maria e do dirigente, fizeram desse convívio familiar uma extensão do próprio MPLA, segundo esse historiador.

As recordações de Lara remetem a um contato muito próximo com os seus alunos, da mesma forma que Brito Neto concebeu laços fraternais nas relações entre estudantes e guerrilheiros, num espírito que se choca com a rigidez peculiar à hierarquia militar e, acima de tudo, do MPLA. Portanto, nesse tópico será mostrado que esses laços estiveram circunscritos a um grupo seletivo, e a permanência dessas vinculações dependia da obediência rigorosa a um conjunto de regras.

O CIR de Cabinda/Congo-Brazavile teve curta duração, em 1969, quando Pepetela (2011) foi deslocado de Argel para a 2ª RPM já o encontrara fechado, devido à transferência de pessoal para a Frente Leste, só reabrindo mais tarde, em 1972, conforme declarou o escritor. Nesse intercuro, o “Internato 4 de Fevereiro” atendia aos pioneiros e oferecia cursos de formação política para guerrilheiros. Dentro das relações de afinidade que ligaram alguns dirigentes, militantes e estudantes, o “4 de Fevereiro” oferece outro prisma para o exame das relações estabelecidas nas “escolas da guerrilha”.

No período de 22 a 26 de fevereiro foi realizado, em Dolisie, a “Primeira Assembleia Regional da Primeira e Segunda Regiões” com o objetivo de discutir os problemas enfrentados pela Frente Norte e a transferência de serviços sociais para o interior (Angola) em consequência do avanço da luta armada no leste, vista como um prenúncio da vitória sobre as forças colonialistas.

---

<sup>278</sup> FREIRE; GUIMARÃES, p. 124-130.

Em meio aos debates, surgiram uma série de conflitos e denúncias de regalias e sabotagens por parte de membros da Comissão Diretora e de chefes militares, um (a) participante de nome Contreras<sup>279</sup> arguiu os demais participantes do Encontro sobre os critérios para o ingresso no “Internato 4 de Fevereiro”:

O que é preciso para ser membro da organização? Ser membro é o mesmo que militante? O que é preciso para se integrar ao Movimento? A lista dos alunos de Kinshasa foi recusada pela Direção tendo sido chamados só alguns. Nessa lista estavam nomes de alunos vindos do interior, órfãos sem qualquer pessoa da família e foram recusados. As suas famílias perderam-se na Revolução. Pergunto se as crianças órfãs não podem entrar no “4 de Fevereiro” e por quê?<sup>280</sup>

A indagação de Contreras foi respondida por Marcelino [Miranda]<sup>281</sup>, da seguinte forma: “Quanto à lista dos alunos, eu devo dizer que nós só devemos receber os filhos de pais que lutem pelo Movimento. Nessas listas, as crianças eram filhas de pais que no interior não participam da luta armada”<sup>282</sup>. A posição dele foi acatada pela maioria, e nas deliberações finais do fórum ficou decidido que o “4 de Fevereiro” albergaria apenas os filhos dos militantes, num total de cinquenta, demonstrando o caráter eletivo do acolhimento de crianças nessa escola. A trajetória de Luzia Inglês Van-Dúnem, atualmente Secretária-Geral da OMA<sup>283</sup>, ilustra com clareza a argumentação aqui desenvolvida.

O Reverendo Guilherme Pereira Inglês – cuja ligação com Agostinho Neto já foi demonstrada – tinha relações de compadrio com Sousa Paim, de quem batizara o filho mais velho. Sousa era pai de Lucrecia Paim, guerrilheira do MPLA, cuja história oficial relata que ela junto com suas companheiras, Deolinda Rodrigues, Teresa Afonso, Engrácia dos Santos e Irene Cohen, foram sequestradas e mortas pela UPA/FNLA.

As informações acima foram prestadas pela filha de Guilherme Pereira, Luzia Inglês, ao órgão de imprensa oficial do governo angolano, Agência Angola Press (ANGOP), em

<sup>279</sup> Foram apenas localizadas informações sobre um militante chamado Contreiras da Costa que atuou no PCA ao qual Adolfo Maria esteve ligado em fins dos anos 1950. Porém, como uma das características desse Partido era ser formado por pessoas de tez mais clara e se desconhece a cor de Contreiras não se pode asseverar tratarem-se da mesma pessoa.

<sup>280</sup> MPLA, 1968, p. 43.

<sup>281</sup> Membro da Comissão Diretora da 2ª RPM (FIGUEIREDO, 2012, p. 332).

<sup>282</sup> MPLA, 1968, p. 47.

<sup>283</sup> O cargo equivale à direção-geral da Organização que possui núcleos em todo território nacional. Luzia Inglês integra, ainda, o *Bureau* político do Comitê Central do MPLA, é deputada na Assembleia Nacional, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação dos Antigos Combatentes, vice-presidente da Federação Democrática Internacional da Mulher para a África e vice-presidente da Internacional Socialista de Mulheres para a África Meridional. Disponível em: <<http://www.mpla.ao/oma.25.html>>; Acesso em: 26 jan. 2018. Disponível em: <[http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/sociedade/2016/2/9/Angola-Luzia-Ingles-Van-Dunem-reeleita-secretaria-geral-OMA,83f9d754-fc93-49bf-87cf-0e1e9299d3fd.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2016/2/9/Angola-Luzia-Ingles-Van-Dunem-reeleita-secretaria-geral-OMA,83f9d754-fc93-49bf-87cf-0e1e9299d3fd.html)>. Acesso em: 26 jan. 2018.

2011 por ocasião do “Dia da Mulher Angolana”, celebrado a 2 de março, data em que teria ocorrido as mortes das cinco mulheres, entronizadas como heroínas nacionais<sup>284</sup>.

Luzia declarou à ANGOP que o afilhado de seu pai, ela e Lucrecia eram “irmãos espirituais”. Com Teresa Afonso, ela afirmou ter laços familiares originários da convivência em Nambuangongo e Dembos. Na fuga para escapar das retaliações do governo colonial aos ataques perpetrados pela UPA/FNLA em março de 1961, teve em Teresa Afonso uma de suas companheiras.

Órfã aos 13 anos de idade, após o assassinato de seu pai pela PIDE, Inga, codinome que Luzia adotou quando ingressou na guerrilha, buscou refúgio no Congo-Kinshasa, onde chegou em 1964; de lá rumou para Brazavile, sendo admitida como “pioneira-guerreira”<sup>285</sup> no “Internato 4 de Fevereiro”. A inteligência aguçada da moça e a rapidez com que assimilava as lições teriam se destacado em meio a uma classe de vinte e um adolescentes. Levada à uma base militar em Cabinda, Luzia foi avaliada por instrutores militares que atestaram as suas habilidades, o que lhe garantiu uma bolsa de estudos para estudar rádio e telecomunicações militares na Rússia, partindo em 1969<sup>286</sup>.

O nome de Inga provavelmente constava das listas citadas por Contreiras e Marcelino Miranda, tendo como referência a chegada da adolescente em Dolisie entre 1964 e 1965, período no qual o “Internato 4 de Fevereiro” estava em vias de ser inaugurado ou já o fora. Sua passagem pela instituição cobre os quatro anos de formação primária, pois partiu com destino ao leste europeu em 1969, segundo informações de Batsíkama (2016) e da própria Luzia<sup>287</sup>.

As alegações para a concessão da bolsa de estudos auferida por Luzia, segundo Batsíkama (2016), consideraram a sua humildade, serenidade, determinação e espírito de sacrifício pela causa coletiva. A bolsa também ajudaria Inga a cuidar dos problemas de saúde – adquiridos no longo percurso dos Dembos até Kinshasa feito por ocasião de sua fuga –, como justificou o historiador angolano numa simpatia indisfarçável à decisão do MPLA:

O objetivo de lhe outorgar essa bolsa era, além da beneficiária ser merecedora desta oportunidade, que poderia aproveitar-se de tratar da sua saúde. Tratava-se de uma

<sup>284</sup> Disponível em: <[http://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2011/2/9/Luzia-Ingles-lembra-com-nostalgia-espirito-destemido-das-heroínas,6fcc39c0-e141-4b59-a36d-a26fb233540f.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2011/2/9/Luzia-Ingles-lembra-com-nostalgia-espirito-destemido-das-heroínas,6fcc39c0-e141-4b59-a36d-a26fb233540f.html)>. Acesso em: 26 jan. 2018.

<sup>285</sup> Termo utilizado por Patrício Batsíkama, possivelmente uma homenagem posterior, do mesmo modo que Augusto Ngangula recebeu o título de “pioneiro heroico”.

<sup>286</sup> BATSÍKAMA, 2016, p. 79-80.

<sup>287</sup> BATSÍKAMA, 2016, p. 79-80



“camarada” com capitais culturais rentáveis para a luta de Libertação, cujas heranças sociais estavam ligadas com a mesma causa<sup>288</sup>.

De forma curiosa Patrício Batsíkama, legitimou a bolsa de estudos recebidas pela pioneira devido a uma espécie de direito natural, advindo de sua filiação paterna. Argumento semelhante foi usado pelo pesquisador ao comentar os cargos próximos à direção do MPLA<sup>289</sup>, ocupados por Luzia Inglês, encarregada inicialmente das comunicações na Frente Leste, quando de seu retorno da Rússia, em 1970:

Terá sido por causa das suas qualidades meritórias e sua destreza que Dr. Agostinho Neto “puxou-a” ao seu *entourage*. O presidente do MPLA conhecia o pai dela e a história social do “capitão” Mateus Inglês na instalação da Igreja Metodista em Angola, e isso parece-nos – na nossa humilde opinião – uma razão sensata<sup>290</sup>.

Apesar de ter ressaltado as habilidades de Inga, Batsíkama novamente pontuou as suas origens familiares, como se os predicados intelectuais e profissionais não bastassem para a sua admissão no círculo de Agostinho Neto, mesmo se tratando de trabalho.

Não se discute indubitavelmente os sofrimentos enfrentados por Luzia quando era ainda uma criança, o que se põe em debate é o modelo moral construído que alcançou a contemporaneidade, num trabalho de enquadramento dessa memória. E, para não restarem dúvidas, a história se insurge como depositária fiel das alegações do historiador angolano: “[...] Ainda assim, os fatos indicam que Luzia Inglês foi muito cedo treinada para a causa, e a sua devoção e entrega seriam duas razões históricas desta escolha para o primeiro presidente de Angola”<sup>291</sup>.

Luzia Inglês posteriormente se casou com o também militante do MPLA, Afonso Van-Dúnem, secretário particular de Agostinho Neto durante a luta anticolonial, que no pós-independência ocupou a chefia do gabinete da Presidência da República, foi comissário provincial de Luanda, ministro das relações exteriores e embaixador junto à ONU<sup>292</sup>.

Margarida Paredes (2010) sublinhou o puritanismo presente entre os metodistas, sobretudo, dirigido à vida sexual das mulheres, vista como repulsiva. A pesquisadora identificou no seio do MPLA clivagens morais semelhantes: as combatentes solteiras eram

<sup>288</sup> BATSÍKAMA, 2016, p. 80.

<sup>289</sup> Em 1970, toda a logística e controle financeiro da região leste ficaram sob os cuidados de Luzia Inglês. No período entre 1971 e 1972, ela trabalhou no serviço de inteligência fazendo a decodificação de mensagens e o envio de informações junto ao Comitê Diretor e da 2ª RPM. Posteriormente ficou encarregada da Estação de Comunicações em Kasamba, até ser promovida para coordenar todas as comunicações do MPLA no escritório do MPLA na capital de Tanzânia, Dar -Es-Salaam, em 1974 (BATSÍKAMA, 2016, p. 84).

<sup>290</sup> BATSÍKAMA, 2016, p. 82.

<sup>291</sup> BATSÍKAMA, 2016, p. 82.

<sup>292</sup> Disponível em: <<http://www.mpla.ao/imprensa.52/noticias.55/faleceu-o-camarada-afonso-van-dune-m-%25c2%2593mbinda%25c2%2594-por-doenca-.a1682.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

incentivadas a se casar, devendo o matrimônio ser previamente aprovado pela Organização. Observa-se que o protestantismo encontrou eco nos princípios comunistas, presentes nos manuais escolares, que exigiam dos seus membros retidão na vida familiar e profissional, sendo recorrente, de acordo com Dulce Pandolfi (1995), casamentos entre membros da militância.

As inserções familiares e pessoais de Inga, a escolha conjugal, somou-se a uma trajetória que refletia a conduta de uma pioneira exemplar, cujas informações descritas, segundo Patrício Batsíkama (2016), constam de registros da PIDE, os quais poderiam ter sido extraídos do manual escolar “Formação Militante” ou, o que é mais provável, das anotações feitas pelos professores e instrutores militares interceptados pela Polícia Secreta Portuguesa:

Mas, apesar de doenças que resultaram da longa marcha, ou das constantes dores de cabeças e de peito, ela não renunciou das suas convicções para a luta contra o colonialismo português. Predispunha-se, sempre que possível, a cumprir mais uma ordem do seu comandante ou dos seus camaradas necessitados<sup>293</sup>.

A fala de Batsíkama deu continuidade ao discurso elaborado no final dos anos 1960:

Da formação ideológica à formação militar, ela levou uma vida tensa: (i) individualmente: do “espírito trabalhador” como herança social, entregou a sua vida para alcançar a causa; (ii) coletivamente: do capital ideológico e militar adquirido, ela prontificava-se sempre que era necessário integrar nas frentes, nas emboscadas ou nos árduos trabalhos de voluntariado ocupados pelos “homens”<sup>294</sup>.

Luzia Inglês corporificou os ideais a serem alcançados por uma boa pioneira, não traiu as origens familiares que justificaram a sua admissão no “Internato 4 de Fevereiro”. Sua trajetória retilínea em consonância com os princípios do MPLA tornou lícita a sua inserção no círculo em que permanece até hoje.

#### 4.4 Dessemelhanças na Frente Norte

Observar a dinâmica das relações nas zonas libertadas permite dimensionar as construções criadas sobre esses espaços presentes na legislação da reforma do ensino de 1978 e na tese de Brito Neto, elas também mostram como se davam outras interações no seio do MPLA fora dos círculos restritos.

A 1ª RPM teve como característica o seu isolamento das demais áreas de guerrilha, separada geograficamente pelo Congo-Kinshasa, território inóspito para operações militares decorrente da aliança do governo congolês com a Frente liderada por Holden Roberto,

<sup>293</sup> BATSÍKAMA, 2016, p. 80.

<sup>294</sup> BATSÍKAMA, 2016, p. 80.

conforme já dito. Situada em meio ao fogo cruzado das tropas portuguesas e da FNLA, a 1ª RPM sobreviveu apartada do restante das forças militares e sem qualquer retaguarda de apoio. Adolfo Maria assim descreveu a situação da 1ª RPM no início da década de 1970:

[...] eram 200 ou 300 pessoas do povo, enquadradas por 30 ou 50 guerrilheiros sem balas que andavam sempre a fugir. Isto na Primeira Região. E nós sem possibilidade de abastecer dentro do exterior, devido ao cordão “sanitário” feito pela UPA [FNLA] e, sobretudo, pelas tropas do Mobutu [presidente do Congo-Kinshasa]<sup>295</sup>.

No final dos anos 1960, o exército colonial aumentou o cerco à região, com a colaboração estreita da PIDE, infiltrada nas fazendas de café do norte. A penúria acoitava o cotidiano dos soldados aquartelados nessa região, inflando o descontentamento entre a tropa<sup>296</sup>.

Os guerrilheiros que participaram da abertura da 2ª RPM tiveram que se deparar com a barreira geográfica representada pela Floresta de Mayombe, área subpovoada, e cujas populações, aliás como o restante de Cabinda, não se identificavam com as bandeiras do MPLA. Localizada entre os dois Congos, as populações locais mantinham relações comerciais e familiares do outro lado da fronteira, resultando em afinidades maiores com essas áreas. O afastamento com relação ao MPLA era ampliado pela presença de grupos separatistas na região<sup>297</sup> que viam na luta anticolonial uma forma de conquistar a sua autonomia do restante do território angolano, com o qual possuía ligações muito frágeis, conforme assinalado por Marques (2012).

A ocupação destituída de base popular fez de Cabinda uma escola de treino e formação para guerrilha, nas palavras de Mabeko Tali (2001a), de onde saíram os quadros para dirigir as operações na Frente Leste, aberta em 1966. Porém, o marasmo de uma guerra sem lutas teve graves consequências para o MPLA. A falta de ação desanimou as tropas: guerrilheiros debandavam para as matas ou retornavam para os seus locais de origem. Na outra ponta, os chefes militares eram acusados de desviarem dinheiro, alimentos e equipamentos destinados aos recrutas<sup>298</sup>.

Do outro lado da fronteira, no Congo-Brazavile, a 2ª RPM exibia a outra face da guerrilha expressa na organização de serviços sociais e logísticos. Em Mpila funcionava a sede principal do MPLA, localidade onde Adolfo e Maria Helena Maria passaram a dar suporte, via CEA, ao programa de rádio “Angola Combatente”. Dolisie concentrou os quadros

<sup>295</sup> MARIA, 2014. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/especiais/adolfo-maria/>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

<sup>296</sup> TALI, 2001a, p. 169-170.

<sup>297</sup> Frente de Libertação do Enclave da Cabinda (FLEC), movimento separatista que atua até os dias atuais.

<sup>298</sup> MPLA, 1968, p. 20-40.

militares e serviços pedagógicos<sup>299</sup>. Mesmo ali, a desorganização imperava e os interesses particulares prevaleceram sobre o coletivo – em oposição ao discurso elaborado pelos Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Ensino –, como lamentou Adolfo Maria quando de sua chegada a 2ª RPM, em outubro de 1969:

Eu senti uma grande desilusão quando desci da Argélia para o Congo – eu traduzia e publicava no Centro de Estudos Angolanos obras revolucionárias com exemplos de outros países, do Vietnã, da China, e vi que esses livros nem sequer eram utilizados, estavam lá num armazém. Quando começou a alfabetização fiquei espantado, como é que indivíduos que haviam saído das matas do norte de Angola em 1961 ainda continuavam analfabetos? Não fazia sentido. Além disso, a pouca ocupação, porque não havia guerra, criou uma espécie de lumpenização. As pessoas ficaram ali no exterior, começaram a ter os seus negócios, a ganhar cumplicidades, e parte do nosso abastecimento era desviado para os mercados congolezes por alguns dirigentes<sup>300</sup>.

As duas realidades quando confrontadas resultaram em choque e num crescente antagonismo envolvendo os autointitulados “filhos puros de Angola”, os militantes negros, e os mestiços. Embora, o Congo-Brazavile registrasse a presença de militantes negros, Mabeko Tali (2001a) sublinhou que a sua inserção social era diferenciada, os altos escalões da elite congoleza eram frequentados em sua maioria por brancos e mestiços e por alguns poucos dirigentes negros do MPLA. As vantagens na concessão de passaportes de serviço ou diplomáticos, que incluíam benefícios oferecidos pelos países anfitriões, prosseguiu o historiador, ficavam restritas aos membros da direção da Organização, a despeito da cor de sua pele.

O componente racial era um dos elementos indicativos da desigualdade social para os guerrilheiros e militantes da base do MPLA, porém as questões eram muito mais amplas, envolvendo a estrutura da própria Organização e a centralização de poderes exercida por Agostinho Neto. Não se elimina a associação feita entre colonização e raça<sup>301</sup>, sendo natural que num momento de crise aumentasse o ressentimento das bases negras contra os grupos que remetiam à opressão histórica imposta a eles e que sequer reconheciam como angolanos, sentimento sinalizado por Mabeko Tali (2001a). Não se pode desmerecer, todavia, a ambiguidade de Agostinho Neto sobre a questão racial, manifesta no discurso proferido durante a “Primeira Assembleia Regional da I e II Regiões”, em 1968:

Camaradas quando ouvirem alguém dizer que os analfabetos não podem governar a nossa terra, quando ouvirem dizer que só os filhos das boas famílias podem governar essa terra, aqueles que não tiveram a oportunidade de ir à escola e cujas famílias não

<sup>299</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 317-318.

<sup>300</sup> MARIA, 2014. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/especiais/adolfo-maria/>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

<sup>301</sup> Usada como categoria de diferenciação entre brancos, negros e mestiços.

eram conhecidas em parte nenhuma de Angola terão de compreender que esses elementos apenas pensam nos seus lugares de chefe em detrimento do povo [...]”<sup>302</sup>.

O recado de Neto era dirigido, segundo Tali (2001a), a dirigentes mestiços com os quais tivera desavenças, mas a leitura popular, assinalada pelo próprio historiador, traduzia que os brancos “filhos das boas famílias” se opunham aos negros, “analfabetos”. Recado dado, Neto retomou o combate ao tribalismo e à discriminação racial no encerramento do seu discurso: “Não afastemos os indivíduos brancos que possam ajudar-nos unicamente porque são brancos. O que importa é que sejam progressistas e honestos”<sup>303</sup>.

Agostinho Neto semeou a desconfiança com relação aos elementos brancos, ratificando a importância da sua chancela nesse assunto. Nesta mesma Assembleia foram discutidas a incorporação de brancos ao Movimento como “simpatizantes” desde que nascidos ou residentes em Angola, mencionado o trabalho desenvolvido pela equipe do CEA em Argel e aprovada a criação de um departamento que gerisse a educação em âmbito nacional. Acredita-se datar desse período, a criação do DEC setor que contou com a direção e colaboração intensa do grupo egresso da FUA.

Os militantes reunidos em Dolisie identificaram na formação escolar um meio de resolver a deficiência na formação político-ideológica e a insistência de manifestações “tribalistas” verificada nas frentes de combate da 2ª RPM. Foram aprovadas a criação de escolas primárias para intensificar a alfabetização das populações angolanas, a estruturação de novos Centros de Instrução Revolucionária e o aperfeiçoamento dos já existentes:

Considerando que a nova política de educação deve visar fundamentalmente suprir as necessidades da guerra de libertação, investindo a totalidade dos esforços no interior do país, onde as condições de guerra permitem a formação duma consciência verdadeiramente revolucionária<sup>304</sup>.

Novamente a guerra aparece como mecanismo propulsor da pedagogia da guerrilha, e a escola como mecanismo disciplinador dos espíritos, apaziguador das diferenças. Neste sentido, vale a pena rever um dos diálogos de “Formação Militante”: “[...] O camarada vê os erros, mas não tem coragem de falar numa reunião sobre eles. Ainda por cima fala sem previsão. Isso está errado”<sup>305</sup>. A resposta do pioneiro a um militante que criticava a Direção do Movimento se assemelha a argumentação de um dirigente da 2ª RPM ao rebater as acusações contra a sua gestão durante Assembleia de Dolisie: “Não há nenhum problema que eu não explique na reunião de militantes [...] Se os camaradas daqui pedissem uma reunião

<sup>302</sup> NETO, 1968 apud TALI, 2001a, p. 113.

<sup>303</sup> NETO, 1968 apud TALI, 2001a, p. 114.

<sup>304</sup> MPLA, 1968, p. 55-56.

<sup>305</sup> DEC, 1970, p. 38.

porque se encerrou a zona B eu explicava”<sup>306</sup>. A explicação dada pelo dirigente da 2ª região, se tornou lição a ser aprendida pelos pioneiros, sem detalhar, é claro, a rígida hierarquia e a violência que muitas vezes pautava a relação entre comandantes e comandados.

A reunião em Dolisie conclamou o reforço da disciplina interna, defendendo uma “moral sã” e o combate rigoroso aos infratores; ações não efetivadas na prática, conforme demonstrado pelo relato de Adolfo Maria que chegou à Frente Norte passado mais de um ano da “Assembleia de Militantes da I e II RPM’s”.

#### 4.5 Dessemelhanças na Frente Leste

A independência da Tanzânia, em 1964, viabilizou a abertura de um escritório do MPLA na cidade de Dar-Es-Salaam, capital do país até o ano de 1973. Isso significou no xadrez geopolítico da região uma aproximação com a Zâmbia que sem saída para o mar, dependia do país vizinho. Por isso, o gabinete do presidente Kenneth Kaunda (1964-1991) tratou de prestigiar o MPLA garantindo-lhe um *bureau* em sua capital, Lusaka, num sinal de cordialidade endereçado ao governo da Tanzânia<sup>307</sup>.

O suporte dado pelo governo zambiano ao MPLA impunha a condição de não interferir na Estrada de Ferro Benguela, arrancando-lhe um importante trunfo para desestabilizar a economia colonial. O Movimento também teve que lidar com o complicado transporte de armamentos, devido ao longo caminho a ser percorrido por terra pela Zâmbia até chegar aos portos de Dar-Es-Salaam.

Inácio Marques (2012) assinalou que os entraves logísticos e estratégicos não impediram que o MPLA, com acesso à extensa fronteira entre Zâmbia e Angola, atacasse um posto militar do exército português no Moxico, inaugurando uma nova frente de combates, sob o comando de líderes originários do norte. Tali (2001a) justificou essa escolha devido ao baixo investimento feito em educação pelos portugueses nas áreas distantes do litoral, restando ao MPLA como única solução a transferência de quadros do norte.

A abertura da Frente Leste, em 1966, fez com que o MPLA experimentasse um período de expansão militar, com a penetração da guerrilha nas matas e o restabelecimento do ânimo entre a militância, diante da apatia da luta armada do qual Cabinda e, em especial a 1ª RPM, compunham o retrato mais desolador. A guerrilha travada, especialmente no Moxico

---

<sup>306</sup> MPLA, 1968, p. 29-30.

<sup>307</sup> MARQUES, 2012, p. 25-26.

onde se concentraram as principais operações do MPLA, pretendia arrancar a 1ª RPM do isolamento e aproximar a luta armada de Luanda.

No âmbito das disputas entre os movimentos nacionalistas, a dissidência do ministro de negócios estrangeiros da FNLA, Jonas Savimbi, deu origem, em 1966, à UNITA, que no alvorecer dos anos 1970 se aliou a Portugal. A Frente liderada por Savimbi se tornaria mais um empecilho para a guerrilha travada pelo MPLA, dificultando o acesso de suas tropas ao Planalto Central<sup>308</sup>. Mas, por ora, a segunda metade da década de 1960 se mostrava promissora ao MPLA, cuja expansão da guerrilha no leste contrastava com a inércia demonstrada pela FNLA que se debatia em uma crise interna. Em 1967, o Movimento liderado por Agostinho Neto assistiu a FNLA por determinação da OUA, perder a exclusividade enquanto representante do povo angolano, sendo aconselhada pelo organismo continental a compor uma única frente com o MPLA<sup>309</sup>.

Internamente, não tardaram a aparecer as divergências entre líderes e subordinados na Frente Leste geradas pelo abuso de poder – que em nada se assemelhava a uma sociedade do “tipo novo” – e acentuadas pelas diferenças étnicas e regionais. A distância para Mabeko Tali (2001a) facilitou os desmandos dos chefes militares que, livres de uma supervisão direta da liderança do MPLA, tomavam decisões à revelia do Comitê-Diretor, além de reservar para si e pessoas próximas a eles, uma quantidade maior de víveres, a despeito das privações enfrentadas pelos demais. Na memória construída sobre essas áreas, no entanto:

Era nesse espaço que se procedia à reforma do ensino e ao seu desenvolvimento: criava-se, difundia-se uma nova cultura e organizava-se um novo tipo de educação escolar. Uma nova cultura, por exemplo, de trabalho de conjunto dos chefes militares, entre pessoas de várias tribos; novo tipo de relacionamento entre homem e mulher, entre adultos e novos interpelando as populações sobre os seus hábitos e o que consideravam valores culturais; uma nova forma de ver o trabalho manual e sua ligação com o trabalho intelectual. Assim, também aprendiam a superar “atritos” derivados de posições teórico-práticas divergentes com relação a várias questões, como de objetivos, conteúdo, alcance e estratégia da luta e da emancipação da Mulher<sup>310</sup>.

Os comandantes eram acusados, ainda, de darem intencionalmente armas obsoletas aos soldados do leste, entregando os melhores equipamentos aos combatentes do norte. Mabeko Tali (2001) esclareceu que de fato não existiam armamentos suficientes e modernos disponíveis para a guerra de libertação, a extinta URSS reduzira até suspender definitivamente no início dos anos 1970, o envio de armas para o MPLA. Mas, a ausência de diálogo e de

---

<sup>308</sup> TALI, 2001a, p. 120.

<sup>309</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 315.

<sup>310</sup> NETO, 2005, p. 85.

qualquer vestígio dos aspectos apontados por Manuel Brito acima, impediam que os guerrilheiros sequer fossem ouvido em suas reivindicações.

Essas fissuras ocorreram no momento em que os portugueses despejavam armamentos químicos em território angolano, devastando plantações e, sobretudo, vidas, expondo a desproporção de forças bélicas e contribuindo para aprofundar aos olhos dos guerrilheiros do leste, as dessemelhanças enxergadas entre eles e os guerrilheiros do norte.

#### 4.6 A ofensiva externa

A mudança no panorama internacional, em 1969, afetou os rumos da guerra em Angola, minando o avanço até então experimentado pelo MPLA. Portugal se beneficiou do arrefecimento da pressão internacional à sua política colonial, explicitada pelo apoio recebido de França, Itália e Bélgica em debates na Organização das Nações Unidas (ONU). A concentração de esforços dos Estados Unidos da América na guerra contra Vietnã serviu para desviar o foco dos assuntos africanos, favorecida pelos governos de Lyndon Johnson (1963-1969) – responsável por negociar armas com a ditadura salazarista – e de seu sucessor Richard Nixon (1969-1974), que prestaram apoio político e militar ao governo português<sup>311</sup>.

A contraofensiva portuguesa usou de estratégias psicossociais para inibir a ação da guerrilha no leste, concentrando grupos de camponeses nas chamadas “sanzalas da paz”, a fim de evitar contato desses grupos com as forças nacionalistas do MPLA, enquanto tentava angariar o apoio dos indecisos. Paralelo a essas ações, os portugueses desencadearam ataques terrestres e aéreos fazendo uso de armamentos químicos desfolhantes, despejados por helicópteros sobre as já combalidas plantações agrícolas, ceifando vidas e instalando a fome nas localidades atingidas. Foi nesse período de intensificação das investidas lusas que *Hoji Ya Henda*, o herói saudado no manual “Formação Militante” foi morto, em 1968, no quartel de Karipande, localizado no Moxico. Nesse mesmo ano, Américo Boavida, primeiro diretor do CVAAR, perdeu a vida em um bombardeio aéreo na base *Hanói*, localizada na mesma região. Essas mortes, em particular a de *Henda*, baixou a moral dos guerrilheiros em combate, conforme assinalou Fátima Peres (2010).

Os duros ataques perpetrados pelas forças portuguesas desencadearam deserções nas fileiras do MPLA, deixaram as populações locais à revelia, provocando a migração de contingentes populacionais do Moxico e do Kwando Kubango, duramente atingidos, para a fronteira com a Zâmbia.

---

<sup>311</sup> PERES, 2010, p. 44.



Em dezembro de 1969 estourou uma rebelião na Frente Leste, dividida militarmente em Sub-Região Norte e Sub-Região Sul, eclodindo nesta última o movimento batizado de “Revolta de Jibóia”, nome de guerra de seu líder Barreiro Freitas, também conhecido nos campos de batalha por *Katwa Mitwé*.

De origem mbunda, Jibóia era Diretor-Adjunto do CIR, localizado na região do Kwando Kubango, no extremo sul de Angola, comandada por um chefe militar bakongo que junto com seus congêneres era acusado de cometer abusos contra os seus subordinados do leste e de praticar execuções sumárias de guerrilheiros por motivos fúteis. A atitude dos chefes militares foi vinculada pelos soldados a sua origem étnica e urbana, oposta à identidade das populações que habitavam as “terras do fim do mundo”, como o Kwando Kubango era conhecido.

Jibóia organizou uma marcha até à cidade de Lusaka, na Zâmbia, a fim de expor a Agostinho Neto os problemas enfrentados pelos soldados do leste, mobilizando os guerrilheiros por meio de comícios. Porém, a medida que a marcha se aproximava da fronteira ia perdendo adesões até ser solapada com a sua destituição do cargo de Diretor-Adjunto do CIR e a proibição de retornar às suas bases<sup>312</sup>.

O autoritarismo da Direção do MPLA não encobriu as tensões e abusos que afloraram no interior da guerrilha angolana. Sintetizadas de forma simplista pelo Movimento como “tribalismo”, elas voltariam à tona em 1972 com a “Revolta do Leste”, num desdobramento dos protestos iniciados em 1969.

A “Revolta do Leste” redimensionou as questões levantadas pelos integrantes da “Marcha Jibóia”, quando Daniel Chipenda – representante político enviado pelo MPLA para dialogar com revoltosos de 1969 – incluiu demandas de natureza racial, acusando brancos e mestiços de usufruírem privilégios dentro do Movimento, dando início a uma nova revolta. A rebelião liderada por Chipenda possuía um caráter mais desafiador, pois partiu de um homem da confiança de Neto, representando uma possível alternativa a sua liderança política, fato observado por Marques (2012).

Não bastasse a crise interna, as relações diplomáticas sempre tensas com o governo de Kinshasa, impuseram ao MPLA uma mudança de posição. Com a guerrilha se desfazendo na Frente Leste, o livre trânsito naquele território tornou-se indispensável para a continuidade dos confrontos contra os portugueses. Diante do argumento do governo do Zaire<sup>313</sup> de que o grande problema estava na recusa do MPLA em negociar com a frente rival, a Direção do

---

<sup>312</sup> TALI, 2011a, p. 134-135.

<sup>313</sup> Em 1971, o presidente do Congo-Kinshasa, Mobutu Sese Seko, mudou o nome do país para República do Zaire.

Movimento assentiu em formar um comando único com a FNLA. O acordo assinado em Kinshasa, em dezembro de 1972, criou o Conselho Supremo de Libertação de Angola, ficando a direção política com a FNLA e o comando militar com o MPLA. Acordo logo descumprido pela FNLA que ordenou a prisão de guerrilheiros do MPLA que tentaram chegar ao norte do país, cruzando o território congolês<sup>314</sup>.

A aproximação mesmo que fracassada com a FNLA inflamou ainda mais os ânimos das bases do leste que viram no acordo, mais uma evidência dos cuidados dedicados à guerrilha do norte, a despeito de implicar em uma aliança com o inimigo.

Os atritos entre os partidários de Chipenda e Agostinho Neto desembocaram em confrontos armados, em 1972, elevando o nível de tensão entre as duas facções. Por seu turno, o governo da Zâmbia concedeu asilo a Daniel Chipenda – que buscara refúgio na cidade de Lusaka – e bloqueou o acesso do grupo de Agostinho Neto ao depósito de armas localizado em seu território, atitudes interpretadas pelo MPLA como um desafio à soberania do Movimento<sup>315</sup>.

Enquanto a Frente Leste amargava as perdas impingidas pela retaliação da autoridade colonial e enfrentava uma crise interna, a 1ª RPM vivia o seu inferno particular, com o aumento de seu isolamento pelas tropas lusas. Segundo relato de Mabeko Tali (2001a) representantes dessa região decidiram buscar direto em Brazavile, os provimentos necessários para a manutenção dos homens aquartelados, numa ação que culminou com o sequestro de Lúcio Lara, em 14 de março de 1972, solto após a intervenção das autoridades congolêsas. Os guerrilheiros amotinados exigiram serem recebidos pela Direção do Movimento, despejando o seu ressentimento contra os mestiços, chamados ironicamente de “burocratas”. Os manifestantes os acusavam de evitarem as matas, ou seja, o confronto direto com as tropas portuguesas, a fim de resguardarem suas vidas para dirigirem posteriormente o país, demonstrando duvidar da Angola igualitária e plurirracial defendida pelo MPLA<sup>316</sup>. As queixas contra os mestiços se desdobraram até recaírem sobre o ingresso no “Internato 4 de Fevereiro”:

Por outro lado, os filhos mestiços, só esperam a ida para o Internato [4 de Fevereiro] depois da construção do melhor internato por ser mais cômodo e de melhores condições, ao passo que há pioneiros que vivem até aqui nas condições difíceis [...] Para isso segue a pergunta: qual é a diferença entre o pioneiro mestiço e o pioneiro preto angolano?<sup>317</sup>.

<sup>314</sup> Ibid., p. 140-141.

<sup>315</sup> TALI, 2001a, p. 142-143.

<sup>316</sup> TALI, 2001a, p. 175.

<sup>317</sup> MANIFESTAÇÃO POLÍTICO-MILITAR DOS MILITANTES NA II REGIÃO, 1972 apud TALI, 2001, p. 175.

A baixa presença de mestiços no *Internato 4 de Fevereiro* também constou das avaliações na *Reunião Extraordinária de Quadros da I e II Região*, realizada em Dolisie, em abril de 1972, com o intuito de debelar a crise<sup>318</sup>.

As bases identificaram distinções de cariz racial no acesso às escolas, análise insuficiente para contemplar as clivagens operadas no interior do MPLA. Relembrando Tali (2001a), citado acima, os membros da Direção tinham acesso a maiores privilégios a despeito da cor de sua pele, por outro lado, as relações construídas ao longo da militância de caráter pessoal e familiar constituíram um outro fator de peso a definir posições no acesso escolar e na hierarquia do Movimento. A trajetória de Luiza Inglês, militante negra, que estudou no “4 de Fevereiro”, e o critério adotado pelo MPLA para admissão de estudantes nessa escola, são reveladores desses aspectos. A fala de um militante da 2ª RPM expôs o problema sob um ângulo diverso. Ao se queixar da ausência de dirigentes junto às bases militares, ele classificou como “férias” a ida de pioneiros para estudar no exterior:

Estou muito admirado do CD [Comitê-Diretor] ter chamado os homens da I e II regiões para falar. Eu condeno o CD e os comandos da II região, visto que depois de tanto tempo é a primeira vez que se junta com o povo para ouvir. [...] Eu sinto muito mas o povo só vê a minha cara de mais ninguém. Em Dolisie tem homens, é como no futebol é uma equipa. Devemos apresentar mais dirigentes ao povo e não sempre os mesmos. Os pioneiros por que não vão passar férias em Ponta Negra [Base do MPLA no Congo-Kinshasa] em vez de irem ao estrangeiro?<sup>319</sup>

Para esse militante, o simples fato de estar na escola, sem mencionar distinções raciais, já se constituía em uma fonte de privilégios, mostrando o quanto eram matizadas os elos de pertencimento dentro do MPLA.

Nessa mesma Assembleia, chefes militares foram acusados de insuflarem suas bases contra a Direção, afirmando que “os inteligentes contribuem com a luta e os mais explorados é que pegam em armas”, enquanto gastavam o dinheiro da organização em bares e vendiam alimentos destinados aos guerrilheiros<sup>320</sup>. Para Adolfo Maria, citado por Fábio Figueiredo (2012), após o curso de formação política organizado e ministrado pelos jovens do CEA, em 1971, alguns chefes militares passaram a exigir mais do MPLA apoiando as suas reivindicações em oposições étnico-raciais, com intuito de obter vantagens pessoais, apontando como exemplo Marcelino Miranda, o mesmo que defendeu que apenas ingressassem no “4 de Fevereiro”, crianças cujos pais tivessem lutado pela libertação nacional. Afastado por corrupção, Miranda foi o responsável por fomentar discórdias de cunho étnico-racial, segundo Adolfo Maria. Ou seja, a animosidade já existente contra

<sup>318</sup> PERES, 2010, p. 72.

<sup>319</sup> ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA REGIONAL DA I E II REGIÕES, 1968, p. 25.

<sup>320</sup> *Ibid.*, p. 11.

brancos e mestiços era usada por alguns chefes militares como subterfúgio para desviar o foco das vantagens obtidas por eles com a guerra.

Entre manipulações, que na prática refletiam problemas concretos, as reclamações das Frentes Norte e Leste se avolumaram, somadas à dura realidade encarada pelas tropas, assinalavam o descontentamento com os desvios hierárquicos, a Direção do MPLA, sua forma de gerir a guerra e o próprio Movimento.

Face à situação caótica, quadros intermediários que haviam retornado do exterior, propuseram a realização de uma crítica interna sobre o colapso que assomara o MPLA, objetivando fazer um reajustamento político e militar.

#### 4.7 Conciliações forçadas e rupturas

A proposta de um encaminhamento para a solução das dissidências internas que assolavam o MPLA partiu de quadros políticos recém-chegados da China e da Coreia, que sugeriram um Movimento de Reajustamento Nacional, inspirado na experiência do governo de Mao-Tse-Tung. A ideia concebida por Gentil Viana, que passara sete anos em formação militar na República Popular da China, era elaborar uma crítica dentro de um contexto de ampla discussão, envolvendo a base da militância, os chefes militares, dirigentes da Organização e representantes da população exilada em países fronteiriços com Angola. O fruto desses debates levaria a uma reorganização estrutural do MPLA<sup>321</sup>.

Fátima Peres (2010) assinalou que o Movimento de Reajustamento se iniciou pela Frente Leste, onde a situação era mais grave, em 1973, na Base de Kitexe (Uíge). Críticas ácidas sobre os desmandos dos chefes militares, o descaso destes com guerrilheiros e à população local e a centralização de poderes por parte de Agostinho Neto, pautaram as discussões.

Nos debates, pontuou Mabeko Tali<sup>322</sup>, foram identificados problemas decorrentes da extensão territorial do conflito, da baixa produção agrícola, responsável pela fome enfrentada tanto pela população quanto pelas tropas, na ajuda internacional insuficiente, e, é claro, na condução da luta feita pelo Comitê-Diretor.

O acordo previamente fixado no documento redigido por Gentil Viana previa a realização de eleições para designação de novos dirigentes políticos e militares, decisão ignorada por Neto, que indicou ele próprio, nomes para ocuparem esses cargos. Alguns dos

---

<sup>321</sup> PERES, 2010, p. 50-52.

<sup>322</sup> 2001a, p. 146.

escolhidos pelo presidente do MPLA, tinham sido alvos de críticas durante os debates, o que gerou um clima de apreensão entre os participantes<sup>323</sup>.

Despida de rostos e feições, a revolta iniciada por *Jibóia* foi esvaziada das angústias e aspirações dos homens do leste, assimilada à luta de classes e reduzida aos “complôs” armados por Daniel Chipenda e pelo imperialismo. As ações em defesa de Chipenda, perpetradas pelo governo da Zâmbia, assim como a captura de guerrilheiros do MPLA pela FNLA dentro de território zaireense, fortaleceram o diagnóstico unilateral feito pela Direção do MPLA<sup>324</sup>.

O Reajustamento na Frente Norte ocorreu em um ambiente de tensão com uma baixa adesão da militância, face aos resultados do leste. Os trabalhos foram iniciados, em 1974, numa reunião que definiu os representantes de cada base militar; destaca-se a presença de Maria do Céu por Banga (Kwanza Norte) e Adolfo Maria por Kalunga (próxima à fronteira de Cabinda)<sup>325</sup>.

Assim como na Frente Leste, os militantes reunidos no norte relataram os problemas já conhecidos: a corrupção, a ausência de dirigentes nas bases militares e questões étnico-raciais. O documento conclusivo das discussões elaboradas pelos participantes não foi acatado pela Direção que, ignorando novamente o caráter eletivo dos cargos nomes para ocupar postos dirigentes na Frente Norte, que mais “pareciam outros tantos braços da direção política que órgãos da sua ligação democrática à base militante”<sup>326</sup>. Nessas condições, Maria do Céu Reis e Gentil Viana se recusaram a aceitar os cargos para os quais foram designados, relatou Peres (2010), tendo como consequência a expulsão de ambos do MPLA.

O Movimento de Reajustamento tornou evidente a recusa de Agostinho Neto em abrir mão de seu poder pessoal, implementando uma reestruturação política e militar no MPLA, que desse representatividades às bases. Em nome de uma suposta harmonia, Neto evitava discutir de forma aprofundada a questão racial, como queriam Maria do Céu, Adolfo Maria e Gentil Viana, limitando-a aos seus discursos, negando aos elementos brancos do MPLA o direito de serem reconhecidos enquanto angolanos<sup>327</sup>, mas aos quais não se furtara em dispor de sua contribuição para o Movimento.

A atitude de Neto frente ao Reajustamento teve como pronta resposta a organização de um novo movimento contestatório, a “Revolta Ativa”, encabeçado por Adolfo Maria, Floribert Monimbambo e Gentil Viana, da qual participaram também, entre outros nomes,

---

<sup>323</sup> PERES, 2010, p. 54.

<sup>324</sup> TALI, 2001, p. 146.

<sup>325</sup> PERES, 2010, p. 55.

<sup>326</sup> TALI, 2001a, p. 183.

<sup>327</sup> Os nacionalistas brancos foram denominados “brancos progressistas” pela Conferência Nacional de 1962.

Maria do Céu Reis e Maria Helena Maria. O grupo instalado no Congo-Brazavile recebeu apoio do presidente de honra do MPLA, Joaquim Pinto de Andrade que residia em Paris e fora chamado pelas autoridades congolezas, visando uma conciliação entre esse grupo e a ala de Agostinho, que correspondia à facção presidencialista, conforme destacou Peres (2010).

Em linhas gerais, a proposta da “Revolta Ativa” era transformar o Comitê-Diretor do MPLA em um colegiado e debater de forma consistente os problemas raciais, tribais e regionais, conforme assinalado por Fátima Peres (2010). A “Revolta Ativa” ganhou a adesão da “Revolta do Leste”, representada por Daniel Chipenda.

Com efeito foi organizado um Congresso na cidade de Lusaka, a fim de tentar estabelecer um consenso entre as três facções, sob a mediação dos países fronteiriços (Zâmbia, Congo-Brazavile, Tanzânia e República do Zaire), regiões onde o MPLA mantinha bases militares e por isso eram afetados pelas dissensões no interior do Movimento.

O caráter étnico-regional das manifestações lideradas por Daniel Chipenda, suas ambições de poder, conexões com a FNLA e o governo do Zaire e a pressão dos países mediadores foram usados como argumento por Neto para desqualificar o Congresso de Lusaka. Associando essas críticas, ele e sua facção se retiraram do Encontro, conclamando os demais participantes a discutirem os assuntos em solo angolano, na “presença do Povo”. Sem condições de fazer uma aliança com Chipenda devido ao caráter de suas alianças e ambições de poder, a “Revolta Ativa” também se retirou do Congresso<sup>328</sup>.

Num lance de oportunismo, Daniel Chipenda permaneceu em Lusaka junto com a sua facção, sendo proclamado presidente do MPLA. Nessa qualidade, assinou, em Brazavile, um acordo com a FNLA que previa a unificação dos dois Movimentos. O acordo com a Frente de Holden Roberto foi selado durante a “Conferência dos Estados da África Central e Oriental”, no mesmo palco onde ele reconhecera um Comitê-Diretivo Provisório para o MPLA, no qual dividiria a vice-presidência com Joaquim Pinto de Andrade, e Agostinho Neto ocuparia a presidência.

A direção tripartite precisava ser ratificada em Lusaka, mas Daniel Chipenda não compareceu, alegando que Neto tomava decisões de forma isolada, além de sentir-se ameaçado pela facção presidencialista, tornando nulo o acordo traçado em Brazavile.

A “Revolta Ativa” se deu no limiar da Revolução dos Cravos que pôs a termo o Estado Novo em Portugal, a 25 de abril de 1974. A mudança na conjuntura internacional beneficiou o grupo de Agostinho Neto que afirmava não ser o momento de dissidências dentro do MPLA, alegando oportunismos. Outros fatores somaram para o insucesso da

---

<sup>328</sup> PERES, 2010, p. 81-83.

contestação, a falta do reconhecimento por parte de outros militantes da legitimidade do grupo de Adolfo Maria, formado por pessoas que nunca haviam pegado em armas – como ele próprio e sua esposa por exemplo – ou que já se encontravam afastadas do MPLA há tempos, como Mário de Andrade, retornando para dar apoio aos questionamentos então suscitados.

A conjuntura local descrita por Fábio Figueiredo (2012), também se mostrou favorável à facção representada por Neto. Antigos militantes nacionalistas detidos pela PIDE foram soltos ou tinham conseguido escapar, Antônio Jacinto preso no campo de concentração de Tarrafal desde 1957, teve a pena comutada, em 1972, para residência fixa em Lisboa, de onde fugiu rumo à Angola. Incorporado ao MPLA, Jacinto assumiu a direção do CIR Kalunga, localizado em Dolisie, escola que recebeu centenas de rapazes e moças luandenses arregimentados por Manuel Pedro Pacavira e outros presos políticos libertos em 1974. Mais jovens, essencialmente de origem pobre, acorreram ao CIR enviados por suas famílias, acreditando no mito que o MPLA e Agostinho Neto tinham se tornado<sup>329</sup>.

Em um importante ato político o grupo de Neto realizou, em agosto de 1974, no leste de Angola, a “Conferência Inter-regional de Militantes” (CIRM) que serviu para testar a lealdade dos chefes militares e dirigentes a ele, assegurada pelo apoio do grosso das tropas. Num gesto representativo Agostinho Neto criou as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FLAPA), unindo-as simbolicamente a sua figura.

Do CIRM participaram militantes oriundos das matas e dos centros urbanos, estes últimos, em sua maioria jovens, responsáveis por mobilizar moradores dos bairros da capital e de outras cidades em prol do MPLA – organizados em comissões de bairros, associações estudantis, de trabalhadores e comitês de ação. Esses núcleos agrupavam um verdadeiro mosaico de ideias composto por ex-presos políticos, jovens ansiosos por fazer de Angola uma república stalinista, outros desejosos de reverter o quadro de exclusão a que foram submetidos durante o regime colonial, em comum o seu apoio incondicional ao MPLA e a Agostinho Neto<sup>330</sup>. Devidamente legitimado Neto negociou no Moxico naquele mesmo ano, o cessar-fogo com autoridades militares portuguesas, fazendo-se valer da legitimidade conferida pelo CIRM.

O CIRM promoveu uma reestruturação do MPLA como o queria a “Revolta Ativa”, mas realizada dentro dos padrões definidos por Agostinho Neto. O Movimento foi dotado de um Comitê Central e de um *Bureau* Político, abrindo espaço na direção para militantes da guerrilha e das áreas urbanas. O gesto também teve como objetivo esvaziar a autonomia dos

---

<sup>329</sup> TALI, 2001b, p. 194.

<sup>330</sup> TALI, 2001b, p. 50-55.

comitês e frear as alas de extrema-esquerda presentes em várias das organizações populares estruturadas em Luanda<sup>331</sup>.

O lugar dos brancos no Estado angolano foi definido nessa Conferência, não sem contendas, mas assegurou-lhes o direito à nacionalidade e também a todo estrangeiro que tivesse participado da luta de libertação. Oportunamente, Henrique Abranches – de nacionalidade portuguesa, que acreditava numa Angola unirracial e fiel a Neto – finalmente foi chamado para se integrar à luta intelectual em Angola, sendo designado comissário-político da 2ª RPM, ao qual o CIR Kalunga estava subordinado<sup>332</sup>.

O MPLA carecia de um corpo técnico para formar uma estrutura mínima de governo diante da proximidade de uma independência que se anunciava conflituosa, face às disputas com outros movimentos nacionalistas. Agostinho Neto mobilizou contatos em Angola e também em Lisboa para compor uma equipe para fazer frente a essa demanda. Todavia, a convocação de Abranches para efeito dessa análise teve uma conotação especial devido ao rompimento de Neto com Maria do Céu Reis e, depois, com Adolfo Maria por conta de sua adesão à “Revolta Ativa”, elementos fundamentais nos quadros pedagógicos do Movimento. Fábio Figueiredo (2012) aventou a possibilidade de que a mobilização de jovens luandenses em favor do MPLA, sem qualquer orientação do Movimento, estivesse relacionada às transmissões feitas por Adolfo Maria em “Angola Combatente”, muito mais à esquerda do que o MPLA de fato o era. Mabeko Tali (2001) também atribuiu ao Programa à atração exercida pelo MPLA sobre os jovens luandenses identificados com ideologias esquerdistas.

Em 1972, Pepetela, igualmente leal a Neto, foi transferido para a Frente Leste, assumindo a direção do “Centro Augusto Ngangula”, escola que oferecia ensino primário, cursos políticos, seminários, debates, etc., a partir de onde era coordenado todo o trabalho de educação realizado nessa Frente. E no ano seguinte, foi alçado ao cargo de Secretário Permanente do DEC<sup>333</sup>.

A educação como se viu era uma importante fronteira de luta para o MPLA, Abranches e Pepetela eram elementos importantes nessa batalha. Embora se repute a transferência de mestiços da Frente Norte<sup>334</sup> às exigências feitas pelos chefes militares da 1ª RPM quando da crise de 1972, o reposicionamento de Pepetela e Henriques Abranches mostra que Agostinho Neto, mesmo em condições adversas, soube movimentar com destreza as peças do jogo político ao seu favor.

---

<sup>331</sup> Ibid., p. 67.

<sup>332</sup> FIGUEIREDO, 2012, p. 343.

<sup>333</sup> FREIRE; GUIMARÃES, p. 141-149.

<sup>334</sup> FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *Entre Raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos (1964-1980)*. 2012; MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. *Memórias de um golpe: o 27 de maio em Angola*. 2012.



O CIR figurou como lugar de foco das revoltas desencadeadas na Frente Leste ou pelo menos a base para a discussão das mesmas. Jibóia, como se viu, era Diretor-Adjunto do CIR do Kwanando Kubango, Daniel Chipenda alegou ter sabido da “Marcha Jibóia” dentro de um desses Centros, segundo informou Tali (2001a). Uma intervenção nessas escolas parece ter sido necessária, ao menos é o que relatou o documento que reestruturou o ensino em Angola:

[...] Nas escolas do DEC não se aprendia apenas a fazer a revolução participava-se ativamente da Revolução quer nas mudanças estruturais (trabalho coletivo, redistribuição coletiva) quer na mudança de mentalidades, quer na luta política de classes, como exemplo veja-se a participação das escolas no Movimento de Reajustamento e na luta contra o Chipendismo<sup>335</sup>.

Aos culpados de sempre pelos problemas enfrentados pelo movimento – o tribalismo e o imperialismo, isolados ou mancomunados com a dominação colonial – foi adicionado o “Chipendismo”, devidamente enquadrado na memória negativa da luta de libertação.

Os integrantes da “Revolta Ativa” tentaram regressar ao MPLA em 1975, mas os vínculos haviam sido rompidos, condenando-os em sua maioria ao cárcere, ao exílio ou à vida clandestina, situação a qual foi submetido Adolfo Maria para fugir da prisão.

A memória construída na guerra pelo MPLA requeria a passividade dos agentes envolvidos, por isso os elos de pertencimento ao Movimento eram mediados por uma cadeia de relações, sem dispensar a obediência integral às regras emanadas da Direção. A história que servia a Neto era aquela representada em “História de Angola”, “Formação Militante” e em “Dia do Pioneiro Angolano”, o novo roteiro apresentado por Maria do Céu Carmo Reis, não cabia no Estado que ele desejava construir à imagem e semelhança de seu Movimento, consolidado no pós-independência, com os “Princípios de Base Para a Reestruturação do Sistema de Educação e Ensino de Angola”, conformadores da memória mítica das “escolas da guerrilha” e das zonas libertadas.

Mas, como a educação não se dá por cima dos sujeitos envolvidos no processo de ensino, a face autoritária do governo Agostinho Neto teve que se defrontar com as estratégias criadas pelos estudantes que, embora não pudessem se contrapor ao sistema criado, na medida do possível, se impuseram a ele.

---

<sup>335</sup> PRINCÍPIOS DE BASE PARA A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO NA R.P.A, 1978, p. 14-15.

## 5 ESTUDAR É UM DEVER REVOLUCIONÁRIO!

Angola teve vários atores políticos, vários partidos, homens singulares e coletivos, pessoas conhecidas e anônimas, que verteram e deram tudo que tinha pra dar para Angola ser um país liberto independente, mas muitas dessas histórias, muitos desses partidos não são reconhecidos tá vendo?

*Turezo Manuel da Costa, Professor de História da Escola Nzinga  
Mbandi*

### 5.1 A independência

O “Acordo de Alvor”, celebrado em janeiro de 1975, fixou as bases para a emancipação angolana e reconheceu o MPLA, a FNLA e a UNITA como legítimas representantes do povo. O governo deveria ser gerido por um colegiado formado por representantes dessas três frentes que contribuiriam para a formação de um Exército nacional. O controle da defesa e segurança e a mediação entre os membros do governo ficou a cargo do alto comissariado português, cujas tropas deviam deixar Angola em fevereiro de 1976<sup>336</sup>.

O governo de transição até à independência, idealizado em Alvor, reuniu forças políticas antagônicas, divididas por questões étnicas, ideológicas e insufladas pelo desejo de controlar os recursos naturais da região. Essas forças se mostraram irreconciliáveis e, cada uma, a seu modo, arrogava para si o direito de representar o povo angolano, dando origem a uma série de confrontos armados entre o MPLA, FNLA e UNITA.

A guerra civil em Angola ainda refletia a polarização mundial que contrapôs “capitalistas” e “comunistas”, representada pelas potências econômicas e militares ícones desses dois sistemas: EUA e URSS. Ambos os lados procuraram ampliar suas áreas de influência, fornecendo apoio logístico para a consolidação de governos com os quais pudessem firmar alianças capazes de assegurar o estabelecimento de relações comerciais, diplomáticas, a exploração de recursos naturais ou que oferecessem algum tipo de apoio no caso de um enfrentamento militar.

O período também esteve marcado pela oposição sino-soviética, exposta nos conflitos militares ocorrido na fronteira entre os dois países em 1969. De acordo com Mabeko Tali

---

<sup>336</sup> MAXWELL, 2006, p. 148.

(2001b), a neutralidade mantida pelo MPLA nessa disputa, custou-lhe a retirada do apoio logístico soviético ainda durante a guerra de libertação. A China, que no passado prestou ajuda financeira Movimento, em sua fase embrionária, como já visto, após a independência entrou na disputa ao lado da FNLA.

No plano dos apoios internacionais, a FNLA teve à sua disposição soldados do exército zaireense e sul-africano, além de mercenários financiados pelos EUA, que também enviaram armamentos (TALI, 2001b). Equipamentos bélicos vindo da França e da China dotaram essa Frente de um verdadeiro arsenal, segundo o historiador congolês.

A UNITA ampliou seus quadros, penetrando em regiões onde nem o MPLA e a FNLA haviam conseguido, fortalecendo a sua base entre os ovimbundu, revelando-se uma organização forte e capaz de fazer frente ao MPLA, contando para isso inicialmente com incentivos lusos e depois da África do Sul e dos EUA.

O MPLA dispôs do auxílio de antigos companheiros de luta pela independência, recebendo voluntários enviados por Moçambique, Guiné Conacri e Cabo Verde. De Cuba, em sua defesa da internacionalização da luta operária, obteve instrutores, soldados, armamentos e a mediação para que a URSS enviasse ajuda, configurada no envio de equipamentos bélicos. A mudança de posição de Moscou estava relacionada à disputa por zonas de influência no continente africano com os EUA, asseverou Tali (2001b). O Congo-Brazavile continuou a prestar suporte logístico ao MPLA, disponibilizando as suas estruturas portuárias e aeroviárias para o desembarque de soldados cubanos e armamentos vindos da Rússia.

O Movimento de Libertação liderado por Agostinho Neto soube instrumentalizar a presença de estrangeiros na Frente inimiga, instigando o seu enfrentamento alegando se tratar de forças a serviço da recolonização de Angola, estratégia que resultou bem-sucedida, especialmente junto aos jovens dos centros urbanos que proferiam *slogans* de combate ao imperialismo. Soldados a serviço da UNITA em um terreno desconhecido por eles, caíram em emboscadas nos bairros e ruas luandenses, armados pelos comitês de autodefesa organizados em Luanda<sup>337</sup>. Com a UNITA repelida antes mesmo do acirramento dos conflitos na capital, o MPLA conquistou as principais cidades e o controle da maioria dos portos, conseguindo manter o exército da FNLA afastado de Luanda.

Em 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto declarou na capital, a independência angolana, proclamando a República Popular de Angola. Gesto repetido por Jonas Savimbi e Holden Roberto no Huambo que unidos numa frágil aliança, proclamaram a República

---

<sup>337</sup> TALI, 2001b, p. 37.

Democrática de Angola<sup>338</sup>. Para Mabeko Tali (2001b), a legitimidade conquistada pelo governo do MPLA deveu-se à combinação de três fatores. As autoridades portuguesas se retiraram de Angola um dia antes do 11 de novembro, escusando-se do papel mediador auferido pelo Alvor. Os exércitos da débil coligação FNLA/UNITA entraram em rota de colisão, culminando na expulsão da FNLA do Planalto Central e o seu aniquilamento pelas FLAPA, associadas às forças cubanas. Por último, o envolvimento do governo racista da África do Sul na luta angolana e a presença de mercenários portugueses desqualificaram a República anunciada no Huambo, perante à OUA que reconheceu a legitimidade do governo Agostinho Neto.

O MPLA emergiu do período pós-emancipação como uma grande força política. Dada a sua penetração em núcleos variados da população urbana, inclusive entre os segmentos brancos de Luanda, o MPLA conquistou a integração de partidos representativos de uma elite branca e mestiça, cujo suporte político e técnico não podia prescindir<sup>339</sup>.

Sua liderança, representada por Agostinho Neto, foi atestada internacionalmente, de imediato pelas ex-colônias portuguesas na África, sendo o Brasil um dos primeiros países a reconhecer a independência de Angola. De acordo com Chabal (2008), O MPLA afirmou a sua “modernidade” logo no início de sua formação ao adotar um discurso contrário às divisões étnicas e raciais. Essa característica se colou a um discurso socialista que modelou a sua imagem, fiadora de uma legitimidade internacional, percebida na forma idealizada como o jornalista brasileiro Neiva Moreira descreveu a ação dos pioneiros em Luanda, às vésperas do 11 de novembro de 1975:

espalhados por todo canto da cidade, a visão dos estudantes-soldados causava admiração [...] eles haviam tido um papel decisivo conduzindo os guerrilheiros, que desconheciam a cidade por ruas e vielas, e colocando-os em pontos estratégicos. Centenas desses meninos foram atingidos pelas balas na batalha de Luanda ou mesmo fuzilados pela FNLA. Os que encontramos na inesquecível noite da véspera da independência eram os continuadores daquela epopeia que, por séculos, historiadores e poetas exaltarão<sup>340</sup>.

A citação acima refere-se a uma edição especial da “Revista Cadernos do Terceiro Mundo”, intitulada “Grandes Reportagens”, publicada em 1994. A matéria abordou a importância de Agostinho Neto no processo de independência e ilustrou os textos com

<sup>338</sup> Em 1974, Jonas Savimbi assinou um acordo de colaboração política com Holden Roberto, cuja Frente por ele liderada jamais fora tolerada entre os ovimbundu devido às agressões contra os “bailundos” na sequência dos ataques de março de 1961 (TALI, 2001b, p. 48-116).

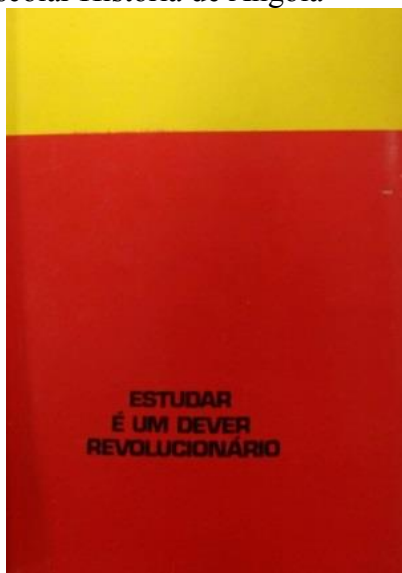
<sup>339</sup> O MPLA se aliou aos Movimentos Democráticos (MDA, de Luanda), do Huambo (MDH) e de Benguela (MDB), à Frente Socialista de Angola (FRESDA), o Movimento Nacionalista de Angola (MNA) e o Partido Trabalhista para Salvação de Angola (PTSA), entidades políticas fadadas ao desaparecimento por conta da imposição do partido único em 1977 (TALI, 2001b, p. 60).

<sup>340</sup> MOREIRA, 1994, p. 40.

fotografias dele junto aos pioneiros e das FLAPA. Dado o alcance da revista que era publicada na África, América do Sul, Portugal e EUA e assinada por governos progressistas, o MPLA, contou com grande publicidade. Dentro do país, porém, a batalha para manter-se no governo persistiria com a UNITA, opondo-lhe resistência armada e instalando em Huíla um governo paralelo.

É dentro deste quadro de disputas conflagradas em uma guerra civil que foi elaborada a reestruturação do sistema de ensino em Angola, onde a frase que dá título ao capítulo era exibida na quarta capa dos manuais escolares elaborados nesse período, conclamando os estudantes a novamente se alinharem no *front* da educação.

Figura 5 - Quarta capa manual escolar História de Angola



Fonte: Acervo do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), 1976.

## 5.2 A linha ideológica

Agostinho Neto, até à data da independência, tergiversava sobre a linha ideológica do MPLA. A falta de clareza com relação ao caminho a ser trilhado pelo Estado angolano desembocaria em novas crises internas, provocadas pelas divergências entre as correntes de extrema-esquerda dos núcleos urbanos que apoiaram o MPLA.

As linhas mestras da política de ensino em Angola foram traçadas no momento da constituição do MPLA como um partido marxista-leninista<sup>341</sup>. Entender esse processo

---

<sup>341</sup> ANDRÉ, 2014, p. 156.

contribui neste estudo para dimensionar as suas inferências no campo da educação, encarada como um instrumento de controle social e obtenção de vantagens por parte daqueles que viveram à sombra desse grupo político.

Em um primeiro momento, de forma estratégica, Neto acolheu a proposta de “poder popular”, evitando fissuras em um momento delicado, em que precisava contar com uma sólida retaguarda urbana e de novos combatentes, como ocorreu, e se sobrepôr às demais frentes de libertação. Às vésperas do Congresso de Lusaka, depois de ouvir de jovens delegados oriundos das cidades, as suas expectativas com relação ao marxismo, Neto teria dito idealizar um modelo próprio de socialismo para Angola<sup>342</sup>.

No pós-independência, a situação mudou de figura, o MPLA começou a operar para barrar ascensão do discurso de extrema-esquerda dentro do Movimento, censurando as suas ações e retirando-lhe as funções dentro do Estado. A Direção de Informação e Segurança de Angola (DISA), polícia política do novo governo, agiu com eficácia para investigar e prender os resistentes, empurrando os dissidentes para a clandestinidade.

A nova crise interna do MPLA teve como protagonista Nito Alves, guerrilheiro da 1ª RPM, local onde teve o primeiro contato com a literatura marxista-leninista por intermédio de seu superior hierárquico Jacob Caetano, o “Monstro Imortal”. Alves teve participação destacada no Congresso de Lusaka, combatendo duramente as facções opostas a Neto. A postura incisiva de Alves lhe garantiu galgar rapidamente cargos na estrutura do governo, até ser nomeado Ministro da Administração Interna, dando início ao processo de ruptura que lhe custou a vida.

Na qualidade de integrante do Conselho de Revolução, órgão responsável pelas leis, Nito Alves quis ver aprovada uma “Lei do Poder Popular” que conferisse às Comissões Populares de Bairro (CPBs) autonomia para fiscalizar a vida política e administrativa do Estado, funcionando de forma independente. Enquanto Agostinho Neto desejava restringi-las ao papel de mediadoras entre a sociedade e o Estado<sup>343</sup>, a fim, é claro, de regular as suas ações<sup>344</sup>.

As diferenças entre Nito Alves e Agostinho Neto apenas se aprofundaram, retomando à velha questão da linha política a ser adotada na jovem República que se afundava na corrupção e no compadrio forjado na militância, fazendo desse o principal critério para conseguir cargos em setores vitais da economia e do aparelho burocrático do Estado. Os

---

<sup>342</sup> TALI, 2001b, p. 81.

<sup>343</sup> MARQUES, 2010, p. 62.

<sup>344</sup> Mabeko Tali (2001b, p. 203) afirmou que Nito Alves desejava fazer o mesmo, transformando às Comissões Populares de Bairro em ramificações do seu ministério, colocando órgãos públicos sob vigília dos órgãos populares, setores onde tinha livre trânsito e era muito respeitado.

antigos “assimilados” e uma elite formada por brancos e mestiços também foram contemplados com cargos estatais, fazendo deles uma porta de entrada para si e sua clientela<sup>345</sup>.

Nito Alves defendia a adoção em Angola de um modelo de revolução marxista-leninista radical, decisão atribuída a sua participação “no XXV Congresso do Partido Comunista da União Soviética”, realizado em março de 1976. De inclinação anteriormente maoísta, Alves passou a defender abertamente uma radicalização na condução nos rumos do governo angolano, tendo o modelo soviético como espelho, atribuindo as mazelas acima descritas a um antimarxismo encarnado na figura de Lúcio Lara que imprimia ao MPLA, segundo ele, um caráter centralizador e paternalista<sup>346</sup>.

A inserção de Nito Alves nos musseques e nos meios universitários, abarcando populações negras e brancas de diferentes estratos sociais e o alcance de seus discursos, gerou reações do Comitê-Central. Militantes oriundos de outras organizações políticas foram expulsos do MPLA<sup>347</sup>, Nito Alves foi destituído do cargo de ministro, sendo decretada a extinção do Ministério da Administração Interna. Os órgãos do poder popular foram asfixiados, submetidos ao controle direto do Movimento.

O dia 27 de maio irrompeu com a libertação de presos da cadeia de São Paulo, em Luanda e a breve tomada da Rádio Nacional por partidários de Nito Alves. As transmissões anunciaram o início de um novo processo revolucionário, de origem marxista-leninista, a prisão de corruptos e conclamou a população a se manifestar em frente ao Palácio do Governo, depois em frente à rádio. Apesar de populares terem atendido ao apelo, o controle da rádio foi reassumido pelo governo<sup>348</sup>.

Passados seis meses da brutal repressão contra Nito Alves e seus partidários; e dois anos após o silenciamento de Adolfo Maria e Maria do Céu Reis e demais integrantes da “Revolta Ativa”, o MPLA mostrou-se pronto para implantar o socialismo à moda de Agostinho Neto.

A descoberta no dia seguinte à tentativa de golpe de Estado, dos corpos carbonizados de dirigentes do MPLA, desaparecidos na sequência das ações do 27 de maio, se sucederam sangrentas perseguições nos bairros periféricos da capital que não pouparam sequer os

---

<sup>345</sup> HODGES, 2001, p. 67.

<sup>346</sup> TALI, 2001b, p. 217.

<sup>347</sup> A medida visava atingir militantes ligados ao PCP, ligados a Nito Alves, ativistas de outras organizações portuguesas foram poupados (MARQUES, 2012, p. 69).

<sup>348</sup> MARQUES, 2012, p. 80-81

simples suspeitos de terem vínculos nitistas. Os líderes do golpe foram presos, torturados e fuzilados sem direito a julgamento<sup>349</sup>.

Em seu Primeiro Congresso, realizado em 10 de dezembro de 1977, data em que o Movimento hipoteticamente completaria dez anos, o MPLA se constituiu formalmente em um partido de orientação marxista-leninista, aproveitando para associar efemérides a mudanças no campo político-institucional. Seguindo essa linha, em seu vigésimo terceiro aniversário oficial, o MPLA presenteou a sociedade angolana com a instituição do partido único:

[...] como o órgão supremo da direção da sociedade do qual dependiam o Estado e a Assembleia Popular. Teoricamente, o Congresso do Partido, e não a sociedade civil, era o órgão de soberania, enquanto o Comitê Central e o Bureau Político constituíam órgãos executórios das decisões do Congresso e de vigilância do Estado. [...] O partido nomeava os ministros e os altos funcionários, além de controlar diretamente os órgãos criados pela Lei do Poder Popular. O Conselho de Ministros devia prestar contas de seu trabalho ao presidente do Partido e ao Comitê Central: o *Estado* era uma dependência do Partido (grifo da autora)<sup>350</sup>.

Em uma Angola vivendo sob o signo da independência e com o MPLA controlando o Estado com mão de ferro, em 1978, foram elaborados os “Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na República Popular de Angola” pelo Ministério da Educação, com Pepetela ocupando o cargo de Vice-Ministro da pasta, gerida por Antônio Jacinto.

Aqui, o filtro da pesquisa estreita-se na capitalidade do ensino promovido pelo MPLA, que, desde 1974, levava as suas estruturas para os centros urbanos, fixando-se em Luanda. Não foi possível perseguir os destinos das “escolas da guerrilha”, mas a iminência da guerra civil às portas da independência provou que o ingresso no CIR se tornou ainda mais pragmático, com a formação político-ideológica deixada de lado<sup>351</sup>, mas firmemente mantida nas disposições legais da Reforma do Ensino.

## 5.3 Os sujeitos

### 5.3.1 O “homem novo” unguido pela religião

Propõe-se examinar o impacto dos *Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A.* da política de afiliação partidária e de relações

<sup>349</sup> Ibid., p. 92.

<sup>350</sup> SANTOS, 1997, p. 215.

<sup>351</sup> Parte da leva de jovens que se apresentou espontaneamente no CIR às portas da independência de Angola era originária dos comitês de autodefesa, também compostos por marginais que, após auxiliarem a vitória do MPLA em Luanda, cometiam crimes em seu nome. Para estancar o problema, o Movimento defendeu o seu enquadramento na FLAPA. Ibid., p. 194.



peçoais instituída pelo MPLA, desde a guerra anticolonial, na trajetória e nas estratégias desenvolvidas por um grupo de professores de história entrevistados durante a pesquisa de campo realizada em Luanda.

O documento, em suas páginas iniciais, forneceu um diagnóstico do ensino em Angola, apontando como um de seus problemas a herança colonial que se refletia na baixa qualificação dos docentes, salientando a necessidade de adequar as escolas existentes aos princípios do marxismo-leninismo:

Partindo do princípio que na República Popular de Angola, o objetivo estratégico é a instalação do Poder Popular, a política educacional só pode se basear nas premissas do socialismo científico como ideologia e concepção de mundo, ao serviço da instalação da Democracia Popular e construção do socialismo. [...] Na República Popular de Angola, a política educacional deve ter como base de orientação as ideias e a riqueza do programa combativo do MPLA, assim como outros documentos contendo os princípios orientadores do Movimento<sup>352</sup>.

Findo o perigo da autonomia, o Poder Popular foi colocado no centro das preocupações do governo de Neto, mas tornado uma concessão pelo Estado e filtrado pelos princípios do Movimento debatidos na escola, consagrada como laica e gratuita.

Foram criados três subsistemas de ensino: de base, de ensino técnico profissional e ensino superior. O subsistema de ensino de base foi dividido em duas estruturas paralelas, uma voltada para a formação regular e outra para a formação de adultos.

O ensino de base era formado por oito classes, divididas em três níveis de ensino: primeiro nível: 1ª a 4ª classe; segundo nível: 5ª a 6ª classes; terceiro nível: 7ª a 8ª classes. A legislação considerava “do ponto de vista teórico” que a criança deveria ingressar no ensino de base aos seis anos de idade e concluí-lo aos quatorze anos.

Quanto aos objetivos, o ensino de base preconizava:

[...] dar ao aluno os conhecimentos e o mecanismo de pensamento necessário para a compreensão dos fenômenos naturais e sociais que o rodeiam, a adequada utilização dos instrumentos do conhecimento para que possa estar apto a adquirir uma profissão quando o terminar, através dum estágio ou através do ingresso num Instituto Médio<sup>353</sup>.

A legislação salientou que “esta escola de base tenderá a ser generalizada em função das possibilidades do país, o que implica em sua progressiva obrigatoriedade e gratuidade”<sup>354</sup>. Ou seja, embora o ensino não fosse pago, a legislação assumia em sua gênese o seu baixo

<sup>352</sup> PRINCÍPIOS DE BASE PARA A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO NA R.P.A, 1978, p. 22.

<sup>353</sup> PRINCÍPIOS DE BASE PARA A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO NA R.P.A, 1978, p. 37.

<sup>354</sup> Ministério da Educação, 1978, p. 37.

alcance que na prática se verificou, segundo André (2014) devido à falta de planificação, recursos humanos e financeiros, estes últimos direcionados para a guerra.

A formação de professores mereceu destaque nos “Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A.”, que dedicou um item especialmente ao tema, ressaltando que a sua educação devia conter uma grande carga ideológica. Promotores da formação do “homem novo”, os professores, pregava a legislação, deviam antes de tudo ser um quadro político, um ativista a mobilizar as massas, incentivando atitudes positivas.

Docente da escola pública *Nzinga Mbandi*, o percurso e as ideias do Professor Turezo da Costa representam justamente o oposto da proposição legal.

Nascido em Luanda, no dia 19 de março de 1960, Turezo Manuel da Costa foi sem dúvida, o depoente mais eloquente. Oriundo de uma família extensa, contando dez irmãos, seu pai é originário de Nzeto (município da província do Zaire), carpinteiro de profissão, era também um “faz-tudo”, graças às suas habilidades manuais foi contratado por uma empresa petrolífera, de onde se aposentou em 2016. Sua mãe, originária do Bengo, trabalhava como costureira, mas atualmente é proprietária de um “minibar”, onde serve refeições.

Turezo da Costa é Testemunha de Jeová, religião com a qual teve o primeiro contato aos sete anos de idade e nunca mais abandonou. Em várias passagens de seu depoimento reforçou a sua vinculação religiosa, atribuindo o fato de estar vivo às interdições do credo:

Então, nasci no Marçal tive uma infância muito equilibrada e estável, comecei a estudar a bíblia muito cedo com as Testemunhas de Jeová, e isso cultivou em mim, uma atitude, um espírito diferente em relação ao mundo. Porque eu tenho um espírito muito ativo em questões sociais, uma tendência muito forte para as questões políticas, mas por causa da religião eu consigo me conter e me abster porque é uma exigência fundamental das Testemunhas de Jeová<sup>355</sup>.

Apesar da estabilidade relatada por ele em sua infância, o depoente disse ter sido obrigado a deixar Luanda rumo ao Nzeto com toda a sua família – quando estouraram os conflitos entre os três movimentos de libertação –, devido às suas origens étnicas: “porque naquela altura, por causa do choque entre os movimentos todos aqueles que eram os do norte, os bakongo foram mandados, foram corridos da capital”<sup>356</sup>. Durante o deslocamento, uma de suas irmãs, então com dois anos de idade, faleceu.

<sup>355</sup> COSTA, Turezo Manuel da. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, 22 mai. 2017.

<sup>356</sup> COSTA, Turezo Manuel da. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, 22 mai. 2017.

Luena Nascimento (2015) afirmou que muitos bakongo emigrados na República do Zaire, ao tentar retornar para Angola, em 1975, foram recebidos com animosidade, sendo obrigados a recuar e voltar somente após 1976, devido a sua identificação com a FNLA<sup>357</sup>. Portanto, é possível que o professor e sua família tenham experimentado ameaças desse tipo.

Cerca de nove meses depois, Turezo e sua família retornaram do breve exílio, auxiliados, segundo ele, por tropas cubanas e angolanas, na divisa entre os dois Congos. Contribuiu para isso, a confirmação de um antigo vizinho de Luanda, presente entre os soldados, de que eles eram oriundos da capital. No retorno, seu pai que havia tirado férias, conforme dito pelo depoente, não conseguiu continuar em seu antigo emprego, no Instituto do Trabalho:

Ele diz que não aceitou que ele voltasse a trabalhar, disse que não podia voltar a trabalhar porque o senhor é bakongo. [...] embora na altura já éramos Testemunhas de Jeová e não tínhamos nada a ver com a política, mas como ele era os documentos rezassem que ele era do norte, não lhe permitiram que voltasse a trabalhar<sup>358</sup>.

A perda do emprego por pai levou à família a enfrentar dificuldades materiais. Ele teve que trabalhar vendendo tremoços e bolas de Berlim (*sonhos*), além de comercializar peças de roupas, ganhas por sua mãe da confecção onde trabalhava, no extinto mercado de rua *Roque Santeiro*. Data desse período, quando tinha por volta de dezessete anos, o início de sua carreira docente, escolhida para tentar auferir uma renda maior, buscando minimizar os problemas financeiros vividos pela família.

O professor Turezo encontrou na religião o esteio que refreou o seu ímpeto, mantendo-o afastado dos assuntos políticos, salvando-lhe a vida em sua interpretação. Foi entre os Testemunhas de Jeová, aliás que ele encontrou a unidade, defendida com ardor pelo MPLA: “Conheceu uma Testemunha de Jeová de Angola? Elas são as mesmas em todas as partes do mundo”. A religião, segundo ele, também contribuiu para a sua desenvoltura na prática docente:

E então comecei a trabalhar e como sou, e como na altura era humilde, já ligado a religião. As Testemunhas de Jeová são pessoas muito destras no estudo da bíblia, levam a questão bíblica muito séria, aquilo ajudou a cultivar uma série de qualidades e elementos que ajudaram na prática do centro educativo, falar para as pessoas, falar para os alunos tornou-se uma coisa mais fácil, porque eu já falava com pessoas na rua, pra falar com elas sobre a bíblia e assim por diante<sup>359</sup>.

<sup>357</sup> A autora afirma que o número de bakongo regressados do Congo-Kinshasa só aumentou significativamente após a Política de Clemência, adota em 1979 pelo governo angolano (PEREIRA, 2015, p. 120).

<sup>358</sup> COSTA, Turezo Manuel da. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, 22 mai. 2017.

<sup>359</sup> COSTA, Turezo Manuel da. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, 22 mai. 2017.

A modéstia, um dos princípios a serem prezados pelos pioneiros, também foi relacionada por esse professor à prática religiosa. Muito antes do MPLA, as Testemunhas de Jeová já tinham feito de Turezo Manuel da Costa, um “homem novo”, sua inserção social e experiências pessoais são percebidas pela ótica de seu grupo religioso. Ele não tinha nenhuma razão para se identificar com um governo que forçou a imigração de sua família, momento em que ocorreu o falecimento de sua irmã, e com o qual ele associou à demissão de seu pai, embora isso pudesse ter se dado por causa do longo afastamento do trabalho.

### 5.3.2 O direito como meta

A Professora Celina Aiala nasceu em Luanda, no dia 29 de agosto de 1965, seu pai era estivador no Porto de Luanda e sua mãe trabalhava como faxineira em uma empresa de seguros. Ela divide as atribuições de professora de história com as de coordenadora dessa área, na escola pública *Nzinga Mbandi*.

Durante o governo de transição, a Professora Celina declarou ter ficado dois anos sem estudar, ingressando na 8ª classe apenas aos vinte e um anos de idade! Esse fato não pode ser atribuído exclusivamente, às mudanças operadas ao longo do governo de transição. Mas há que se considerar as condições difíceis enfrentadas pela professora, cujos pais exerciam ocupações modestas, numa Angola ainda em guerra. Aos vinte e um anos enquanto lutava com a burocracia para cursar o Ensino Médio, “já tinha um bebê no colo e meus pais haviam se separado. Foi difícil estudar, tive que pedir ao Ministério [da educação], toda quinta-feira quando havia audiência, para entrar no ensino médio”<sup>360</sup>.

Para além das adversidades particulares vivenciadas pela Professora Celina, o sistema de ensino ignorava os problemas advindos dos confrontos bélicos e de uma sociedade recém-saída de um regime colonial que excluiu a maior parte da população da escolaridade formal. Assim, a admissão de alunos no Ensino Médio, com idade superior à estipulada pela legislação, encontrava barreiras:

O trabalho produtivo constará como disciplina obrigatória, embora orientado com fins puramente educativos. As atividades serão agrícolas e artesanais e, nas últimas 4 classes, introduzir-se-á uma formação técnica em ramos bem definidos: trabalho de madeira, do metal, do couro, eletricidade, agricultura mecanizada, etc. De tal forma que o aluno ao terminar a 8ª classe necessite apenas de um curto estágio para poder ser considerado operário de um ramo determinado da produção. Os alunos que terminassem o ensino de base com uma idade compatível, serão levados a ingressar num instituto de nível médio e só aqueles que tiverem uma idade que lhes permita

<sup>360</sup> AIALA, Celina. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, Luanda, 22 mai. 2017.

trabalhar serão integrados na produção, sendo, no entanto, encorajados a prosseguir os seus estudos simultaneamente<sup>361</sup>.

O aluno em descompasso com a idade “compatível” proposta no texto legal tinha antecipadamente o seu destino selado. O “encorajamento” ao qual a lei se refere deve ser examinado a partir dos objetivos do Ensino Médio, etapa na qual havia novos filtros, restringindo a escolha de determinadas carreiras e o acesso ao ensino superior.

O Ensino Médio foi dividido em quatro classes (9<sup>a</sup> a 12<sup>a</sup>) e visava preencher as lacunas profissionais existentes em Angola. Com este fim, segundo a legislação, foram criados diversos institutos técnicos abrangendo áreas variadas (mecânica, construções, mineração, saúde, gestão e administração, formação de professores, etc.), sendo atestada pela pesquisa a existência de Institutos Médios Normais de Educação (IMNE), onde os professores entrevistados estudaram.

Os institutos de nível médio<sup>362</sup> ofereciam disciplinas gerais e específicas, relativas a cada ramo técnico, capacitando os alunos para o trabalho ou ingresso no Ensino Superior no único centro disponível, a Universidade de Angola, depois rebatizada “Agostinho Neto”<sup>363</sup>.

A formação técnica docente habilitava o professor para lecionar integralmente nas quatro primeiras classes (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup>) do ensino de base e ministrar entre uma ou duas disciplinas para as quatro classes finais (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup>), referentes aos conteúdos de sua especialização. No caso de história, o curso incluía também o estudo da geografia, fato revelado nos depoimentos.

Maria Helena Armando Kitembo nascida em 18/08/1963, em Porto Amboim, no Kwanza Sul, também leciona na escola *Nzinga Mbandi*. Neta de um soba, ela cresceu em uma família de vinte e dois irmãos, convivendo com a mãe e a outra esposa de seu pai. A família numerosa deveu-se aos filhos advindos tanto de enlances paternos quanto maternos. Ela afirmou que a morte da mãe levou à desintegração familiar, motivando a sua migração para Luanda, onde passou a residir com o irmão mais velho e a cunhada.

Essa professora, cuja composição familiar desafiava o MPLA em sua condenação ao “tribalismo”, deu maiores detalhes sobre a seleção de alunos para os cursos técnicos:

Após a independência [...] quando terminávamos o Ensino Básico nós tínhamos um formulário, dávamos a preencher aquilo e tínhamos que optar por três cursos para fazer o Ensino Médio. E a educação era obrigatória. Tínhamos dois de nossa preferência e obrigatoriamente temos que optar também... educação, né? E depois

<sup>361</sup> PRINCÍPIOS DE BASE PARA A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO NA R.P.A, 1978, p. 37.

<sup>362</sup> O acesso de trabalhadores ao Ensino Médio dependia de um parecer de organismos partidários e sindicais da empresa, pautados nas qualidades demonstradas por eles no exercício de sua profissão (PRINCÍPIOS DE BASE PARA A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E ENSINO NA R.P.A, 1978, p. 41).

<sup>363</sup> ANDRÉ, 2014, p. 160.

daquilo também havia um encaminhamento...tínhamos que entregar [o formulário] para o Ministério [da Educação], e o Ministério, depois, selecionava... sabia onde colocar cada estudante, eu até queria fazer direito, mas depois acabei... fui encaminhada para fazer educação<sup>364</sup>.

O curso de Direito figurou em primeiro lugar, entre as preferências profissionais dos depoentes, por razões que serão exploradas posteriormente. A determinação do MED em encaminhá-la para a docência deixou a depoente “um *bocadito* constrangida”, conforme afirmou. Ao término do curso, ela foi submetida a uma outra imposição legal protelada por ela o quanto pôde: “[...] Porque aquilo era assim, ao fazer o IMNE, obrigatoriamente você tinha que dar aula, mas eu até, não dava mesmo, só quando terminei é que não tinha saída então, fui trabalhar”<sup>365</sup>.

Findo o Ensino Médio, o acesso ao Ensino Superior estava vinculado ao desenvolvimento de atividades produtivas pelo estudante, obrigatoriamente realizado em locais fora dos institutos técnicos, responsáveis por determinar o tipo de trabalho e o número de horas que o estudante deveria cumprir. As escolas, em conjunto com organismos partidários, de gestão e sindicais da unidade produtiva, “devem fazer uma avaliação da dedicação ao trabalho, da qualidade de atuação política e produtiva do jovem, de modo que essa avaliação conte para os resultados finais dos estudos e possível continuação para o Ensino Superior”<sup>366</sup>.

De acordo com Maria Helena, após a conclusão do Ensino Médio, os estudantes eram enquadrados como trabalhadores e pelo que se depreende de seu relato, os entraves para inscrição no curso cobiçado somados a obrigatoriedade do trabalho acabavam por determinar de vez a carreira dos estudantes:

[...] havia muitas dificuldades, sobretudo fazer a inscrição depois esperar que fosse selecionada. Então, fiquei assim muito tempo e como depois do final do curso Médio nós éramos obrigados a dar aula, aqueles que fizeram o IMNE. Também comecei a trabalhar contra a minha vontade<sup>367</sup>.

O “Poder Popular” formulado pela legislação educacional era controlado por vários tentáculos que exigiam dos estudantes o seu enquadramento involuntário às regras estabelecidas pelo MPLA, uma vez que o Partido estava imiscuído em todas as organizações, regulando a progressão dos estudantes dentro do sistema de ensino.

<sup>364</sup> KITEMBO, Maria Helena Armando. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzanga Mbandi, 22 mai. 2017.

<sup>365</sup> KITEMBO, Maria Helena Armando. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzanga Mbandi, 22 mai. 2017.

<sup>366</sup> PRINCÍPIOS DE BASE PARA A REFORMULAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO NA R.P.A., 1978, p. 40.

<sup>367</sup> KITEMBO, Maria Helena Armando. Entrevista concedida a Cláudia Maria Calmon Arruda. Luanda, Escola Nzanga Mbandi, Luanda, 22 mai. 2017.

A Professora Celina Aiala revelou que após ter concluído o Ensino Médio enfrentou novas dificuldades, dessa vez para ingressar no curso superior de sua escolha:

Eu queria fazer Direito, mas não pude devido a condições políticas e outras coisas que não sei se posso falar. Então fiquei muito tempo sem estudar. Eu tinha de entrar para o partido para fazer o curso de Direito, tinha de ser do JMPLA. E eu também não queria, mas já era da OPA só que eu não queria continuar. Então quando fui ser professora eu entrei e fui fazer logo História. Fiquei a fazer História durante muito tempo, quase quatro anos e também foi difícil entrar na faculdade [...] <sup>368</sup>.

Esse depoimento é elucidativo do controle exercido pelo MPLA na continuidade da escolarização e no veto a determinados cursos por pessoas fora da sua rede de relações. O receio da Professora Celina Aiala em falar livremente mostra o Estado repressor gestado pelo Partido, mas também exhibe a sua discordância em se moldar ao formato exigido por suas organizações de massa.

O curso de Direito também era objeto de desejo do professor Urbano Alfredo, igualmente docente na escola *Nzinga Mbandi*. Nascido em 10 de março de 1969, em Luanda, seu pai, como o de sua colega, Celina, trabalhava como estivador, primeiro na estrada de ferro de Luanda e depois no porto da mesma cidade. O trabalho intermitente, obrigava-o a constantes deslocamentos entre o município de Cacuaco, onde residia, e a capital, a fim de ganhar algum dinheiro. O pai faleceu quando o depoente tinha por volta de sete anos de idade, mesmo período em que foi obrigado a buscar refúgio nas matas com sua família, a fim de escapar dos conflitos ocasionados pela guerra. Nessa ocasião perdeu um tio, um irmão e um primo por motivos não declarados pelo depoente, embora tenha ressaltado ser frequente a ameaça de animais selvagens. O professor relatou ter estado brevemente em uma escola “meio quebrada” na mata, mas a guerra interrompeu os estudos.

### 5.3.3 A recusa ao serviço militar

O Professor Urbano e seus familiares retornaram à Luanda após a independência, quando voltou a estudar, sendo obrigado a se filiar à OPA: “eu [...] tive que servir a OPA, não era a tropa, mas era a preparação para [ser] um futuro tropa”<sup>369</sup>, serviço do qual o professor revelou querer escapar.

<sup>368</sup> AIALA, Celina. Entrevista concedida a Cláudia Maria Calmon Arruda. Luanda, Escola Nzinga Mbandi, 22 mai. 2017.

<sup>369</sup> ALFREDO, Urbano. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Luanda. Escola Nzinga Mbandi, Luanda, 22 mai. 2017.

A duração do Ensino Médio prevista pela legislação coincidiu o término dos estudos com o alistamento militar, prevendo oferecer às Forças Armadas jovens com qualificação técnica que contribuíssem para aumentar a capacidade defensiva da FLAPA. A obrigatoriedade do serviço militar excluía provisoriamente aqueles que optassem pela docência no Ensino Médio<sup>370</sup>, recurso acionado pelo Professor Urbano:

Tinha que ir para a tropa porque era a idade de ir para a tropa, então para não ir, queria continuar a estudar, fui para o curso de professor, porque nesse curso temos o privilégio, porque se fosse professor não ia para tropa. Fui fazer o curso básico de formação docente, então isso isentou-me da situação militar. Então continuei a estudar, meu sonho máximo era ser jurista, não consegui ser jurista<sup>371</sup>.

Do mesmo expediente se valeu, o Professor Luiz Simão, coordenador da área de história na escola pública *Ngola Kiluanji*, onde também leciona a disciplina. O docente deu maiores informações sobre a dispensa militar para docentes:

Eu entro para educação em 88, 1988 e em 89 houve recrutamento militar obrigatório. Já eu fiquei abrangido porque tinha 18 anos e tinha que me apresentar ao serviço militar [...] Então fez com que eu entrasse para a educação para ter direito a um documento, não é, e se chamava adiamento... era, as pessoas eram sempre adiadas, e não iam se apresentar<sup>372</sup>.

Luiz dos Santos Simão nasceu em Luanda, em 15 de abril de 1969. Seu pai era enfermeiro, mas exerceu ao longo da vida diversas ocupações, terminando os seus dias, como canalizador de águas, expondo as dificuldades enfrentadas pelos angolanos em conseguir um emprego. De uma família numerosa, contando ao todo nove filhos, sua mãe era quitandeira e também vendia carvão em um mercado no Rangel (município de Luanda), onde a família morava.

A morte do pai quando ele tinha quatorze anos, marcou o início de seus primeiros passos na docência quando começou a lecionar em casa para os seus vizinhos, a fim de ajudar no sustento da família. Acabou por ser tornar professor do “Ensino Primário”<sup>373</sup> na escola onde havia estudado. Caso idêntico ao do Professor Turezo, que iniciou a prática docente na escola onde concluíra o ensino de base, demonstrando a manutenção do sistema das *escolas da guerrilha*, onde alunos com formação até a 4ª classe atuavam como professores. Isso é

<sup>370</sup> A legislação silenciou sobre a dispensa do serviço militar para os estudantes selecionados para os institutos superiores, porém como só existia uma universidade, os cursos visavam atender a carência de profissionais no país e a admissão na universidade passava por um afunilamento, concluiu-se que os universitários também eram dispensados do ensino militar.

<sup>371</sup> ALFREDO, Urbano. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Luanda, Escola NzingaMbandi, 22 mai. 2017.

<sup>372</sup> SIMÃO, Luiz dos Santos. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Luanda, Escola Ngola Kiluanji, 24 mai. 2017.

<sup>373</sup> Depois da independência o ensino primário, passou a ser chamado ensino de base, contendo as divisões já especificadas.



facilmente compreensível devido à guerra civil em curso, mas o sistema permeável a toda sorte de influências políticas tornava a qualificação docente ainda mais dificultosa.

Apesar da experiência docente, o Professor Luiz relatou possuir outras aspirações acadêmicas:

Praticamente caí de paraquedas, porque eu queria mesmo ser é... um economista, mas infelizmente a guerra que me fez eu ser professor e dar aula pra conseguir o documento pra não entrar no exército [...] e quando fui fazer a inscrição no ensino médio já não havia mais vaga e apenas onde havia vaga era no curso de geografia e história<sup>374</sup>.

Luiz Simão justificou a sua decisão pelo fato de já ter um irmão lutando no Moxico, de onde era difícil escapar com vida, portanto não se sentiu obrigado a entrar nas forças armadas. Mas, assim como seus outros colegas se viu frustrado em não poder seguir a carreira de sua escolha.

O Professor Turezo da Costa, por sua vez, não conseguiu escapar ao recrutamento militar: “Em 1986, não tive a chance de renovar o adiamento, os professores tinham sempre o adiamento, todos os anos, mas em 1986 houve uma ordem [...] As pessoas têm que ir, tem que ser feito militar”<sup>375</sup>. Ele que escolheu a educação por questões financeiras, não queria ir para guerra por um motivo distinto de seus outros colegas:

Como testemunhas de Jeová não pego em armas porque se eu pegasse em armas, eu mataria outra testemunha de Jeová que estava do outro lado da trincheira, né? Nós somos neutros nas questões políticas e aquilo que achamos questões políticas e militares desse mundo, e então mantivemos essa posição ficamos ali presos<sup>376</sup>.

A decisão lhe rendeu uma condenação de quatro anos de reclusão, acusado de ser contrarrevolucionário. Antes da condenação, ele afirmou ter sofrido agressões na unidade militar para a qual havia sido destinado, com o intuito de fazê-lo mudar de ideia, mas ele se manteve firme no seu papel de objetor de consciência, conforme declarou.

Turezo Manuel cumpriu pena no Huambo, onde trabalhou em plantações agrícolas a fim de prover a alimentação do corpo militar e dos prisioneiros. Cozinhava, fazia compras, pois gozava da confiança dos soldados, prestava serviços na casa de chefes militares, além de lecionar para outros prisioneiros. Quando de sua transferência para Luanda, foi incumbido de

<sup>374</sup> SIMÃO, Luiz dos Santos. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Ngola Kiluanji, Luanda, 24 mai. 2017.

<sup>375</sup> COSTA, Turezo Manuel da Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, 22 mai. 2017.

<sup>376</sup> COSTA, Turezo Manuel. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda, Escola Nzinga Mbandi, 22/05/2017

serviços de limpeza urbana. Um dia após ter podado árvores no palácio do governo, ele e seus colegas detentos ganharam jogos de xadrez, como prêmio pelo serviço bem feito.

A detenção de religiosos se revelou um bom negócio para as autoridades militares. Devido ao bom comportamento desse tipo de preso, eles exploravam largamente a sua mão de obra sem pagar nada por isso:

Então... foram coisas... nós fomos presos e ao mesmo tempo éramos livre e viemos fazer trabalhos em setores e até [em] instituições públicas do Estado, mas esse trabalho não era remunerado, embora segundo a lei, mais tarde nos percebemos que nos até devíamos ter direito a salário, mas era coisa assim sabe como é que é a situação...<sup>377</sup>

#### 5.3.4 Intervenções sindicais

O Professor Luiz Simão enfrentou as mesmas dificuldades que a professora Celina Aiala para ingressar no Ensino Médio, mas graças a sua atividade junto ao Sindicato dos Professores (SINPROF) conseguiu ser admitido no IMNE:

Eu entro no Ensino Médio porque eu fui representante do sindicato na escola aonde eu dei aulas. Eu era o secretário-geral do SINPROF [...] e o SINPROF tinha contato com as escolas do ensino médio, no sentido de colocar na escola de ensino médio aqueles professores que tinha baixa a formação, e eu na altura já estava com a oitava classe e não conseguia mais avançar, aumentar o nível acadêmico. Então o SINPROF conseguiu falar com a diretora do IMNE aqui no Cazenga [município de Luanda], conseguiu me colocar pra aumentar os conhecimentos, sendo professor tinha prioridade, que também era uma das reivindicações do SINPROF na formação dos professores [...] tínhamos muitos professores com baixa formação<sup>378</sup>.

A interferência do SINPROF na admissão do Professor Simão, embora positiva, denota as ramificações sinuosas do sistema de ensino. As atividades sindicais nesse período eram controladas pela União dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), braço político do MPLA-PT nessa área<sup>379</sup>. Esse fato leva ao questionamento se caso o professor não fosse um representante do sindicato na escola, receberia o mesmo tratamento.

O professor Luiz Simão afirmou ter tomado gosto pela docência, não sem antes mencionar como os demais colegas entrevistados, as dificuldades para admissão no Ensino Superior:

Então era muita gente pra concorrer. E nessa concorrência ali, pra além dos 50 que tem ali na concorrência, ainda há aquela coisa dos conhecimentos, das pessoas que

<sup>377</sup> COSTA, Turezo Manuel. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda, Escola Nzinga Mbandi, 22/05/2017

<sup>378</sup> SIMÃO, Luiz dos Santos. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Ngola Kiluanji, Luanda, 24 mai. 2017.

<sup>379</sup> HODGES, 2001, p. 131.

estão lá em cima, um *furo* dali pra uma família... geralmente aqueles que estão lá em cima tem sempre aquela probabilidade de colocarem família nesses lugares, então o lugar ficava cada vez mais apertado para nós que somos é... que somos as massas, que somos o povo, a parte inferior da sociedade... então ali não conseguia entrar<sup>380</sup>.

O coordenador de história da *Escola Ngola Kiluanji* apenas conseguiu ingressar na universidade por volta de 2001 – quando já havia mais cursos universitários em Angola –, concluindo o curso de História no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED).

### 5.3.5 De volta ao Direito

Já o Professor Urbano Alfredo, insistiria no curso de direito, revelando em seu depoimento uma das razões de seu interesse pelo curso:

Na altura, o Direito eram as leis, as leis é que imperam uma nação, que organizava. E aí eu podia fazer parte da organização das leis, já que o país vivia um contexto conturbado, saindo da guerra, vindo para uma confusão, o país precisava ser organizado e eu achei que lá no topo, lá no laboratório “das leis”, são os juristas que lá estão, então eu queria fazer parte, mas era filho de quem eu era, não podia ser encaminhado até aí, era por encaminhamento<sup>381</sup>.

Urbano Alfredo queria dominar os códigos legais que ditavam a organização do Estado angolano, vendo nisso uma forma de acessar um sistema fechado e complexo, reservado apenas para uma pequena elite, como deixa entrever em sua fala, que lhe possibilitaria experimentar uma ascensão social. Por isso mesmo após anos de trabalho docente, ele ingressou na faculdade dos seus sonhos em 1992, mas estudou apenas até o terceiro período do curso, pois a idade, no seu entendimento, o impediria de desfrutar do *status* social almejado:

[...] disse então agora que a idade já está avançada não posso ser outra coisa, agora vou seguir a carreira de professor, abandono a faculdade de Direito porque fiz umas contas, estou agora aos quarenta e tantos anos, vou fazer Direito formo-me como jurista. Vou começar uma nova carreira e essa carreira que já trago como professor como é que fica? Como é que fica isso? Começar [...] aos quarenta, cinquenta anos, tenho pouco tempo de vida, quando é que as pessoas vão dizer o Jurista Urbano? Quando é que as pessoas vão dizer o Doutor Fulano?<sup>382</sup>.

Nas afirmações desse professor há uma internalização da estratificação acadêmica e de seu reflexo na vida coletiva, manifesto no desejo de ser reconhecido pelos títulos real

<sup>380</sup> SIMÃO, Luiz dos Santos. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Ngola Kiluanji, 24 mai. 2017.

<sup>381</sup> ALFREDO, Urbano. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Luanda, Escola Nzinga Mbandi. 22 mai. 2017.

<sup>382</sup> ALFREDO, Urbano. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Luanda, Escola Nzinga Mbandi, 22 mai. 2017.

(“jurista”) e social (“doutor”) auferidos pelo curso de Direito, indicativos de uma posição mais elevada na rígida estrutura hierárquica angolana.

A Professora Maria Helena Kitembo alegou ser o curso de Direito uma “paixão”, que compensou cursando sociologia, curso que concluiu em 2007, “é um curso social que tem muito a ver com Direito, nós temos um ramo da Sociologia que é a Sociologia do Direito. Também acho que não fugi muito, queria fazer Direito e acabei fazendo Sociologia que no fundo é um curso social”<sup>383</sup>. Ao detalhar um pouco mais o seu interesse por Direito, a professora demonstra querer compreender um pouco melhor a complexidade das leis numa sociedade atravessada por favorecimentos pessoais.

### 5.3.6 O lado da militância

Entre os depoimentos colhidos, foi possível conhecer o ponto de vista de uma docente que militou no MPLA, a Professora Antonica Carlos, única entre os entrevistados que leciona numa escola de orientação católica, o Instituto Médio Normal de Educação – Maristas “Cristo Rei”.

Antonica José de Oliveira Carlos nasceu em 3 de junho de 1960, na província do Zaire, migrou primeiro para Luanda, aos dois anos de idade, depois da transferência de seu pai, que era enfermeiro, para a capital, segundo afirmou.

O envolvimento de seu pai em atividades políticas determinou novas mudanças, até ele ser preso no Kwanza Norte:

Eu era pequena, tinha 10 anos apenas, quando chegou um grupo de elementos em casa e levou o pai. E depois a mãe nos pôde a explicar que era por questões políticas, que o pai fazia política naquela altura e que nós não entendíamos, e só quando foi 25 de abril de 1974 meu pai foi liberto<sup>384</sup>.

A prisão do seu pai alterou a rotina familiar, forçando a sua vinda para Luanda, a fim de residir na casa de sua avó materna, dividindo o espaço com um tio e uma prima. Sua mãe, até então dona de casa, passou a vender legumes e frutas, contando para isso com o auxílio dos dez filhos que abandonaram os estudos. A depoente declarou estar na 4ª classe quando isso aconteceu, em 1970, retornando à escola apenas em 1975. Ela também se recordou da interrupção dos estudos durante o governo de transição, mencionada pela Professora Celina,

<sup>383</sup> KITEMBO, Maria Helena Armando. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, Luanda, 22 mai. 2017..

<sup>384</sup> CARLOS, Antonica José de Oliveira. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. INME, Maristas, “Cristo Rei”, Luanda, 25 mai. 2017.

situando esse evento em 1976: “[...] o ensino estava a ser reformulado e então foi necessário a interrupção daquele ano acadêmico e dar-se um novo ano acadêmico e aí foi chamado ano da recuperação”<sup>385</sup>. Percebi que a Professora Antonica encarou a suspensão dos estudos como algo inerente ao processo de independência, postura relacionada a sua intensa militância na OMA, narrada com entusiasmo por ela:

Fui formadora, participei da alfabetização das mulheres, participei do primeiro grupo de mulheres em Angola que jogou futebol, participei na cultura e arte, em apoio aos militares estrangeiros cubanos que vinham em serviço pra Angola! Íamos como animadores culturais para a Quinta Rosalinda, Hotel Costa do Sol, fiz a recruta [recrutamento] na primeira região, aqui no Bengo<sup>386</sup>.

Essa filiação, no entanto, não a impediu de ficar fora do ensino médio, no ano de 1979, em sua primeira tentativa:

Em 79 matriculei-me para o Instituto Médio, mas não foi possível o ingresso. Em 1980 [ingressei] no IMNE Garcia Neto na especialidade de História e Geografia. Em 81 interrompi por motivo de gestação, tive meu primeiro filho, em 84,85... terminei o Garcia Neto. Concorri à Faculdade de Ciências, ao Instituto de Formação da Educação e à Faculdade de Economia, então fiquei enquadrada de 1986 a 1992<sup>387</sup>.

Entre os depoentes, a Professora Antonica foi a única que escolheu a cadeira de História, opção motivada pela militância na OMA que lhe despertou o interesse em saber mais sobre a história de Angola, segundo afirmou. Em contraste com a trajetória de seus colegas, o seu ingresso na Universidade ocorreu de forma mais rápida, sendo percebido por ela como um desdobramento da militância:

Na altura, havia o encaminhamento para as diversas instituições de ensino superior e pela qualidade de ensino [...] eu frequentava a OMA, eu era ativista na OMA e então queria conhecer melhor a história de Angola, eu queria saber a essência da formação dos reinos. Foi umas das maiores preocupações que me levou a escolher a especialidade história<sup>388</sup>.

A Reforma do Ensino de 1978 exibiu as particularidades do socialismo implantado em Angola, transparecendo a concepção de dois mundos, um formado pelos privilegiados e um outro integrado pelos depoentes, as pessoas comuns, como disse o Professor Turezo, que apenas tentaram decodificá-lo, escapar de sua trama, buscando uma inserção mínima pela via

<sup>385</sup> CARLOS, Antonica José de Oliveira. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. INME, Maristas, “Cristo Rei”, Luanda, 25 mai. 2017.

<sup>386</sup> CARLOS, Antonica José de Oliveira. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. INME, Maristas, “Cristo Rei”, Luanda, 25 mai. 2017.

<sup>387</sup> CARLOS, Antonica José de Oliveira. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. INME, Maristas, “Cristo Rei”, Luanda, 25 mai. 2017.

<sup>388</sup> CARLOS, Antonica José de Oliveira. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. INME, Maristas, “Cristo Rei”, Luanda, 25 mai. 2017.

da escolarização. Nesse mundo à margem, também estão pessoas como a Professora Antonica, que fizeram da militância partidária o caminho para a construção do Estado angolano, como ela mesmo disse: “[...] tudo era uma atividade dinâmica a favor do partido. Foram estas as atividades às quais se dedicou desde o término do Ensino Médio, seguindo a disposição legal, dividindo o seu tempo entre a atividade docente, os cuidados com os filhos e a sala de aula, como ela mesmo se definiu ao mencionar as dificuldades vividas no período: “mãe, trabalhadora e estudante”.

#### 5.4 Os novos manuais escolares

A produção didática no pós-independência se deu sob novos termos, Adolfo Maria após ter conseguido driblar a DISA, vivendo de forma clandestina com o auxílio de amigos e de sua esposa, recorreu à anistia concedida pela Presidência da República, em novembro de 1978. Mesmo assim, foi preso e depois condenado à residência fixa em Angola por dois meses, passado esse período foi expulso do país, em 1979. Maria do Céu Reis conseguira escapar antes do início das prisões e buscara refúgio em Paris<sup>389</sup>. Da vigilância política ao sistema de ensino, o MPLA mostrou-se exímio em reproduzir as práticas aprendidas durante os longos anos vivendo sob o domínio português.

Apesar da dissolução do grupo, os manuais escolares utilizados após a independência, tiveram a marca do CEA. “História de Angola” ganhou uma reedição, em 1976, antes mesmo da Reforma do Ensino, num contexto assinalado pela criação da União dos Escritores Angolanos (UEA).

Fundada em Luanda, no dia 10 de dezembro de 1975, a UEA teve entre seus membros fundadores Pepetela e Manuel Rui. Criada na data comemorativa do vigésimo primeiro aniversário oficial do MPLA, a instituição teve um importante papel na produção bibliográfica angolana:

[...] até o final dos anos oitenta, toda as publicações em Angola foram realizadas pela União dos Escritores Angolanos ou pelo Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD) que negociavam a publicação com as editoras do exterior. A produção e impressão dos livros que circulavam em Angola eram realizadas por editoras portuguesas contratadas pela UEA, o que envolvia alguns acordos de publicação para as edições que saíssem em Portugal. [...] do ponto de vista editorial, o que se modificava era o selo, que em Portugal circulava com o selo da editora portuguesa e em Angola com o selo da UEA ou do INALD<sup>390</sup>.

---

<sup>389</sup> PERES, 2010, p. 95-97.

<sup>390</sup> MARCON, 2011, p. 33.

A edição de “História de Angola” elaborada no pós-independência foi assinada pelo Centro de Investigação Pedagógica e Inspeção Escolar de Angola (CIPIE) e pelo MED. O exemplar analisado é uma edição portuguesa, datado de 1976, que integra o acervo Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE).

Segundo Marcelo Bittencourt (2010), esse livro foi o principal manual escolar sobre a história angolana até os anos 80. Nas escolas, a distribuição do manual nas escolas se deu por meio de fascículos, como narrou a Professora Maria Helena:

Nós trabalhávamos com fascículos, é nesses fascículos, na quinta e na sexta, a história que nós dávamos era a história de Angola. Era a História de Angola, a chegada dos portugueses, falávamos dos primeiros habitantes que habitaram Angola, falávamos do período pré-colonial, falávamos da formação de reinos, das lutas de resistência em que se destacaram muitos reis como Nzinga Mbandi, Ngola Kiluanji<sup>391</sup>.

“História de Angola” sofreu algumas alterações, ganhando um caráter mais didático, com explicações sobre os tipos de fontes históricas e as “ciências auxiliares da história”. A nova edição recebeu mais ilustrações e enxertos de textos escritos por autores variados. Na bibliografia, além de nomes estrangeiros, consta apenas à referência a um livro não publicado de Henrique Abranches<sup>392</sup>, “Estudo sobre a Sociedade Conguesa”, sem fazer qualquer menção às contribuições de Adolfo Maria.

As pequenas alterações não alteraram a essência de “História de Angola” que manteve a análise historiográfica marxista, o combate às divisões de caráter tribal e a defesa da unidade do povo angolano, conforme assinalado em sua introdução:

É a unidade cultural do povo angolano que para lá da diversidade se há de encontrar através da história nacional e nem a existência de reinos governados por Ntolila, Ngola ou Yala Mwaku podem fazer esquecer a existência de um substrato comum – as condições objetivas da existência material, as necessidades, as aspirações, as movimentações coletivas – que sobreviveu a toda uma ação corrosiva que procurou aniquilar essa identidade cultural: o colonialismo<sup>393</sup>.

Sem mudanças substanciais em seu conteúdo, as capas de *História de Angola* elaboradas nos períodos pré e pós-colonial são representativas da leitura da história angolana sugerida pelo MPLA. Ambas as capas representam alegorias das bandeiras do Movimento e de Angola, que emolduram imagens relativas aos antigos reinos que compuseram o país no passado.

<sup>391</sup> KITEMBO, Maria Helena Armando. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, 22 mai. 2017.

<sup>392</sup> Henrique Abranches após a independência foi designado para dirigir a Escola de Oficiais-Comandos e de Telecomunicações. (FIGUEIREDO, 2012, p. 345).

<sup>393</sup> CIPIE, 1976.

O pavilhão nacional adotou as mesmas cores e a divisão geométrica da bandeira do MPLA, cujos significados são idênticos ou muito próximos, num processo de derivação e amálgama que torna difícil distinguir as fronteiras entre o Estado e o grupo político que o forjara. O simbólico foi mobilizado a fim de promover uma identificação entre Estado e partido:

O valor assumido pela bandeira cresce de forma logarítmica em relação àquilo que ela é fundamentalmente, um pedaço de pano retangular pintado com certas cores e formas. O seu valor supera em determinadas circunstâncias o referente que representa (o país, a nação) e que é menos fácil de “agarrar” do que o símbolo [...] como Durkheim já comentava a propósito dos símbolos totêmicos em relação ao próprio totem: “chega-se ao resultado notável de as imagens do ser totêmico serem mais sagradas que o próprio ser totêmico”. E acrescentava que o signo “toma o lugar” do referente, “é a ele que são reportadas as emoções” que o referente provoca [...] <sup>394</sup>.

Figura 6 - Bandeira do MPLA



Fonte: disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira\\_do\\_MPLA](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_do_MPLA)>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Figura 7 - Bandeira de Angola

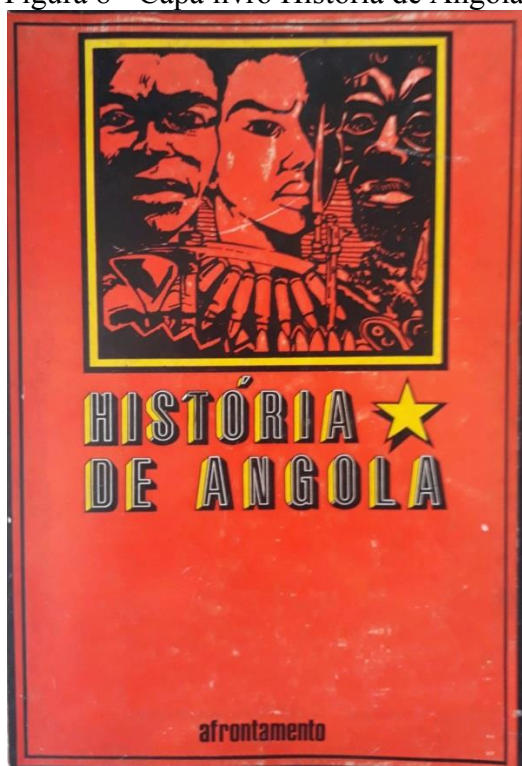


Fonte: disponível em: <<http://www.bandeirasnacionais.com/angola>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

<sup>394</sup> TORRES, 2008, p. 138.

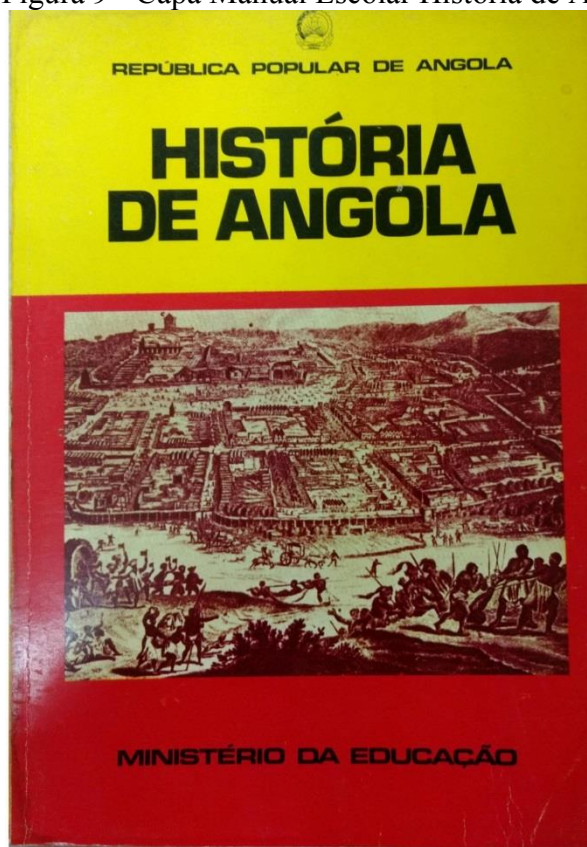


Figura 8 - Capa livro História de Angola



Fonte: CEA, 1965.

Figura 9 - Capa Manual Escolar História de Angola



Fonte: acervo do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), 1976.

Nesse período foram elaborados outros manuais escolares que sugerem essa mesma leitura, destacando-se o livro didático “Iniciação à História de Angola - 4ª classe”, elaborado pelo CIEPI/MED em finais da década de 1970<sup>395</sup>, que segue a linha historiográfica da escola de Argel.

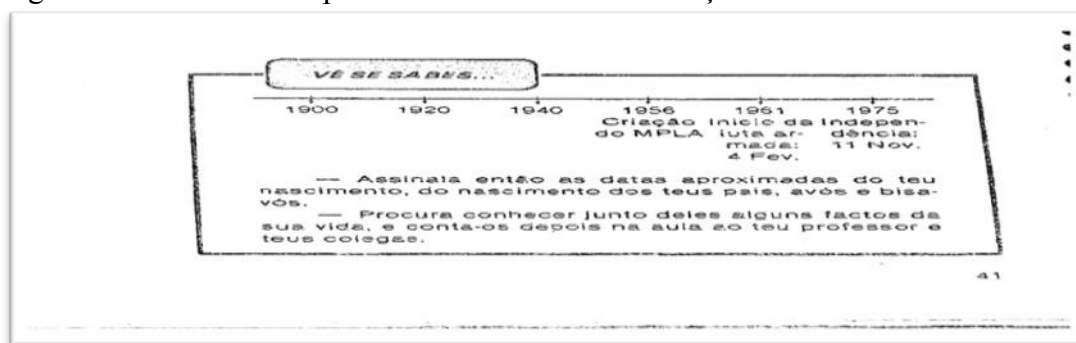
“Iniciação à História de Angola” foi dividido em nove unidades: 1) A minha localidade; 2) A vida no presente e no passado; 3) O tempo; 4) A vida dos primeiros homens; 5) A vida nos primeiros reinos; 6) A escravatura; 7) A resistência; 8) A vida no tempo colonial; 9) A luta de libertação; 10) A independência; 11) Reconstrução Nacional.

O livro adotou uma combinação de exercícios baseados na memorização, alternando o método catequético à associação de figuras com o conteúdo ensinado, baseado no modelo criado por Ernest Lavisse<sup>396</sup>. Consta também, a elaboração de pequenos textos denotando uma maior ocidentalização na prática do ensino, com o sociodrama saindo definitivamente de cena.

Para efeito dessa análise serão discutidas as unidades “3) O Tempo” e a “9) A luta de libertação” por conterem elementos que evidenciam a história de Angola como tributária do MPLA e a transmutação da memória em história nacional.

A linha do tempo apresentada na terceira unidade do manual escolar, além de conjugar a vida individual ao coletivo representado pelo MPLA, como já mencionado no capítulo 1, a distribuição dos fatos no exercício associa à luta pela independência e a sua conquista ao Movimento.

Figura 10 - Linha do tempo - Manual Escolar de Iniciação à História



Fonte: CIEPI/MED, [197-].

Norbert Elias (1998) ao propor uma teoria social do tempo, mostrou como o recuo ou o avanço das datas no calendário dependem exclusivamente de decisões humanas. Assimilada

<sup>395</sup> A cópia deste manual foi gentilmente cedida pelo Professor Anderson Ribeiro Oliva da Universidade de Brasília.

<sup>396</sup> BITTENCOURT, 2011, p. 67-69.

como inata, a organização temporal esteve intimamente associada a resoluções de caráter político e religioso, evidenciando o poder das instituições e a relativa facilidade com que o homem, passado um determinado período, naturalizava a novidade como se tivesse sido fixada nos primórdios de sua existência. Esse tempo (re)construído dependia de um acontecimento norteador, que promovesse a conciliação entre as experiências passadas e os eventos recentes, como o MPLA tentou fazer:

[...] à medida que as sanzalas e os quimbos eram libertos do inimigo, o MPLA punha a funcionar postos sanitários e escolas onde homens, mulheres e crianças eram assistidos e aprendiam. Para instrução e treino militar, informação e formação política, foram criados os CIR [...] Nesses locais o guerrilheiro e o povo lutavam na mesma trincheira. Mulheres, homens idosos e crianças cultivavam para se alimentarem e também para alimentar os homens e mulheres que nas frentes de combate davam o seu sangue e até a vida pela liberdade<sup>397</sup>.

Enquanto a autora dos sociodramas fora obrigada a deixar o país para não ser presa, o método concebido por ela ajudava a compor a história do MPLA, transpondo a fantasia presente nos sociodramas de *Formação Militante*, para o passado do Movimento:

Os nossos poetas cantavam a luta de libertação do nosso povo, o seu sofrimento, os nossos heróis, nos dias de festa e momentos de recreio, realizavam-se danças e representações teatrais que animavam e estimulavam os combatentes a prosseguir os combates<sup>398</sup>.

Em contraponto à memória da luta, o Professor Luiz Simão nos trouxe relatos de sua experiência como estudante no pós-independência e sua interpretação da história contada nos manuais escolares do período:

Bom, é, no partido único, logo após os anos 75, nós usávamos um tipo de manual, melhor dizer, um manual revolucionário, é [...] então os temas eram praticamente relacionados ao país socialista, como o tema: “a escola é do povo”, é [...] “a caneta é a arma do pioneiro” e tantos outros temas que vem nesses livros. [...] Era tudo relacionado a um país socialista [...] à medida que o tempo foi passando, os livros também foram mudando, depois o país mudou, de uma política pra outra, saiu de um país socialista para um país democrata. Então praticamente que aí houve mudanças automaticamente, também em relação aos livros, principalmente se for ver nos livros de história mudou muito, falávamos da Era Colonial, falávamos do Partido do MPLA, depois mudou. Depois quando mudou, depois da democracia, começamos já a falar dos reinos de Angola [...]”<sup>399</sup>.

Embora os livros didáticos abordassem a história de Angola, o Professor Luiz a identificou como sendo do MPLA. Já as professoras Celina Aiala e Maria Helena Kitembo guardam a lembrança da história dos antigos reinos descritas nos manuais escolares: “Bem, na

<sup>397</sup> CIPIE/MED, [197-], p. 101.

<sup>398</sup> Ibid., p. 103-104.

<sup>399</sup> SIMÃO, Luís dos Santos. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Ngola Kiluanji, Luanda. 24 Mai. 2017.

quarta classe me lembro da gente falando dos reinos de Angola. Aprendi todos os reinos na quarta, quinta e sexta classe”<sup>400</sup>.

Os professores Urbano Alfredo e Turezo Manuel da Costa se detiveram nas críticas aos atuais manuais, oriundos da reforma do ensino de 2001, embora instados a responder a respeito, eles preferiram discorrer sobre os conteúdos que gostariam de ver abordados nos livros didáticos em Angola. A fala do Professor Urbano é como uma síntese da reação de ambos, uma vez que os docentes não são consultados a respeito do conteúdo dos manuais escolares, eles encontraram um espaço onde puderam expor as suas críticas:

Sobre a hierarquização que falei, o programa que vai ser ensinado ao povo, uma nação, é programa traçado superiormente e aquilo é “baixado” cá para as escolas, então nós professores pegamos este programa, vamos aos conteúdos e fazemos nossa aula para ensinar aquilo que o governo quer que seja ensinado a seu povo e quem é o mediador entre o que está traçado superiormente e para transmitir a nova geração, é o professor<sup>401</sup>.

Nas lembranças dos professores entrevistados, os manuais escolares elaborados após a independência, remeteram a uma história do MPLA ou à história dos antigos reinos ou simplesmente ao silêncio de uma época onde eles se “originaram do partido único” e não era democracia, como assinalou o Professor Urbano Alfredo<sup>402</sup>. Mesmo a Professora Antonica Carlos foi lacônica ao afirmar que lecionou ciências sociais e não usou os manuais escolares desse período, pois nessa disciplina eram disponibilizados fascículos. Depoimento que contrasta claramente com sua alegria ao recordar que alfabetizava as “mamás”, com seus filhos amarrados às costas, sinalizando que aquele era um tempo de entusiasmo, esmaecido pelas práticas adotadas pelo Partido logo em seguida.

A ideologia política disseminada pelo MPLA não encontrou eco nesse pequeno grupo de professores que, fizeram de fato do ato de estudar um dever revolucionário diante das adversidades impostas pela guerra, elaboraram estratégias para sobreviver em meio a perdas familiares e criando brechas para acessar ou contornar um sistema que lhes era desfavorável.

---

<sup>400</sup> AIALA, Celina. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, Luanda. 22 Mai. 2017.

<sup>401</sup> ALFREDO, Urbano. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, Luanda. 22 Mai. 2017.

<sup>402</sup> ALFREDO, Urbano. Entrevista concedida à Cláudia Maria Calmon Arruda. Escola Nzinga Mbandi, Luanda. 22 Mai. 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pedagogia estruturada em Argel pelos intelectuais do Centro de Estudos Angolanos (CEA), em 1965, deu forma a um modelo de história marxista, pautado na sucessão dialética dos modos de produção, cuja etapa final se encontra na transição para o socialismo. Esse paradigma historiográfico dotou a história angolana de um sentido progressista. Nele, a história de Angola emerge junto as lutas pela libertação nacional. Os livros escolares contribuem assim para a produção de um imaginário acerca de um povo que começava a tomar as rédeas do seu próprio destino.

O rompimento com a dupla dominação a que estava sujeita a nação angolana, abatida por um colonialismo subalterno e associado ao capital transnacional, foi usado pelo MPLA para justificar ações contundentes e a necessidade de unificar a luta. Essa “força galvanizadora” adquire centralidade na história contemporânea de Angola, levando os intelectuais do CEA a se unirem a ela.

O ensino de história na Angola pós-independência recupera a tradição novecentista de ancorar a educação moral e cívica à história nacional, a fim de modelar os cidadãos pelas diretrizes e normas do Estado. A moralidade laica foi introduzida como forma disciplinar ainda durante a luta anticolonial. As duras condições de vida nas zonas libertadas eram suportadas com o auxílio da rígida moral comunista, imperante nas atitudes e práticas cotidianas dos membros do MPLA.

O sucesso da revolução preconizada pelo MPLA dependia da formação de um “homem novo”, função da qual se encarregaram as organizações de massa do partido, destacando-se o papel da Organização dos Pioneiros de Angola (OPA), braço político do MPLA que atuava junto a adolescentes e crianças e cuja congregação durante a colonização se dava nas escolas. Aos pioneiros foram destinados manuais escolares que construíam uma história do nacionalismo angolano atrelada à trajetória do MPLA e o ensinamento de mandamentos cívicos disciplinadores de seu caráter. Depois da independência o enquadramento das crianças e adolescentes na OPA passou a ser obrigatório, de modo que a sociedade civil apenas operasse a partir das determinações do Partido-Estado.

A oposição ao colonialismo levou à formação de um movimento pela unidade nacional que terminou por reduzir a pluralidade etnocultural e as divergências políticas a simples oposições de classe. Representado pelo MPLA, após a independência o nacionalismo angolano serviu para reprimir a oposição e estabelecer o controle do aparelho burocrático de Estado. Todo o pensamento divergente passou a ser tratado como contrarrevolucionário,

conforme fica demonstrado na prisão do Professor Turezo Manuel da Costa, no momento em que ele se recusa a participar do alistamento militar devido ao seu credo religioso.

Cabe ressaltar que o rigor cívico e o respeito às instituições foram observados em cenas do cotidiano em Luanda durante a pesquisa de campo. Nas escolas visitadas, o coordenador pedagógico assiste eventualmente às aulas dos professores a fim de verificar se estão em conformidade com o planejamento. Nas repartições públicas foram encontrados avisos sobre assiduidade, cumprimento de horários e nas escolas, como dito na introdução deste trabalho, as frases de cunho moralista estavam inscritas em todas as instituições públicas visitadas ou observadas apenas do lado externo.

A OPA, agora Organização de Pioneiros Agostinho Neto, em homenagem ao seu fundador, funciona até os dias atuais. A organização admite a filiação de nacionais ou estrangeiros até o limite de dezesseis anos de idade, os jovens com idade inferior devem ter autorização dos pais ou do encarregado da educação (responsável). Destituída de seu caráter militarista, a OPA é atualmente uma associação apartidária e não governamental, cujos diretores têm acesso franqueado aos órgãos que tratam dos interesses da criança angolana, deliberação que aparenta estar em comum acordo com o poder público, dada a sua inserção nos órgãos estatais que disponibilizam salas para a realização de seminários e na assinatura de acordos que lhe permitem promover atividades extraescolares nas áreas de informática, educação patriótica, moral e cívica, além da ampla divulgação de suas atividades pela agência oficial de imprensa do governo, a Agência Angola Press (ANGOP).

A OPA participa ativamente das comemorações de caráter nacional, inclusive do carnaval. Até 2016 foram localizados registros de atividades realizadas pela Organização no âmbito da educação, incluindo a realização de seminários de atualização para professores e de jornadas patrióticas em várias províncias, sempre com o intuito de ensinar aos alunos a relevância dos símbolos nacionais e o amor à pátria.

Baixadas as armas, a OPA continuou a trilhar o caminho de uma história monolítica, legitimada por um fazer historiográfico elaborado em compasso com a trajetória do MPLA.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Carlos Alberto. Política, religião e colonialismo em Angola. In: *Revista Sol Nascente*, CISN, Huambo, n. 8, mai/2015, p. 95-121.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRÉ, Rebeca Helena. *O ensino de história em Angola entre 1960 e 2012: evolução, formulação de professores e cooperação internacional*. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2014.
- AGOSTINHO, Michele de Barcelos. Impressos para uso em escolas missionárias: o caso de uma professora brasileira em missão protestante na Angola portuguesa. In: *Revista Afro-Ásia*, n. 52, 2015. p. 339-360. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9771/1981-1411afro-%C3%A1sia.v0i52.21890>>. Acesso em: 3 abr. 2018.
- ARENDT, Hannah. A Tradição e a época moderna. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.
- ARAUJO, Kelly Cristina Oliveira de. “*Um só povo, uma só nação*”: o discurso do Estado para a construção do homem novo em Angola (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.
- BARBOSA, Muryatan Santana. Pan-Africanismo: unidade e diversidade de um ideal na Présence Africaine (1956-63), *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios, Florianópolis, 27-31 jul. 2015.
- BARROS, Liliane Batista. As cartas da Langidila: memórias de guerra e escrita da história. In: *Tabuleiro de Letras*, n. 6, , Bahia, jun. 2013. p. 323-344.
- BARROSO, João. *Cultura, cultura escolar, cultura de escola*. In: *Objetos Educacionais UNESP/UNIVESP*, 2013. p. 181-199. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/65262>>. Acesso em: 18 mar. 2018.
- BATSÍKAMA, Patrício. A mulher na luta de libertação e na construção do Estado-Nação em Angla: o caso de Luzia Inglês Van-Dúnem. In: *Revista Cantareira* [online], UFF, Niterói, 25ª edição, jul./dez. 2016. p. 72-87.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Paulo Freire*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! In: *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, jul./set. 2016. p. 504-521.

BERNAT, Isaac Garson. *O olhar do griot sobre o ofício do ator: reflexões a partir do encontro com Sotigui Kouyaté*. Tese (Doutorado em Teatro) - Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o ensino de História. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 32, n. 93, mai/ago. 2018. p. 127-149. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142018000200127&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200127&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BITTENCOURT, Marcelo. A Criação do MPLA. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, n. 32, dez. 1997. p. 182-208.

\_\_\_\_\_. *Dos jornais às armas: trajetórias da contestação angolana*. Lisboa: Editora Vega, 1999.

\_\_\_\_\_. Angola: tradição e modernidade. In: REIS, Daniel Aarão; MATTO, Hebe; OLIVEIRA, João Pacheco; MOARES, Luís Edmundo de Souza; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. Fissuras na luta de libertação angolana. In: *Revista Metis*, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, 2012. p. 237-255.

\_\_\_\_\_; PINTO, Ivair. A questão étnica e racial nas eleições angolanas. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, n. 25, dez. 1993.

BOLDRYEV, Nikolai Ivanovitch. *A formação da Moral Comunista*. Moscou: Sociedade de Divulgação de Conhecimentos Políticos e Científicos, 1951.

BOTO, Carlota. Aprender a ler: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez., 2004. p. 493-511.

CANCELA, Diogo da Silva. “Solidariedade internacional”: a revolução argelina e os movimentos anticoloniais (MPLA, FRELIMO e PAIGC) e Antifascistas (FPLN). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

CASTELO, Cláudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. In: *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos - 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: Actas*. Lisboa: CEA, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2244>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS. *História de Angola*. Porto: Edições Afrontamentos, 1965.



CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PARA TECNOLOGIAS INTERATIVAS. *Artigo sobre o livro as “Aventuras de Ngunga”*. Disponível em: <<http://www.citi.pt>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PEDAGÓGICA E INSPEÇÃO ESCOLAR DE ANGOLA. *História de Angola*. Luanda: República Popular de Angola/Ministério da Educação, 1976.

\_\_\_\_\_. *Iniciação à História de Angola - 4ª classe*. República Popular de Angola/Ministério da Educação, [197-].

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: *História: novos problemas*. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CHABAL, Patrick. Twilight zone: sociedade civil e política em Angola. In: *Sociedade civil e política em Angola: enquadramento regional e internacional*. VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (Orgs.). Edições Firmamento, Média XXI: Luanda e Lisboa, 2008.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. In: *Revista História da Educação*, v. 6, n. 11, Pelotas, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. In: *História da Revista Educação*, Pelotas, v. 13, n. 27, Pelotas, jan./abr. 2009. p. 9-75.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria e Educação*, n. 2, 1990. p. 177-229.

CORREIA, Stéphanie Caroline Boechat. *O reino do Congo e os miseráveis do mar: o Congo, o Sonho e os holandeses no atlântico*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CUNHA, Anabela. “Processo dos 50”: memórias da luta clandestina pela independência de Angola, Mangualde. In: *Revista Angolana de Sociologia*, n. 8, 2011. p. 87-96.

CUNHA, Luís. Entre ideologia e propaganda: a construção do herói nacional. In: *Jornadas Interdisciplinares Poder e Sociedade*, 2, Universidade Aberta, 1995, Lisboa.

DÁSKALOS, Sócrates. *Um testemunho para a história: do Huambo ao Huambo*. Memórias e crônicas. Lisboa: Vega, 2000. Disponível em: <[http://www.adelinotorres.info/africa/socrates\\_daskalos\\_um\\_testemunho\\_para\\_a\\_historia\\_de\\_angola.pdf](http://www.adelinotorres.info/africa/socrates_daskalos_um_testemunho_para_a_historia_de_angola.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. *Dia do Pioneiro Angolano*. Lusaca: MPLA, 1971. Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

\_\_\_\_\_. *A educação Moral*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

ELIAS, Norbert. *Sobre o Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1968. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1882/dialetica/index.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. *Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção Popular de Educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009.

FERRREIRA, Pedro. Casa dos Estudantes do Império: pelo regime e contra o regime. In: ROLLO, Maria Fernanda (Coord.), *Atas do I Congresso de História Contemporânea*. Lisboa: Rede de História Contemporânea, Instituto de História Contemporânea-UNL, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX-UC, 2013.

FIGUEIREDO, Fábio Baqueiro. *Entre Raças, tribos e nações: os intelectuais do Centro de Estudos Angolanos (1964-1980)*. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos-Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

FONSECA, Dagoberto. As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola. In: *Anais do SIELP*, v. 2, n. 1, EDUFU, Uberlândia, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987.

\_\_\_\_\_; GUIMARÃES, Sérgio. *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FUNDAÇÃO AGOSTINHO NETO. *Discurso de independência proferido por Agostinho Neto, 1975*. Disponível em: <<http://www.agostinhoneto.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2015

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. Ata da Reunião realizada na sede do MPLA, em Léopoldville, no dia 12 de Outubro de 1962. Disponível em: <<http://www.casacomum.org/>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

FURET, François. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, 1982.

GONÇALVES, José. *Angola a fogo intenso*. Lisboa: Cotovia, 1991.

GRAMSCI, Antônio. *O ressurgimento e a unificação da Itália*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GUIBERNAU i BERDUN, Maria Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HODGES, Tony. *Do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais: Principia, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. *Iniciação à História*. Luanda: República de Angola/Ministério da Educação, 2000.

JESUS, Leandro Santos Bulhões de. Amílcar Cabral, Frantz Fanon, Joseph Ki-Zerbo, Viriato da Cruz, W. du Bois: memórias das lutas anticoloniais pela independência e unidades africanas em Mário de Andrade. In: *Revista Eixo*, v. 6, n. 2 (Especial), nov. 2017. p. 21-29.

KEBANGUILAKO, Dinis. *A Educação em Angola: sistema educativo, política públicas e os processos de hegemonização e homogeneização política na Primeira República: 1975-1992*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

KODJO, Eden; CHANAIWA, David. *Pan-africanismo e Libertação*. In: *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010. p. 897-924.

KUSHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Revista Estudos Históricos*, FGV, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999. p. 227-250.

LAURITI, Thiago. As aventuras de Ngunga, de Pepetela: muito além da cartilha. In: *Via Atlântica*, n. 14, 2008. p. 211-216. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/va.v0i14.50408>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LINHARES, Maria Yedda. *A luta contra a metrópole (Ásia e África: 1945-975)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

LOCKSLEY, Edmondson. A África e as regiões em via de desenvolvimento. In: MAZRUI, Ali A. Mazrui; WONDJI, Christophe (Ed.). *História Geral da África VIII: desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

MARCON, Frank. Os romances de Pepetela e a imaginação da nação em Angola. In: *História Revista*, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 31-51, jan./jun. 2011

MARQUES, Inácio Luiz Guimarães. *Memórias de um golpe: o 27 de maio em Angola*. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENEZES, Maria Paula G. O “indígena” africano e o “colono” europeu: a construção da diferença por processos legais. In: *e-cadernos ces* [Online]. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/403>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

MESSIANT, Christine. Sur la première génération du MPLA: 1948-1960. Mário de Andrade, entretiens avec Christine Messiant. In: *Lusotopie*, 1999. p. 185-221.

\_\_\_\_\_. Em Angola até o passado é imprevisível: a experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular o MPLA: fontes, crítica, necessidades atuais de investigação. In: *Construindo o passado angolano: as fontes e sua interpretação*. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola, 4-9 ago. 1977. Luanda, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 805-859.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Princípios de base para a reformulação do sistema de ensino da R.P.A.*, Luanda, 1978.

MOVIMENTO PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. *Première Conférence Nationale du Mouvement Populaire de l'Angola (MPLA)*, 1962a. Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. *Programa de Ação Imediata*. [S.l.]: MPLA, 1962b. Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. *Comunicado do MPLA sobre a expulsão dos militantes Matias Miguéis, Viriato da Cruz, José Miguel e José Domingos*, MPLA, 1963. Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em: 12 mar. 2018

\_\_\_\_\_. *Decisões finais e atas da I Assembleia Regional de Militantes da I e II Regiões*, Dolisie, 1968. Disponível em: <<http://www.casacomum.org>>. Acesso em 20 dez. 2018.

MOREIRA, Neiva. Luanda Sitiada. *Cadernos do Terceiro Mundo*, ago. 1994. Disponível em: <<http://www.repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813/211>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

NASCIMENTO, Santos Washington. *Minha mãe me entregou nas mãos do professor para fazer de mim o que quisesse e pudesse: memórias da educação escolar em Angola*. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 55, p. 231-249, mar. 2014.

NASCIMENTO, Luena. *Os Bakongo de Angola: etnicidade, religião e parentesco num bairro de Luanda*. Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ, 2015.

NETO, Manuel Brito. *História e Educação em Angola: do colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. In: *Lusotopie*, n. 4, 1997. p. 327-355.

NETO, Maria da Conceição. A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o “indigenato”. In: *Ler História* [Online], 59 | 2010. Publicado no dia 26 janeiro 2016. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1391>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

NETO, Teresa José Adelina da Silva. *Contribuição à história da educação e cultura em Angola: grupos nativos, colonização e independência*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NGULUVE, Alberto Kapitango. Política Educacional Angola (1976-2005): organização, desenvolvimento e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NOBRE, Iziane Silvestre. 1917 e a tentativa de construção do homem novo. In: *Marx e Marxismo*. Publicação do Núcleo Interdisciplinar sobre Marx e Marxismo, v. 6, n. 10, jan./jun. 2018, Niterói. p. 44-66.

NORÉ, Alfredo; ADÃO, Áurea. O ensino colonial destinado aos indígenas de Angola. Os antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo. In: *Revista Lusófona de Educação*, n. 1, 2003. p. 101-126.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*, n. 10. São Paulo: PUC-SP, 1993.

NORÉ, Alfredo; ADÃO, Áurea. O ensino colonial destinado aos “indígenas” de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo. In: *Revista Lusófona de Educação*, n. 1, Lisboa, 2003. p. 101-126.

NUNES, Celia Maria. *As possibilidades da mediação do Sociodrama como leitura política da exclusão social nos grupos de Educação de Jovens e Adultos sob a perspectiva de Emancipação na concepção de Paulo Freire*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

ORGANIZAÇÃO DE PIONEIROS AGOSTINHO NETO. Estatuto. Luanda, 1980.

OLIVEIRA JR., Gilson Brandão. *Agostinho Neto e Agostinho da Silva: exílios, encontros e desencontros entre intelectuais no Atlântico Sul*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2017.

PADILHA, Laura Cavalcante. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Niterói: EDUFF, 1995.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: memórias e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Roberto Marinho, 1995.

PAREDES, Margarida. Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o papel da cultura na política. In: *Caderno de Estudos Africanos* [online], n. 20, 2010. p. 11-26.

PEREIRA, Luena. Nascimento Nunes. *Os Bakongo de Angola: etnicidade, religião e parentesco num bairro de Luanda*. Rio de Janeiro: Contra Capa, FAPERJ, 2015.

PEPETELA, Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos. *As aventuras de Ngunga*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2002.

PERES, Fátima D' Alva Salvaterra. *A Revolta Ativa: os conflitos identitários no contexto da luta de libertação nacional*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.

PEREZ, Raúl Ferrer. *Educación de adultos em Cuba*. São Paulo: Summus, 1986.

PIMENTA, Fernando Tavares. Nacionalismo euro-africano em Angola: uma nova Lusitânia? In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Orgs.). *Comunidades Imaginadas: nações e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200-215.

RAMOS, Karina. A Angolanidade literária nas páginas da Revista Mensagem (1951-1952). In: *Transversos: Revista de História*, Rio de Janeiro, n. 10, ago. 2017. p. 1-20.

REIS, Raíssa Brescia dos. A Construção da Négritude: os embates por ocasião do I Congresso de Escritores e Artistas Negros (1956). In: *XVIII Encontro Regional - ANPUH-MG*, 21-27 jul. 2012. p. 1-11.

RENAN, Ernst. O que é uma nação? In: *Revista Aulas*, Campinas, v. 1, n. 2, 2006. p. 1-21.

ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA; AMADO. *Usos e abusos da história oral*. (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SAENGER, Alexander von. As palavras na sabedoria banto. In: QUEIROZ, Sônia (Org.). *A tradição oral*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2016.

SANTOS, Daniel dos. Sociedade política e formação social angolana (1975-1985). In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 32, dez. 1997. p. 210-220.

SEIDEL, Jussara Mendonça de Oliveira. *O protagonista no psicodrama sócio educacional e no teatro-educação*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, 2009.

SERRANO, C. Viriato da Cruz: um intelectual angolano do séc. XX. Memória que se faz necessária. In: *África*, n. esp., 25 ago. 2012. p. 165-178.

SILVA, Agostinho Alexandre Joaquim da Silva. *Angola: Dinâmicas Internas e Externas na luta de libertação (1961-1975)*. Tese. (Doutorado em Ciência Política) - Curso de Doutoramento em Ciência Política, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2014.

SILVEIRA, Anabela. A Baixa do Cassange: o prenúncio da luta armada. In: *Revista Porto*, v. 2, n. 3, 2013.

SILVEIRA, Anabela. O “comunismo” de Viriato da Cruz e os seus reflexos no nacionalismo angolano (1955-1965), UE/Évora. In: *II Congresso da História Contemporânea*, mai., 2013.

\_\_\_\_\_. *O Norte de Angola a ferro e fogo*: 15 de Março de 1961. Disponível em: <[https://www.academia.edu/10485683/O\\_norte\\_de\\_Angola\\_a\\_ferro\\_e\\_fogo\\_15\\_de\\_Mar%C3%A7o\\_de\\_1961](https://www.academia.edu/10485683/O_norte_de_Angola_a_ferro_e_fogo_15_de_Mar%C3%A7o_de_1961)>. Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. Muito os unia, tanto os separava. O encontro impossível entre o MPLA e a UNITA: das fundações à guerrilha. In: FERREIRA, Ana Sofia; MADEIRA, João; CASANELLAS, Pau (orgs.). *Violência política no século XX*. Lisboa: Instituto de História Contemporânea/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade de Lisboa, 2017.

SCHIMITT, Bárbara Jucinsky. Um breve olhar sobre Angola, a partir da obra *As Aventuras de Ngunga*, de Pepetela. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História, Lugares dos historiadores*: velhos e novos desafios, Florianópolis, 27-31 jul. 2015.

SOUSA, Julião Soares. MPLA: da fundação ao reconhecimento por parte da OUA (1960-1968). In: *Latitudes*, n. 28, dez. 2006. p. 11-16.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e poder de Estado*: o MPLA perante si próprio (1962-1977), v. 1. Luanda: Editorial Nzila, 2001.

\_\_\_\_\_. *Dissidências e poder de Estado*: o MPLA perante si próprio (1974-1977), v. 2. Luanda: Editorial Nzila, 2001.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A história ensinada sob o império da memória: questões de história da disciplina. In: *História*, n. 23, São Paulo, 2004. p. 4-21.

TORRES, Eduardo Cintra. Bandeira e multidões: dois símbolos nacionais. In: *Observatório (OBS) Journal*, n. 1, v. 2, 2008. p. 137-159. Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/168/137>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

UNIÃO DE ESCRITORES ANGOLANOS. Biografia de Pepetela. Disponível em: <<http://www.ueangola.com/>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

### **Jornais e revistas eletrônicos consultados**

Agência Angola Press - ANGO. Disponível em: <<http://www.angop.ao/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.

Jornal de Angola. Disponível em: <<http://www.jornaldeangola.sapo.ao/>>. Acesso em: 26 jan. 2018.